

FERNANDO TADEU GERMINATTI

**A NAÇÃO NO PAPEL: INTELECTUAIS, RAÇA E EUGENIA NO CORREIO
PAULISTANO (1918-1930)**

**IRATI
2020**

FERNANDO TADEU GERMINATTI

**A NAÇÃO NO PAPEL: INTELECTUAIS, RAÇA E EUGENIA NO CORREIO
PAULISTANO (1918-1930)**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza

**IRATI
2020**

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

G374n Germinatti, Fernando Tadeu
A nação no papel: intelectuais, raça e eugenia no correio paulistano (191801930) / Fernando Tadeu Germinatti. -- Irati, 2020.
xiii, 133 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2020.

Orientador: Vanderlei Sebastião de Souza
Banca examinadora: André Felipe Candido da Silva, Ana Maria Rufino Gillies, Vanderlei Sebastião de Souza

Bibliografia

1. Correio Paulistano. 2. Eugenia. 3. Raça. 4. Nação. 5. Intelectuais. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981





TERMO DE APROVAÇÃO

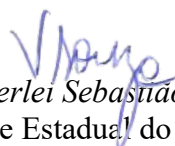
Fernando Tadeu Germinatti

A Nação no Papel: intelectuais, raça e eugenia no Correio Paulistano (1918-1930)

Dissertação aprovada em 30/10/2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr. André Felipe Candido da Silva
Fundação Oswaldo Cruz
Titular


Dr. Ana Maria Rufino Gillies
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2020

Para meus pais, luzes dos meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

Enfatizo que não seria possível a realização desta pesquisa sem a luta diária dos meus pais, Luis Moacir Germinatti e Maria Ivani Guidolin que, desde minha infância, vivem em propiciar-me condições de vida melhor do que as que eles próprios tiveram em suas trajetórias, portanto, não apenas reconheço como sou grato por cada apoio, incentivo e carinho. Obrigado, pais amados, que mesmo enfrentado dificuldades e adversidades, não mediram esforços em virem meus sonhos serem realizados.

Agradeço ao meus tios, José Carlos Guidolin e Ana Maria Guidolin, que sempre estiveram presentes na minha vida e, desde os meus estudos na graduação, oferecem de bom grado auxílio financeiro, apoio e carinho fraterno, o que não saberei nunca como retribuí-los. Constantemente os admirei pela bela família que construíram, pela sinceridade, pelo espírito ético e pelo esforço em seus respectivos trabalhos. Meu muito obrigado. Não poderia deixar de tecer agradecimentos aos meus primos, Paulo Renato Guidolin e Ana Paula Guidolin, muito próximos estivemos, criando boa relação de afeto e companheirismo.

À família Braz, José Luiz, Maria Regina, Hugo e Maria, que foram minha própria família, durante minha vivência em Guarapuava – PR, ao longo do ano de 2019, oferecendo a mim o espaço da sua própria casa, conforto, carinho, atenção e preocupação, inclusive quando estive doente e internado por problema de saúde, eles estiveram ao meu lado e hospedaram meus familiares, atitude rara, humana e cristã, tão em falta nos dias atuais.

Ao meu amigo de infância e de vida, Lucas Massimo, que, em mais de 20 anos de amizade, esteve ao meu lado, nos melhores e piores momentos, um verdadeiro irmão. Pretendo estender esse vínculo fraterno por longos anos. Conte comigo sempre.

Agradeço à minha amiga, Thaisa Furlan, pois, depois de 15 anos em que estudamos juntos, no Sesi de São José do Rio Preto (SP), pude reencontrá-la e retomar uma amizade sadia, frutífera, prazerosa e carinhosa, agradeço por cada conversa, a ela destino muito afeto, carinho e ternura.

Agradeço Lilian Tigre Lima, que conheci, durante a realização do mestrado, pessoa competantíssima, grande amiga e com grande coração, disposta em me ajudar nas dúvidas acadêmicas referentes à escrita e às normas da língua portuguesa. Tendo a conhecido, digo com toda certeza que será uma grande professora e pesquisadora.

Agradeço imensamente a minha psicóloga, Ligia Botter, se tive iniciativa para prestar o processo seletivo ao mestrado, muito devo a ela que incentivou-me e tornou meu sonho mais factível, sem as horas de terapia com ela eu não teria vindo até aqui. Obrigado por incrementar a confiança em mim.

Aos amigos de turma do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, em especial, aos que pude ter um contato maior: Maria Cristina Kirach, Jhallesson Kovaliki, Stefany De Moura, Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho, Leanderson Cristiano Voznei, Leonardo Kroin, Flávio José Dalazona, Leo Marcos Mehret Filho e Fabiana Mathias Roncatto.

Aproveito para agradecer aos funcionários e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UNICENTRO), cabendo um agradecimento especial, destino a Cibele Zwar, secretária do Programa de Pós-graduação, que, desde o início do mestrado atendeu todas as solicitações, dúvidas e demais requerimentos meus.

Em dois anos de vivência acadêmica na Unicentro - PR tive a honra de ter conhecido e ter tido o contato com ótimos professores, e, definitivamente, sem a contribuição deles, tornariam a existência desta dissertação impossível, seja em aula, ou em contato durante os eventos, presto meus respeitos e agradecimentos aos docentes: Ana Maria Rufino Gillies, Vanderlei Sebastião de Souza, Ancelmo Schorner, Rosemeri Moreira, Nadia Guariza, Oseias de Oliveira, Hélio Sochodolak e Wanda Terezinha Pacheco dos Santos.

Devo agradecer aos meus dois orientadores, sim, pela minha trajetória acadêmica encontrei diversos relatos de orientandos com dificuldades em suas relações com seus orientadores, quando entrei no mestrado já ouvia de alguns discentes suas queixas e receios em relação a orientador-orientando, o que, definitivamente, não foi meu caso, pois fui abraçado por dois grandes professores que tornaram-se parceiros em minha vivência da pesquisa e de vida.

Assim sendo, agradeço, tanto a professora, Ana Maria Rufino Gillies, que acolheu meu projeto, no início do mestrado e durante todo o processo esteve comigo em vários eventos acadêmicos, permitindo-me crescer como pesquisador e futuro docente, quanto ao professor Vanderlei Sebastião de Souza, meu atual orientador, que aceitou a orientação, já no decorrer do mestrado, acolhendo minhas ideias e projeções para o trabalho. Minha mais sincera e profunda gratidão a vocês, meus dois orientadores, que tornaram o mestrado e a própria realização da dissertação mais fácil e prazerosa.

Não poderia deixar de agradecer ao professor André Felipe Cândido da Silva, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, que, gentilmente aceitou o convite para compor as bancas de qualificação e defesa, contribuindo com sugestões e leituras para o enriquecimento desta pesquisa.

Devo prestar meus agradecimentos, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) por me dar a chance de crescer profissional e pessoalmente neste mestrado, também ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por propiciar, no último ano de pesquisa, uma tranquilidade maior no desenvolvimento das minhas atividades acadêmicas.

“O que criou a humanidade foi a narração”
(Pierre Janet)

RESUMO

Esta dissertação analisa os discursos dos intelectuais brasileiros, nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, procurando compreender como as discussões sobre raça, eugenia e higiene foram mobilizadas para pensar a formação da nação e da identidade nacional, entre 1918 a 1930. Trata-se de uma pesquisa histórica em que são investigados os escritos e as atividades de intelectuais brasileiros, no periódico paulista que, desde seu início, em 1854, foi caracterizado por apresentar forte empenho político e intelectual nas reflexões e intervenções quanto ao desenvolvimento do Brasil. Ao articular esses condicionantes, a pesquisa considera o envolvimento dos intelectuais ao propor projetos de invenção de uma nação que fosse moderna, eugênica e civilizada, visando sua mais completa “regeneração” racial, física e moral. Para o entendimento dessa problemática, atentamos para as articulações promovidas por pensadores de diferentes campos, entre eles: médicos, eugenistas, juristas, literatos, jornalistas, educadores, antropólogos e ativistas políticos, e suas relações com a imprensa e o mundo público, a fim de validar e legitimar seus diagnósticos e seus projetos de construção da identidade nacional. Em diálogo com a história intelectual e a história das ciências, este trabalho procura compreender de que maneira os intelectuais empregam a ciência, a imprensa e o pensamento intelectual como ferramentas de interferência no mundo político, atuando no ordenamento da sociedade e na formação da nação dos seus sonhos. De outro lado, o estudo pretende contribuir com os debates historiográficos acerca de raça e identidade, no Brasil, buscando compreender como a eugenia, a higiene e a saúde pública foram, sobretudo, na Primeira República, caminhos incontornáveis nas reflexões promovidas pelos intelectuais e pelas elites políticas, para pensar o passado e o futuro do Brasil e dos brasileiros.

Palavras-chave: Correio Paulistano. Eugenia. Raça. Nação. Intelectuais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the speech of Brazilian intellectuals in the pages of *Correio Paulistano* newspaper, trying to understand how the discussions on race, eugenics and hygiene were mobilized to think about the formation of the nation and the national identity between 1918 and 1930. This is a historical research in which the writings and the activities of Brazilian intellectuals in the *São Paulo* journal, are investigated, since its beginning, in 1854, it has been characterized by a strong political and intellectual performance in the reflections and interventions on the development of Brazil. When articulating these conditions, the research considers the involvement of intellectuals when proposing projects for the invention of a modern, eugenic and civilized nation, aiming at its most complete racial, physical and moral "regeneration". To understand this problem, we look at the articulations promoted by intellectuals from different areas among them doctors, eugenicists, jurists, literates, journalists, educators, anthropologists and political activists, and its relations with the press and the public world, in order to validate and legitimize its diagnoses and its projects to build the national identity. According to the intellectual history and the history of science, this work tries to understand how intellectuals employ the science, the press and the intellectual reflection as tools of intervention in the political world, acting in the organization of society and in the formation of the nation of their dreams. On the other hand, this study intends to contribute to historiographical debates about race and identity in Brazil trying to understand how eugenics, hygiene and public health were, especially in the First Republic unavoidable paths in the reflections promoted by the intellectuals and the political elite, to think about the past and the future of Brazil and Brazilians.

Keywords: *Correio Paulistano*. Eugenics. Race. Nation. Intellectuals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LPHM - Liga Paulista de Higiene Mental

PD - Partido Democrático de São Paulo

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRP - Partido Republicano Paulista

SESP - Sociedade Eugênica de São Paulo

SNA - Sociedade Nacional Agricultura

SRB - Sociedade Rural Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
A IMPRENSA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	23
1.1. A relação dialógica entre a imprensa e a política: fonte inesgotável de discursos.....	30
1.2. A imprensa, os intelectuais e o Partido Republicano Paulista (PRP).....	35
1.3. Breve trajetória do Correio Paulistano (1854 – 1963)	42
1.4. O papel dos intelectuais e o pensar a(da) nação	48
CAPÍTULO 2	
RAÇA, BRANQUEAMENTO E IDENTIDADE NACIONAL NAS PÁGINAS DO	
CORREIO PAULISTANO.....	60
2.1. Raça e identidade nacional: Questões a serem moldadas.....	60
2.2. Da raça que temos para a raça que queremos.....	71
2.3. Se branquear é evoluir, imigração é a solução	77
CAPÍTULO 3	
INTERVENÇÕES POLÍTICAS: EUGENIA E HIGIENE COMO PROJETOS DE	
SALVAÇÃO	
NACIONAL.....	91
3.1. Problema de raça ou uma questão de higiene? O embate entre sanitaristas versus racialistas....	91
3.2. A passagem da discussão de raça para a higiene pensada no Correio Paulistano (1910-1920).	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os debates, ideias e interpretações acerca dos discursos sobre raça, eugenia e identidade nacional, movidos pela intelectualidade que escrevia, no jornal *Correio Paulistano*, durante o início do século XX. Partindo do ponto de vista da história da ciência, investiga-se a maneira como e por quais razões o pensamento intelectual voltava-se a pensar a questão nacional a fim de moldar um país civilizado e moderno, a partir da questão racial, da higiene e da saúde pública. Nesta pesquisa, como fonte principal, analisaremos o periódico *Correio Paulistano*, mais especificamente entre 1918 a 1930, entre o final da Primeira Guerra Mundial e a última década da Primeira República (1889-1930), período marcado por uma forte atuação da imprensa e dos intelectuais na organização da sociedade brasileira. Neste sentido, a pesquisa tem o intuito de aprofundar a compreensão quanto à questão racial e a eugenia, no Brasil, no começo do século XX.

Procura-se compreender, por meio de análises qualitativas, realizadas pelas edições do jornal *Correio Paulistano*, como a imprensa se constituiu em um espaço importante para o exercício intelectual na difusão de ideias científicas e políticas, diretamente ligadas às teorias raciais e à formação da identidade nacional.

Para tanto, ao realizar as pesquisas, por meio da Hemeroteca Digital, foram investidas atenções na busca de palavras-chave, que nos possibilitaram recolher edições do *Correio Paulistano*, certas para análise de seus escritos, na composição do *corpus* documental desta pesquisa. Dentre as palavras buscadas, optou-se por: “Raça”, “Identidade Nacional”, “Eugenia”, “Imigração”, “Imigrantes”, “Nação”, “*Hygiene*”, “Medicina” e “Intelectuais”. No rastreamento dessas palavras-chave, tendo em mente o recorte temporal estudado nesta pesquisa (1918-1930), foram utilizados, ainda, os marcadores de tempo disponibilizados pela Hemeroteca, consistindo-se assim: (1910-1919, 1920-1929, 1930-1939).

O objetivo é analisar a importância da eugenia no pensamento e no entender dos intelectuais quanto à construção do país e a reforma da sociedade brasileira, no contexto das primeiras décadas do século XX. Em um cenário, cuja ciência era vista como uma ferramenta importante de transformação da realidade, os ideais eugênicos foram adotados mediante sinônimo de modernidade, capazes de regenerar o país e colocá-lo nos trilhos do progresso. Em literatura recente acerca do tema, conforme explica o historiador Vanderlei de Souza, “[...] as ideias eugênicas fascinaram os homens de ciências de tal maneira que muitos passaram a considerá-la a ‘nova religião da humanidade’, a ‘ciência do corpo e do espírito’” (SOUZA, 2019, p. 300).

Não obstante, a presença da intelectualidade nos jornais justificava-se pela necessidade de pensar o Brasil e seus múltiplos problemas históricos, por eles entendidos, como a presença de doenças e a falta de higiene, a miscigenação racial, a suposta ausência de cultura e civilidade do brasileiro, a chegada de novos imigrantes etc. Importante assinalar que o contexto histórico, mediado pelos acontecimentos políticos, permitiu o nascimento de uma nova conjuntura intelectual, marcada pela crença no poder da ciência em resolver os problemas nacionais. Segundo sinaliza o jornalista Marcelo Bulhões (2007), “assim, todas as esferas da atividade intelectual deveriam assimilar os instrumentos cientificistas, inclusive a filosofia e a literatura” (BULHÕES, 2007, p. 65).

Esta dissertação pensa de forma plural e complexa as questões relativas à formação da identidade nacional, mediadas pelo paradigma científico presente, discursivamente, na imprensa. Assim, o cerne do trabalho está envolto em reflexões e questionamentos que tomam o discurso eugênico, contido no jornal, um instrumento político de legitimação de poder científico, permeado por preceitos raciais, de forma que, o caráter mediador da imprensa inspira cautela e reflexão da leitura do contexto histórico.

É presente a atenção que o trabalho confere ao recorte temporal, atentando-se aos conceitos desenvolvidos entre o fim do século XIX e início do XX, pois uma marca constante era a questão étnica, tomada como referência no pensamento nacional. Ao partir para tal direcionamento teórico, toma-se a configuração de 1870-1930, e, conforme a antropóloga Maria Eunice Maciel (1999), essa discussão, no Brasil, “ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um ‘atraso’) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação” (MACIEL, 1999, p. 121).

A fala de Maria Eunice Maciel revela uma origem histórica do pensamento eugênico e do próprio conceito de eugenia, cunhado pelo antropólogo, matemático e estatístico inglês Francis Galton (1822-1911). O termo, derivado do grego, basicamente, acabava significando de “boa raça, linhagem e/ou geração”, enfim, uma ciência que objetivava melhorar as condições biológicas das futuras gerações. Mais do que interferir no progresso biológico, a eugenia procurava também influenciar numa ampla reforma social, moral e civilizacional. Trabalhando em raciocínio, o historiador Vanderlei de Souza, pontua que: “[...] a eugenia se caracterizava como uma ciência ‘bio-social’, orientada, tanto pelo conhecimento biológico e pelas disciplinas médicas quanto pelo conhecimento social e político, como a pedagogia, a demografia e antropologia” (SOUZA, 2019, p. 136).

Ao investir cuidado na constituição do pensamento eugênico, o objetivo deste trabalho é compreender as múltiplas leituras e usos da eugenia entre os intelectuais brasileiros, em especial, àqueles que escreviam nas páginas do *Correio Paulistano*. Por toda essa complexidade, há, portanto, um envolver de questões biológicas, médicas, educacionais, sociais e políticas, criadas ao redor da “reestruturação do Brasil”, muito ligadas à linguagem e ao discurso eugênico.

É plausível assinalar que, em vista da existência desses fatores, favoreceu-se a aplicabilidade de alguns projetos eugênicos, como, por exemplo, os exames pré-nupciais e as leis imigratórias. Acerca dos objetivos, que norteiam a presente pesquisa, alguns são: qual o papel do jornal *Correio Paulistano* frente aos discursos eugênicos? De que forma os intelectuais do início do século XX agiram acerca da “criação” da identidade nacional? Como e por quais razões as teorias raciais influenciaram no pensamento intelectual? Qual a relevância em analisar as discussões e leis imigratórias que se sucederam na Primeira República? De que modo e por que a preocupação com a má higiene nasce e se estabelece ao lado da raça como empecilho ao desenvolvimento da nação? E, por fim, como a medicina influenciou na moldagem dos corpos, em busca de uma suposta normalidade biológica e eugênica?

Este trabalho está organizado em três capítulos. No Capítulo I, intitulado *A imprensa no Brasil do século XX*, o cerne da questão volta-se a elaborar uma análise contextual acerca do funcionamento da imprensa no século XX, focando, particularmente, na análise da história do *Correio Paulistano*, jornal que surge, na cidade de São Paulo, em 1854, perpassando todo o período da primeira metade do século XX. O *Correio Paulistano*, já sob influência do Partido Republicano Paulista (PRP), desde 1889, condiciona politicamente seu discurso em torno das questões nacionais e dos debates políticos e sociais emblemáticos no seu tempo, atento aos processos estruturais de construção do Brasil e da modernização da sociedade brasileira.

Sintomáticos foram os esforços da elite por enquadrar o país em um novo estágio de desenvolvimento racial e social, que passavam pelas páginas dos principais jornais nacionais. Neste contexto, a imprensa constituía a força discursiva e espaço de atuação das elites econômicas e políticas que, muitas vezes, era proprietária dos jornais ou responsável por sua tutela. Na construção desta pesquisa, é importante, na tessitura do primeiro capítulo, evocar a historiografia que trata da história da imprensa no Brasil. Entre os textos selecionados estão os de Nelson Sodré (1999), Maria Helena Capelato (1988), Tania Regina de Luca (1996, 1999, 2008) e Marcelo Bulhões (2007).

  preciso frisar que, como exposto pela historiadora Tania Regina de Luca (2005), “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (2005,

p. 118). De fato, percorrendo pelo viés historiográfico, o jornal torna-se mais do que útil para análise da narratividade dos fatos passados.

Nesta ótica, considerando o jornal um meio cultural discursivo de poder político e social, vale enfatizar que, ao lançar bases argumentativas para alcançar a discussão em torno das relações intrínsecas entre imprensa e política, um elemento importante a ser levado em conta são as relações sócio-políticas que se estabelecem entre jornal e partidos políticos, uma vez que os próprios meios de imprensa assumem posição política direta e aberta.

Neste sentido, ao procurar compreender as relações do *Correio Paulistano* com o Partido Republicano Paulista (PRP), buscando analisar as condições intelectuais e políticas que mobilizavam o periódico, no início do século XX, acaba-se partindo, assim, do anseio em demonstrar as vias subjetivas do poder relacional entre imprensa, política, discursos e poder, que, concomitantemente, eram envoltos no processo de formulação de novos olhares acerca do andamento da sociedade brasileira em seus mais diversos prismas.

Acompanhando essas observações salientadas, os trabalhos de Sergio Miceli (2001) Ângela Thalassa (2007), De Luca (2011) e Lilia Schwarcz (1987) contribuem para refletir as relações mais diretas da imprensa com a política. Dessa conjuntura, ao enquadrar esse foco de análise, o jornal *Correio Paulistano*, contando com o poderio econômico do PRP, eleva sua produção e sua expansão pela capital paulista e pelo estado, em uma rede de colaboração mútua, vista como fator decisivo de sobrevivência do jornal enquanto meio influente de comunicação e, ao mesmo tempo, oferece espaço ao partido, que (in)diretamente legitima os discursos ventilados por ele.

Grosso modo, quanto as reflexões envolvendo a imprensa, os intelectuais e os contextos sociais e políticos, Nicolau Sevcenko (1985), Daniel Pécaut (1990), Lilia Schwarcz (1993) e Thomas Skidmore (2012) conduzem a argumentação a respeito da atuação intelectual por meio da imprensa e no *Correio Paulistano*, como verdadeira “missão intelectual”, uma vez que o período de existência do jornal, por ora produto, no início do século XX, abarca a disposição dos intelectuais a encontrarem um rumo para a nação. Tendo, na literatura, a ferramenta de instrumentalização discursiva, abre-se espaço para problematizar os discursos manifestados e defendidos pelo jornal.

Destarte, o intento intelectual de compreender o Brasil, que ocupava a produção literária, desemboca na Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida na cidade de São Paulo, detendo amplas atenções e olhares do *Correio Paulistano*, que, nos 7 dias de duração do evento, expressou seu reconhecimento pela originalidade do mesmo, ao anunciar aos leitores a programação do evento, discussões levantadas, exposições artísticas, que teria a participação de nomes até então recorrentes nas páginas do *Correio Paulistano*, tais como Menotti Del

Picchia (1892-1988), Cândido Mota Filho (1897-1977), Anita Malfatti (1899-1964), o escultor Victor Brecheret (1894-1955) e os escritores Mário de Andrade (1893-1945), e Oswald de Andrade (1890-1954).

O modernismo ainda congregou personalidades como Graça Aranha (1868-1931), Tarsila do Amaral (1886-1973), Manuel Bandeira (1886-1968), Tácioto de Almeida (1889-1940), Raul Bopp (1898-1984), Cassiano Ricardo (1895-1974) e Plínio Salgado (1895-1975), para citar apenas as principais lideranças que são lembradas e trabalhadas neste texto. O movimento ficou marcado justamente por seu esforço em interpretar a realidade brasileira, a partir de seus próprios referenciais culturais, promovendo um deslocamento importante no entendimento sobre a presença de negros, indígenas, mestiços e sertanejos na formação/integração do Brasil.

Conforme é possível perceber, o *Correio Paulistano* ofereceu ampla visibilidade aos escritores e artistas atuantes na Semana de Arte Moderna, reconhecendo, no movimento, um tom significativo para a evolução do pensamento nacional. Aliás, é esse jornal que se destaca como o órgão oficial do evento, além do que, muitos intelectuais também estavam presentes nas linhas editoriais do *Correio Paulistano*, ou seja, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Oswald de Andrade (MICELI, 2001).

Em que pese ao enlace, essencialmente, entre a intelectualidade artístico-literária e o pensar de uma nova nação, volta-se o olhar da orquestração teórica que passa a buscar, no projeto de identidade nacional, um caminho de compressão do Brasil. De forma preliminar, é válido tratar da releitura feita da noção, em sentir e ser brasileiro, manuseada pelos intelectuais do início do século XX, o que será melhor abordado e entendido no capítulo II, quando a questão racial surge no debate como categoria fundamental ao avanço do país, seguindo a ótica daqueles pensadores.

Por seu turno, assim, o capítulo II, intitulado *Raça, branqueamento e identidade nacional nas páginas do Correio Paulistano*, centra-se, tanto no próprio conceito de raça, enquanto categoria estudada, quanto em seus usos e desusos durante o início do século XX. Embora a dissertação concentre-se no século XX, retoma-se a conjuntura do desenvolvimento científico que afirma-se, em particular, na segunda metade do século XIX, com o darwinismo e, posteriormente, com o darwinismo social, cerne principal do racismo científico.

Em função do entendimento, por parte da elite, de uma não constituição de identidade própria, pairava-se, ainda, como fundamental à jovem República brasileira “copiar” a essência europeia de vida. Para tanto, modelos urbanos de funcionamento, quanto ruas, avenidas e obras de saneamento urbano, eram, estrategicamente, projetados aos moldes parisienses. Neste

contexto, as teorias científicas, por exemplo, a eugenia, eram postas em prática, assim como os modelos de comportamento, de convívio e de sociabilidade europeia.

No mais, o jornal *Correio Paulistano* emerge, nesse cenário, tal qual aparato discursivo dos principais debates identitários, abrigando importantes intelectuais que se colocavam a “redescobrir” a identidade nacional. No início do século XX, é amplamente tratada, na historiografia, a compreensão sobre a falta de uma identidade nacional própria residia no grande incômodo dos intelectuais e das elites (SKIDMORE, 2012, SCHWARCZ, 1993). Em razão disso, um dos pontos chave consiste em entender a inquietação e inconformidade com o confronto racial, especialmente à intensa miscigenação, uma vez que negros e mestiços passavam a ser detectados os causadores da degeneração física e moral do país.

Não obstante, tendo em vista a ambivalência do pensamento intelectual brasileiro desse período, conforme explica Lília Schwarcz (1993, p. 85), “o modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”. Ao se debruçar, nas principais leituras do *Correio Paulistano*, percebe-se que, das discussões referentes aos problemas do Brasil, emerge também, além dos discursos sobre a formação racial, a preocupação com as questões de higiene, educação e saúde da população brasileira, procurando meios de interpretação e intervenção mais “otimistas” para lidar com os “problemas nacionais”.

De maneira geral, pode-se dizer que os artigos dessas temáticas, nas páginas do *Correio Paulistano*, refletiam o debate nacional do movimento pelo sanitarismo, bandeira liderada por médicos e higienistas, a título de exemplo: Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisario Penna, Arthur Neiva, entre outros. É possível considerar esses nomes como grandes líderes do projeto sanitaria e médico que se desenvolve, no início do século XX, no Brasil (HOCHMAN, 1996).

Nesse instante da pesquisa, Maria Helena Souza Patto (1999), José Murilo de Carvalho (1998), Lima e Rangel Vieira (2011), Nísia Lima e Gilberto Hochman (1996) e Nancy Stepan (2005) são fundamentais para pensar a higiene como uma das grandes problemáticas nacionais, sobretudo, nos anos 1910 e 1920. Em verdade, conforme assevera Nísia Lima e Gilberto Hochman (1996), a movimentação pelo saneamento, no Brasil, envolvia ações nacionais centralizadas que tenderam por legitimar o crescimento do papel do Estado no campo da saúde pública.

Com vistas a realizar um estudo clínico e mapeamento do sertão, o médico sanitaria mineiro, Belisário Penna (1868-1939), e o sanitaria e político baiano, Artur Neiva (1880-1943), constituem-se em dois exemplos expoentes das missões civilizatórias e da defesa do saneamento. O diagnóstico dos médicos, após sete meses de viagem pelo interior do país, em viagem realizada em 1912, pelo centro-oeste e norte do país, surge de forma calamitosa,

atestando a existência de vários “Jecas”, segundo retratara o escritor e literato Monteiro Lobato (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.30).

Um momento crucial, entretanto, que mudará o panorama de entendimento da intelectualidade, acerca da raça negra e do mestiço, enquanto “detentores” da tragédia social brasileira, será a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fazendo cair, em parte, o argumento de superioridade europeia, momento este, diga-se, que faz o pensador brasileiro buscar características positivas no seu próprio espírito nacional. Nesse contexto, aliás, emerge o movimento modernista brasileiro, que faz valer esse momento com a Semana de Arte Moderna de 1922, projetando novas leituras e interpretações sobre o Brasil e os brasileiros (SKIDMORE, 2012).

Dito isto, é preciso compreender que, mesmo durante o modernismo, as teorias arianistas e a tese do branqueamento continuaram sendo livremente divulgadas entre os brasileiros. Neste sentido, no capítulo II, também interessa apresentar o panorama intelectual que pairava sob o pensamento nacional do fim do século XIX e início do século XX, procurando entender como as diferentes interpretações sobre o Brasil conviveram com a aceitação de um Brasil mestiço e sua condenação.

Desde o século XIX, destaca Skidmore (2012) que a elite brasileira aceitou, como fato histórico, a teoria da superioridade ariana, pelo menos em boa parte. Skidmore explica que “algumas teorias do ‘arianismo’ eram vagas o bastante para englobar praticamente todos os europeus como arianos [...]” (SKIDMORE, 2012, p. 96). Assim, é certo que, conforme assinala ainda Skidmore (2012), é com Oliveira Viana que a questão imigratória ganha notoriedade, por ora instrumento de política eugênica de branqueamento racial, reforçando a prática da imigração europeia enquanto fortalecimento populacional. Essa prática teria efetivação por meio de leis constitucionais de regulação imigratória, tanto nos anos 1920 quanto na década seguinte, argumento que também é desenvolvido pela historiadora e antropóloga brasileira Giralda Seyferth (1995, 1996, 2002).

Nesse intento, a questão imigratória é que adquire caráter simbólico racial sob perspectiva do branqueamento racial. Aliás, uma das vias mais explícitas de efetivação da eugenia no Brasil residia na política imigratória, por meio de uma criteriosa seleção de indivíduos. Consoante ao que pretendemos demonstrar, essas discussões são “abraçadas” pelo *Correio Paulistano*, o qual passa a expor a discussão com os intelectuais, entre os quais encontram-se Oliveira Viana, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, dentre outros.

Por fim, o capítulo III analisa os usos e efeitos da eugenia e da própria medicina sob o corpo, moldando-o e definindo novas categorias de aceitável, desejável, belo e evoluído. Intitulado *Intervenções políticas: Eugenia e higiene como projetos de salvação nacional*, o

capítulo pretende dialogar com autores da historiografia, por exemplo: Maria Luiza Tucci Carneiro (2003), Jair de Souza Ramos (1996), Vanderlei de Souza (2019), Lilia Schwarcz (1996), Alcir Lenharo (1986) e Michel Foucault (1999c), que operam numa lógica de investigação da alteração da categoria corpo, sob propriedade da medicina e do estado mantedor de políticas eugênicas, no mundo ocidental moderno.

Por este prisma, o foco provocado, acerca das articulações médico-científicas, investia projeções (políticas) no formato e modelo ideal de corpo individual e nacional. A expansão e fortalecimento teórico-científico do pensamento eugenista, nas décadas de 1920 e 1930, avançam, sobretudo, na vida particular dos sujeitos, nas mais íntimas, individuais ou coletivas ações, como o processo de relação corporal e sexual, a educação matrimonial e moral, entre outros aspectos que formataram as relações raciais na sociedade brasileira e os sentidos da identidade racial.

Nesse contexto, os discursos eugênicos e políticos unem-se para eliminar ou regenerar a nação, a partir de práticas de intervenção na reprodução humana, tornando-as “em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, ou seja, na eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (SCHWARCZ, 1996, p.10). Inauguram-se, na vida social do sujeito e da nação, a normatização e a regulação das práticas pela medicina e pela ciência.

Ao mesmo tempo, sobre tal pano de fundo, deve-se expor que, na visão dos médicos, higienistas, intelectuais e elite, os desafios existentes, no Brasil, apresentavam aspectos sociais profundos que marcavam o atraso civilizacional brasileiro. Entre eles, estavam a percepção da péssima higiene e saneamento de sertanejos abandonados no interior do país, ou mesmo das populações pobres das áreas urbanas, os hábitos tomados como vícios, a exemplo do alcoolismo, as doenças sexuais que atingiam a mocidade, e enfermidades de origem bacteriana, a tuberculose e tifo, que assolavam as grandes concentrações populacionais urbanas. Desse cenário emergem leituras clássicas da literatura nacional, narrando a ambivalência dos problemas brasileiros, nos contos de Monteiro Lobato, *Urupês* (1914) e *Problema Vital* (1918).

Esse fio condutor lança olhares educacionais ao país esquecido pelo poder público, conforme demonstra o poeta Menotti Del Picchia (1892-1988), no jornal *Correio Paulistano*, em 10 de janeiro de 1921, ao lembrar que: “Géca Tatú, de ventre redondo como um ovo e craneo chato como um forno, sorria bobo e opilado, seu fatalismo mórbido era menos racial que adventício: faltava-lhe o thymol do alfabeto [...]” (*Correio Paulistano*, 10 de janeiro de 1921, p. 3).

No terceiro capítulo, a discussão parte do olhar da relevância que o biológico tem da prática científica e médica no entendimento de corpo ideal. Terreno propício para a análise do conceito biopolítica, desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, discurso que volta-se na/pela

articulação da política com o cientificismo europeu. A orientação do biológico, mediada pelo discurso político que volta-se a enquadrar o corpo em normas e medidas, ajusta-se às produções disciplinares do saber científico.

Nesse ambiente, o debate a respeito do corpo passa a envolver noções biológicas, médicas e sociais, ditando desde formas de comportamento até instruções de procriação esperada e vivência matrimonial. O filósofo francês Michel Foucault, complementa, assim, a discussão que envolve o discurso de ordem médico-científica, pontuando e reafirmando que “[...] uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça” (FOUCAULT, 1999c, p. 134).

Apresentado esse percurso, pretende-se compreender os efeitos da medicina sob a produção e controle dos corpos, exigindo-se um olhar crítico acerca da aplicabilidade do pensamento biológico, mediado pelo ideal de melhoramento racial. Incontestavelmente, é importante notar que tais impressões recaem na análise do poder estruturante do discurso presente no *Correio Paulistano*, que condiciona e molda os indivíduos, conduzindo-os a certas percepções de belo, adequado, desejável, civilizado, evoluído, higiênico e, por fim, eugênico.

É importante trazer e lembrar que, no processo do anseio de melhoramento do indivíduo brasileiro, pensado pela elite intelectual e econômica, envolvia o encadeamento das ideias sedimentadas, no contexto, perpassado pela construção dos discursos presentes nas páginas do *Correio Paulistano*. Nesta cena que se descortina, o caminho trilhado pela discussão objetiva buscar um olhar atento aos processos histórico-sociais, decorridos pelas leituras do periódico *Correio Paulistano* e obras literárias e científicas do período, permitindo, assim, compreender o movimento das ideias produzidas, no início do século XX, em torno da construção do futuro da nação brasileira.

CAPÍTULO 1 – A IMPRENSA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX: O LUGAR DO CORREIO PAULISTANO

A entrada da imprensa, de forma legal, no território brasileiro, efetuou-se de maneira lenta e atrasada, de modo efetivo, e oficial, diga-se, pois, ela acontece somente após a vinda da família real portuguesa em 1808. Tal condição de retardo do aparecimento da imprensa pode ser explicado, em linhas gerais, pelo historiador carioca Nelson Werneck Sodré (1999), ao considerar a ignorância uma manobra ideológica das elites dominantes ao manter as colônias fechadas à vida cultura e intelectual. Visto ainda por um quadro geral, como bem salienta Sodré (1999), referindo-se ao atraso do aparecimento da imprensa no Brasil, manifesta que a demora na implantação da mesma girava em torno de uma explicação principal, a ausência de capitalismo e de burguesia, o que começa a se estruturar, no Brasil, apenas no fim do regime imperial e implantação da República, em 1889, podendo relacionar com o surgimento da sociedade moderna europeia, pós revolução burguesa.

Mais especificadamente, é, na segunda metade século XIX, com a ebulição de ideais positivistas e naturalistas, que o jornal passa a se estabelecer enquanto meio intelectual potente de saber artístico e científico mais amplo. Em verdade, nessa incursão preliminar, na virada do século XIX para o século XX, a imprensa, no Brasil, em sua forma como produto, adquire tendências modernas com feição comercial, buscando atingir as massas.

Conforme explica a cientista da informação, Katia de Carvalho, em seu artigo *Imprensa e informação no Brasil, século XIX* (1996), mediada por um contexto de valorização da mais efetiva de jornais e revistas, a partir do final do século XIX, a imprensa foi se modernizando com a introdução de empresas jornalísticas, a criação do editorial, a ilustração e a fotografia (CARVALHO,1996). Neste sentido, com equipamentos gráficos mais sofisticados e servindo-se dos ideais da intelectualidade vigente no início do século XX, compreende-se que o jornalismo estava inserido em um contexto de efervescência envolta a importantes mudanças que roíam as bases estruturais que mantinham a sociedade burguesa rural e urbana. Assim, de acordo com Sodré, “as forças que dominavam a imprensa do tempo eram o Estado e o capital comercial, uma vez que os jornais eram empresas capitalistas [...]” (SODRÉ 1999, p. 10).

De saída, é preciso destacar que, à medida que as mudanças sociais avançavam sobre a jovem república brasileira, é por meio da imprensa que as ideias circulavam e davam conta dos problemas históricos. É nessa orquestração que, sugere-se, que são construídas ações conjuntas entre imprensa, sociedade e os intelectuais. Com essas premissas em mente, é plausível considerar que a imprensa, ancorada em um espaço e em um determinado tempo histórico, estaria “condenada” a transmitir visões de mundo e concepções de um Brasil ideal, a partir das visões dos intelectuais mais renomados de sua época. A propósito, em linhas gerais, é importante atentar para as mudanças externas e internas operadas no jornalismo, sendo nessa atmosfera, grosso modo, que Nelson Sodré (1999) v  que n  só havia uma intelectualidade em a o:

Mas (que) a imprensa estava também consolidada, a de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servido às lutas locais, geralmente virulentas; nas capitais já n  havia lugar para esse tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informa o como se vendia qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informa o para tudo, desde o trabalho até a diversão (SODRÉ, 1999, p. 275).

Frente   coloca o de Sodré (1999), em que pese o esforço de abordar o desenvolvimento da imprensa, meio técnico de produ o, acompanha-se uma transforma o na forma de n  só pensar o desenvolvimento dos processos de produ o, mas do próprio sentido de informa o que, no meio urbano industrial, acabara por adquirir outras finalidades, por exemplo, passar a servir de mercadoria.

Outro aspecto das reflexões de Nelson Werneck Sodré   a conjuntura histórico-econômica, uma vez que com a Revolu o Industrial (1820-1840), deflagrada na Inglaterra, no fim do século XVIII, fora imposto n  só uma nova estrutura econômica, que alterou as rela es comerciais, mas conduziu o jornal a enquadrar-se como meio industrial, durante os séculos seguintes, fazendo do texto um produto comercializado, atribuindo um propósito de mercadoria, que passou a obedecer a Lei da oferta e procura.

Assim, nas grandes capitais brasileiras, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, a imprensa inaugura sua fase enquanto empresa, e, em forma de empresa, fazia-se natural que os jornais partissem a publicar anúncios mais elaborados, visando retornos financeiros. Comercialmente, v -se, então, uma evolu o em formas e elabora o de formatos de anúncios.   inegável que o anúncio publicitário representava (e representa) uma fonte de renda ao jornal e exposi o do objeto ou da marca projetada, contudo, feita uma análise mais aprofundada,   possível compreender o andamento de uma época pelo anúncio exposto.

Neste sentido, ao fazer um comparativo dos anúncios dos últimos séculos, percebemos que, nos jornais antigos, faziam-se anúncios desde de barbeiros, que aplicavam técnicas com sangrias à base de sanguessugas, até anúncios de escravos à venda ou fugidos (SODRÉ, 1999).

Não obstante, o panorama se altera na segunda metade do século XIX, em que há a qualidade literária emprestada para alguns escritores. Como exemplo, o escritor Olavo Bilac, que recebera mil réis para elaborar um anúncio proclamando a marca de um fósforo. E, por fim, no século XX, dão-se, de forma ainda mais elaboradas e/ou direcionadas, como os anúncios em versos, redigidos por Emílio de Menezes, para determinada marca de cerveja, ou de Hermes Fontes, que, em forma de um soneto, fazia anúncios destinado a um laboratório fabricante de xarope para tosse (SODRÉ, 1999).

Pela evolução dos anúncios evocados, tem-se uma imagem mais comercial e intencional dos produtos que aparecem no século XX, demonstrando o desenvolvimento das táticas de comércio que a própria imprensa moderna e capitalista incorpora. Ora, se é assim então, por essa via, a historiadora Tania Regina de Luca (1999) compartilha desse mesmo entendimento, ao considerar:

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição (LÚCA, 1999, p.37).

Pela citação acima, nas leituras operadas sob a ótica de Tania Regina de Luca, faz-se relevante essa observação acerca do jornal mercadoria, que, a partir da indústria cultural, no século XX, profissionaliza-se. A tessitura que se constrói compreende o jornal um caminho das ideias, oficina de intelectuais, mas também produto a ser consumido. Desde 1850, pelo menos, imprensa e o modo de fazer jornalismo incorporaram a leitura da realidade da época, como sinaliza o jornalista Marcelo Bulhões em sua obra *Jornalismo e literatura em convergência* (2007):

[...] a partir da segunda metade do século XIX a imaginação vai sofrer um ataque explosivo e duríssimo, o primeiro e talvez o mais contundente que já sofreu em toda a história da arte. O avanço de um pensamento com bases materialistas e científicas consequência de um processo iniciado no século XVI e intensificado com os iluministas do século XVIII – haveria de colocá-la em crise. O positivismo de Comte, os estudos de Darwin e de Claude Bernard, a presença das ciências naturais, da fisiologia, da medicina formariam um repertório que lançava um banho de concretude e cientificismo à vida social e aos destinos do homem. O decreto da crise da imaginação nas artes se daria com o realismo, nome que carrega em si a empreitada de desfazer o véu que encobria as iniquidades sociais e a pretensão de construir uma

literatura e uma arte calcadas na observação do mundo objetivo, em uma realização neutra e imparcial (BULHÕES, 2007, p.63).

Em pauta, o excerto trazido de Marcelo Bulhões (2007) tem significativa relevância para o estudo deste trabalho, ao pensar e destacar o triunfo do pensamento científico, ao longo do tempo, o que culminou por transformar a ideia de conhecimento, entendendo aqui, conhecimento em vários níveis, tanto da própria produção da ciência quanto da informação elaborada e divulgada pela imprensa. Na realidade, nem poderia ser diferente disso, visto que, conforme Marcelo Bulhões (2007), desde o século XIX o projeto antirreligioso “[...] encarnado pela literatura realista-naturalista também é assumido por um jornalismo que busca nos fatos o modo implacável de desfazer ilusões” (BULHÕES, 2007, p. 70).

Portanto, de forma a fundamentar com legitimidade biológica, os discursos científicos eram espalhados pelas páginas do jornal, intrínsecos ao contorno sócio-político que moldara a sociedade. A sociedade, calcada nos avanços do cientificismo e na busca da racionalidade reflexiva, reunia, nos jornais e na discussão pública da imprensa em geral, a pauta de civilizar-se pela modernização do pensamento racional e mediante adoção dos preceitos evolucionistas e positivistas. Nesse enfoque, ideias foram ventiladas pelo mundo, segundo nota publicada no *Correio Paulistano*, sob o título de *Crítica à doutrina da evolução aplicada à sciencia jurídica*, de 1893, apresentava que:

A lei de transmissão hereditária e a do atavismo, a lei da concurrencia vital e da selecção natural, a lei da adaptação e da eliminação, a lei do cósmico biológico e sociológico[...] do estudo aprofundado do homem, anatomia, physiologica e psychicamente executado[...] sob a forma definida e coherente dos grandes aggregados civilizados como dos aggregados rudimentares e sem cohesão das tribos barbaras e selvagem que ainda povoam os continentes: Eis ahi um fértil manancial de princípios [...]. Desse conjuncto, porém, de princípios e verdades geraes adquiridas para a sciencia, graças sobretudo, a três dos maiores espíritos do século, Augusto Comte, Herbert Spencer e Carlos Darwin [...] (Correio Paulistano, 30 de dezembro de 1893, p. 1).

Consoante ao cientificismo que abarcara os campos jurídico, político e econômico, a imaginação literária sofrera o baque, admitindo princípios da pesquisa científica de observação, neutralidade e imparcialidade. Nessa medida, o positivismo, o liberalismo, a noção de progresso e civilização eram solidificadas pela crença na racionalidade geométrica das máquinas, nos traços arquitetônicos das cidades industriais – esteticamente figurados na influência do futurismo (BOSI, 1979). Retoma-se, assim, diante desse quadro, o cenário em que a imprensa estava inserida, refletindo em suas páginas as tendências científicas que, mais que teorias, chegavam aos intelectuais e à sociedade letrada como manuais para se encontrar o progresso e a civilidade moderna.

Nesse cenário, conforme explica Marcelo Bulhões, “é compreensível que o jornal se torne também um item de consumo para um público urbano esforçado em ajustar-se ao figurino da modernidade” (BULHÕES 2007, p. 103). Para compreender essas questões, é preciso pontuar, porém, que a imprensa assumiu uma visão metodológica de confiança frente aos fatos empíricos, nos preceitos científicos e na evolução positivista da sociedade, tornando-se uma instituição associada à modernidade e conhecimento.

Ao considerar o contexto sócio-político de fim do século XIX e início do XX, é evidente que o jornal correspondia ao principal instrumento de operação da intelectualidade e personalidades políticas vigentes. Thomas Skidmore destaca: “o jornalismo era o centro da atividade da maioria dos intelectuais que se interessavam por questões sociais e ditava o formato do que publicavam” (SKIDMORE, 2012, p. 302).

Desta maneira, seria impensável não relacionar as duas questões (política e letramento), que recaem aos nossos olhos, essenciais para se pensar a imprensa. Paradoxalmente, no compasso dessa discussão, noutros termos, é claro, tendo em vista essas questões, é importante apontar a relevância do contexto em que a imprensa surgiu, no Brasil de 1800, um país rural, de regime imperial, povoados instalados em localidades remotas, como pelos sertões, e com alta taxa de analfabetismo.

Considerando tais aspectos, não é de se estranhar que a imprensa, pelo menos parte do século XIX, voltava-se a uma população altamente letrada, destinada a uma classe bem específica de indivíduos, senhores de escravos, profissionais liberais, como advogados, médicos, professores, engenheiros, além de políticos e membros da igreja católica, como bispos e padres, pois, para o jornalista Nilton Lage, a notícia, em décadas e séculos anteriores, era “[...] restrita e controlada pelo estado e pela Igreja [...]” (LAGE, 2006, p.8).

De maneira geral, dirigida para as elites intelectuais, a imprensa era tanto um artefato literário quanto noticioso, de leitura mais rebuscada, o que começou, relativamente, a mudar com o processo de industrialização que avançara sobre/junto o Brasil republicano. Diante disso, assevera a historiadora Tania Regina de Luca (2005):

O mundo do trabalho industrial não pode ser dissociada das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estrita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa (LUCA, 2005, p. 120).

Nesse período, havia a compreensão comum de que abrir as portas para o conhecimento e para a modernidade civilizatória estaria relacionada à própria educação das elites brasileiras. A esse respeito, basta apoiar-se nos números de analfabetismo apresentados por De Luca (2008): “[...] em 1890, estimava-se em apenas 15% o montante da população brasileira alfabetizada, porcentagem que timidamente se elevou para 25 % no censo de 1900 e que não sofreu alterações significativas em 1920” (2008, p.156). Ainda, em Tania Regina de Luca (2008), tem-se, abaixo, a inconformidade do poeta brasileiro Olavo Bilac (1865-1918) com a falta de instrução dos brasileiros e a baixa tiragem de jornais:

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê? [...] E por que não lê? Porque não sabe! (BILAC, apud LUCA, 2008, p.156-157).

Com efeito, o excerto acima mostra uma análise bastante límpida do poeta Olavo Bilac quanto à falta de público leitor no Brasil, o que se caracterizaria pelos altos graus de analfabetismo, apontados por Tania de Luca (2008). Não obstante, o mesmo era o caso dos livros, destinados a uma parcela elitizada da nação, visto que eram caros e, mais, distribuídos nas livrarias das grandes cidades. Conforme traz em texto o cronista paulista Menotti Del Picchia¹, sob pseudônimo de *Hélios*, no jornal *Correio Paulistano*, em 19 de janeiro de 1926, “a indústria do livro já é caríssima entre nós. Precisamos do livro barato. É elle gênero de primeira necessidade. É uma alta missão de cultura, o que quer dizer uma missão de patriotismo” (*Correio Paulistano*, 19 de janeiro de 1926, p. 7).

Haveria que se desenvolver um povo instruído, educado, que, conseqüentemente, poderia tornar-se consumidor dos jornais e livros, alimentando a lógica de mercado e o anseio da elite em criar um país evoluído. Para tanto, segundo as análises da historiadora Maria de Lourdes Eleutério, “o tripé indispensável à sustentação da grande empresa editorial se erguia. Configurava-o, basicamente, a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição ou fabricação de papel” (ELEUTÉRIO apud MARTINS & LUCA, 2008, p. 84).

Nessa linha, os jornais brasileiros do início do século XX alteram sensivelmente a forma de escrita e seu formato, numa tentativa direta de captar um maior volume de leitores, buscando

¹ Paulo Menotti Del Picchia (1892 -1988). Nascido em São Paulo, foi um poeta, contista, romancista, cronista, ensaísta e jornalista. Como jornalista trabalhou nos jornais *Correio Paulistano* e *A Gazeta*. Publicou relevantes obras como *Poemas do vício e da virtude* (1913) e *Juca Mulato* (1917), foi ainda atuante durante a Semana da Arte Moderna de 1922.

vender mais e, dessa maneira, expandir seus campos de ação para mais regiões. Não coincidentemente, complementa Maria de Lourdes Eleutério, “a alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, acrescenta-se a formação do leitor, que encontrou naquele periodismo o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras” (Idem, p.84).

No rastro dessa colocação, em sentido de complementação de informação, Marcelo Bulhões (2007) traz a percepção de que “o jornal passa a ser um atraente artigo de consumo, circulando em meio a outros, compondo o figurino das massas metropolitanas, ávidas por novidade entretenimento” (BULHÕES, 2007, p. 102). Diante disso, pelas linhas escritas por Bulhões (2007), o jornal impresso entra na lógica capitalista de produção, vende-se informação e conhecimento em grande escala. Pensando a imprensa um produto lucrativo, a historiadora Tania Regina de Luca explica que “os jornais diários se profissionalizavam, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento [...]” (LUCA, 2005, p.137).

Consoante ao que fora exposto por Bulhões (2007) e Luca (2005), de particular interesse é a condição da imprensa, arauto do saber moderno, atrelada à educação, industrialização e ciência, mas também obediente à lógica capitalista, em que transforma informação em lucro. Pode-se afirmar, ainda, que a imprensa adquire um status de representatividade e formação de opinião indiscutível, entendendo-se por entre as linhas, uma condição de autoridade de fala e portador de um saber distinto que era creditado ao jornal.

Constituindo-se, portanto, a imprensa, como produto indispensável à modernidade, para fins informativos e pela própria construção da intelectualidade e da sociedade. É primoroso para essa análise considerar que a principal função de um jornal, a de informar, relatar e pensar fato e/ou situação, entrava no ritmo de produção industrial, com periodicidade diária, como o caso do *Correio Paulistano*. Assim, cabe envolver o prisma intelectual, presente nos jornais, sendo ferramentas industriais e, ao mesmo tempo, culturais.

A verdade é que, enquanto instrumento cultural de poder que circula pela sociedade, a imprensa, principalmente o jornal industrial que se forma no século XX, clama por leitores-consumidores, buscando aumentar sua rede de produção e sua interferência na sociedade. Não menos essencial é pensar as relações subjetivas que se estabelecem entre leitor e jornal, tais como produção e recepção de informação, que, no século XX, chega de forma mais rápida, e em maior número, em decorrência do melhoramento do maquinário que produzia o jornal².

² O *Correio Paulistano*, por exemplo, inaugurando sua jornada com prelo de pau movido, forma mais rustica de imprensa até então na década de 1850, fazendo uso de mão de obra escrava, posteriormente passa para a Alauzet em 1863, a primeira máquina de aço da imprensa paulista e 20 anos depois faz uso da chamada Máquina de Marinoni (THALASSA, 2007).

Destarte, ao pensar no melhoramento técnico das máquinas, é preciso acompanhar que o mesmo favoreceria o alcance do jornal a um maior número de pessoas e de cidades pelo Brasil, cada uma com um poder maior de intervenção no mundo da política. Esse fato, é evidente, acabou por ampliar a relação da imprensa com a política.

1.1 A relação dialógica entre imprensa e política: fonte inesgotável de discursos

Phil Graham (1915 -1963), um dos grandes editores do *Washington Post*, em meados do século XX, dizia que “o jornalismo é o primeiro rascunho da história” (MENDEZ, 2002). Assim, seria impensável abordar a imprensa sem retomar a proximidade desses três campos (história, literatura e jornalismo), de forma que, ainda que respeitados os limites teóricos das áreas do saber, o processo de produção do profissional, seja do historiador, seja do escritor ou jornalista, é semelhante, no qual, utilizam, via de regra, a mesma ferramenta: a linguagem.

E assim sendo, posta-se que uma das fontes mais promissoras à história seja o jornal. Contudo, há que se ponderar, assim, que o conteúdo dos periódicos é tratado não como expressões verídicas, espelho do real, mas como a interpretação dos fatos por determinado grupo (SCHWARCZ, 1987). A produção da informação adquire contornos subjetivos naturais próprios de quem a tece e pelo veículo de imprensa em que escreve, acima de tudo, indo além da forma objetiva. Vale destacar que o ato da escrita por si só é um ato de transformação política, que incute refletir, posicionar e requerer posição.

Segundo Foucault (1996, p. 10), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. O cerne da questão é que enquanto meio que produz um saber, uma atividade literária e cultural praticada por um jornal, enquanto articulador e propagador de fatos e ideias, exprime, no alto de sua existência, uma dada performatividade condicional da palavra escrita, movida e promovida por discursos e formas políticas que intervêm no/ao mundo.

O historiador Nicolau Sevcenko, no livro *Literatura como missão* (1985), direciona sua análise partindo do princípio que a literatura “[...] constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se [...]” (SEVCENKO, 1985, p. 20). Por tal razão, “[...] aparece como ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social” (Idem, p.20).

Corroborar, para tal hipótese, a condição de que o ritmo e produção da informação se desenvolvem mediados e condicionados por vontades e rumos políticos. Conforme assegura a historiadora Dominichi Miranda de Sá: “Os maiores letrados brasileiros da virada do século XIX para o XX apresentaram-se num ‘palco’ cujo cenário estava prestes a se transformar por

completo” (2006, p.21-22). Vale ressaltar que nessa condição, observa-se, ainda, que é singular apontar em um esforço de síntese, margeada pelas preocupações dos intelectuais, a questão racial, por exemplo, que tornara-se fator crucial de pensamento político republicano.

Assim, essa perspectiva segue o pressuposto, conforme aponta a historiadora Tania Regina de Luca (2008), que o século XIX pode ser caracterizado pela grande atuação de jornais de caráter político, os quais, segundo a historiadora, desempenharam relevante papel na luta pela independência do Brasil (1822) e no movimento pela abolição da escravidão (1888).

Ainda, conduz Tânia de Luca (2008), compreendendo a atividade dos intelectuais pelos jornais, era nítido que a mensagem que nele se propagara alcançaria retorno certo, seja positivo ou negativo, mas, mesmo assim, um meio eficaz de propagação de ideias e relato de fatos cotidianos. Nessa conjuntura, verifica-se que, ao fazer uso da imprensa, enquanto fonte histórica, faz-se mister que se tenha em mente as perspectivas das historiadoras, Heloísa Cruz e de Maria do Rosário Peixoto (2007), ao discutirem “a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros [...]” (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p. 116).

Ao entrar no mérito da imprensa, própria instituição do saber, localiza-se uma profusão de discursos históricos que emergem ancorados pela intelectualidade de uma época, tornando-a em certa medida a própria prática política. No que tange à imprensa, pode-se trazer à baila que ela, uma instituição política, carrega marcas subjetivas, manifestando parcialidade, oferecendo espaços, em editoriais e em suas colunas, a determinados temas, em detrimentos de outros.

Ademais, ao fazer uso do jornal uma fonte, cabe pensar o aspecto político da imprensa em sua relevância histórica, uma vez que, de acordo com historiador Ciro Flamarion Cardoso (1986), tal alargamento na concepção de documento trouxe para a produção historiográfica uma ampliação das possibilidades de investigação. Nesta dinâmica de reflexão, assim constando, portanto, “os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas também mediante métodos linguísticos de análise do discurso [...]. Em outras palavras, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pôde ocorrer” (CARDOSO, 1986, p.54).

Como bem apresentado pelas afirmações de Cardoso (1986), é problematizada a questão dos textos, discursos produzidos em um determinado tempo, e, se visto assim, o jornal *Correio Paulistano*, portanto, oferece bases narrativas para pensar e interrogar o processo histórico do pós-abolicionismo e início do Brasil República. Possibilita levar em conta a configuração social e política dos fatos históricos para analisar a construção das identidades culturais e projetos civilizatórios, no final do século XIX e início do século XX. Logo, pensando a partir das

questões desenvolvidas por Michel Foucault, devemos lembrar que “a história é o discurso do poder, o discurso das obrigações pelas quais o poder submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza” (FOUCAULT, 1999a, p. 79).

Nesse construto, ao pensar que a historiografia se faz possível perante a instrumentalização de suas fontes, é válido trazer o jornal enquanto plataforma de discurso que constrói o próprio movimento de sentido político. Uma vez que há, certamente, uma veia de contorno político que permanece intrínseca à existência da imprensa. Em se tratar do jornal, antes de tudo, de um meio produzido de algum lugar pertencente a alguém ou algum grupo ligado às instâncias políticas. E, de fato, no mundo moderno, imprensa e fazer político se camuflam (ora confundem-se), e, assim, uma possível leitura deste argumento, sob perspectiva do efeito discursivo, permite considerar, nesse panorama, que é justamente nessas relações de poder que se estabelecem práticas autoritárias de controle do estado sobre os sujeitos e seus corpos.

É dentro desse contexto, por exemplo, que o discurso político-ideológico faz-se, na forma de discurso científico, na imprensa do início do século XX. Nessa esteira, o discurso manifestado pelos intelectuais é constituído de ideologias e intenções, mesmo que subjetivas, mas, em essência, que se mantém e que permanecem inclusas nos espaços e relações de poder, inclusive narrativas, balizadas pela imprensa.

O historiador paulista Nicolau Sevcenko, pensando a influência de atuação de amplitude do jornalismo, na sociedade moderna, desenvolve a argumentação no sentido de indicar, pois, que “a nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu “[...] territórios até então intocados [...]” (SEVCENKO, 1985, p.99).

Nessa mesma direção, a historiadora Maria Helena Capelato pontua que, em vários tipos de periódicos, encontram-se “projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade” (CAPELATO, 1988, p.34). A autora delinea, de modo que, história e jornalismo mantém uma relação próxima, no que tange às narrativas, e às relações, um tanto interdisciplinares e subjetivas entre a história e a imprensa. Seguindo esse raciocínio, Tania Regina de Luca (2005), considerando principalmente na metodologia que toma o jornal uma fonte de estudo histórico, parte a discutir o periódico um meio que circula pela sociedade.

De forma mais atenta, conforme conduz a historiadora, “[...] o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (LUCA, 2005, p.139). Tanto em Capelato (1988) como em Tania de Luca (2005), a imprensa estaria relacionada à sociedade e a um determinado tempo, praticando um discurso e tomando nota de uma visão política de mundo.

É nítido, assim, um sistema de produção de discursos-verdade (percorrendo um viés foucaultiano), adquirido pelo jornal *Correio Paulistano*, optando quais falas e opiniões se fariam válidas e disseminadas.

Se levado ao pé da letra, como traz a historiadora Maria Helena Capelato, em *A imprensa na História do Brasil (1988)*, “todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p.15). É possível estender o entendimento dessa citação ao trabalho com o *Correio Paulistano* e sua ênfase nos discursos que mobilizam a atenção dos leitores.

De pronto, em posição parelha à adotada por Capelato (1988), em sua análise teórica, a também historiadora Andréa Pessanha (2010), com olhares às manifestações políticas tomadas pela imprensa brasileira, afirma que prova dessa relação imprensa e política foi a propaganda abolicionista e a republicana no Brasil, uma vez que a campanha pelos jornais coadunava os espaços da ação na sociedade, a formação de identidades e de construção de memória (PESSANHA, 2010).

Ou seja, em outros termos, se postas sobre a mesa, a imprensa e os intelectuais, agentes históricos ativos do processo de subjetividade da informação, construção e divulgação de saberes, agiam politicamente, desde a coleta de dados e informações para tecerem suas histórias e reflexões, o que condicionaria o jornal a operar uma narrativa ideológica de ação, mesmo quando este se põe em condição de suposta neutralidade político-ideológica, pois, em suas ações diárias de edição, seleciona os fatos que deve levar a público ou não, dando prioridade a determinado personagem ou fato.

Numa conjuntura do processo comunicacional, o jornalismo pode ser assegurado como aquele que articula as ideias, morada dos intelectuais. Nesse compasso, ao fazer a conexão do pensamento entre a produção intelectual e sua participação e publicação na imprensa, impõe-se pensar o poder intelectual e político contido nas páginas de um jornal. Tendo em mente tal configuração conjuntural, Foucault (1996) afirma:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8).

No excerto, fica evidente, portanto, pela concepção de Foucault (1996), a produção linear de discursos, e a própria ênfase no discurso, determinado e determinante na produção de um sentido político na imprensa. Ademais, o texto elaborado é localizado pelo pensamento

subjetivo de construção do próprio discurso, pelo intelectual que o expõe, no entrelaçar de imprensa e política, constroem-se laços discursivos de poder político.

Fato é que, direta ou indiretamente, os veículos de imprensa, desde seu início, no Brasil, em 1808, estiveram associados a movimentos políticos, jornais abolicionistas, republicanos, operários, favorecidos por problemas e/ou dilemas sociais que levaram ao nascimento de jornais variados, “[...] uma verdadeira ‘explosão da palavra escrita’, assim como uma grande importância atribuída à vida associativa [...]” (SANTOS, 2011, p. 189). Levando em conta tal inferência, inaugura-se o poder de criar novos saberes, inclusive científicos.

Em função dessas assertivas, assume-se que a intelectualidade estabelece o poder em dirigir os pensamentos sob a sociedade, pelo espaço que lhe é oferecido nos jornais. Nestes termos, com efeito, a intelectualidade atuante que circulava pelos jornais, no início do século, fazia questão de anunciar a “nova era” brasileira. Do mesmo modo, com o advento dos ideais cientificistas, na virada do século XIX para o XX, os jornais carregam a identidade das próprias ideias em suas páginas.

Como sugere fortemente Tania Regina de Luca (2008), é de se envolver, também, que “[...] o jornal vendia (e vende) uma mercadoria muito especial, capaz de despertar simpatia e oposição, mobilizar e levar à ação política, mas que também deveria infundir confiança nos que percorriam suas páginas” (2008, p.156). Tal como corrobora Nelson Werneck Sodré (1999), ao constatar, segundo ele, que a grande imprensa fez dos temas e personagens políticos a tônica de suas matérias e própria existência.

Ademais, é imperioso levar em consideração o momento histórico do início do século XX, quando emerge, no Brasil, uma série de novos saberes científicos e políticos ligados à modernidade. Isso pode ser entendido quando analisado o prisma contextual da intelectualidade presente na imprensa do início do Brasil República. Assim, destaca Daniel Pécaut, “a ideologia lhes permite, além disso, ser elite quando necessário, ou povo quando conveniente. Graças ao hiato entre o social e o político, conseguem se erigir em mediadores indispensáveis [...]” (PÉCAUT, 1990, p. 9).

Como bem argumentado por Pécaut (1990), a intelectualidade vigente terá, na imprensa, um universo de discussão política a céu aberto, gozando de autoridade e reconhecimento e em alta circularidade pelo espaço em pouco tempo. E, no Brasil dos anos 20, “os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente” (PÉCAUT, 1990, p. 22).

Amparado no argumento de Pécaut (1990), a intelectualidade, ativa nos jornais do início da década do século XX, constitui, em sua base, o aglomerado de sujeitos dispostos a pôr em

perspectiva os problemas que assolavam a nação e pensá-los de modo a encontrar soluções que os amenizassem.

A particularidade de intelectuais da Primeira República é que fora composta por sujeitos de origens de formação e atuação diversas, como: jornalistas, juristas, médicos, políticos, fazendeiros, professores, engenheiros, entre outros, que se faziam presentes na imprensa.

Ao mesmo tempo em que os intelectuais pensavam os problemas nacionais, eles eram projetados pelo fazer da própria imprensa, pois, se levado em conta o texto publicado, em 26 de junho de 1929, pelo jurista Fernando Egydio, no jornal *Correio Paulistano*, em que expõe: “O ‘Correio Paulistano’ é um órgão de imprensa a que muita gente deve a sua formação intelectual [...]” (Correio Paulistano, 26 de junho de 1929, p.4). As palavras do jurista Fernando Egydio podem ser tomadas em relação ao fazer intelectual, como uma prática que constitui-se pelo pensar, e o jornal *Correio Paulistano*, bem como outros demais órgãos da imprensa, por sua vez, como plataformas de exercício e exposição desta prática.

A imprensa atrelada ao intelectual (e vice-versa) é vista em edição de 1928 do jornal *Correio Paulistano* ao expor: “O ano que hoje começa, foi recebido, sob entusiástico ambiente de festa em nossa redação [...] nosso redactor político deputado Menotti del Picchia, [...] subsecretários Cassiano Ricardo, [...] Genolino Amado, Fernando Egydio [...]” (Correio Paulistano, 1 de janeiro de 1928, p.2). Pelo presente excerto, é nítida a presença da intelectualidade na própria estrutura de funcionamento do jornal *Correio Paulistano*.

No mesmo diapasão, com a atividade políticas às suas costas, esses intelectuais aderiram ao ideal de fazer-se pela escrita e do ato de pensar sua sociedade. Se assim o era, ou fosse, pela intelectualidade é que passava o anseio em buscar o sentido da nação. Contudo, o mesmo não envolvia abster-se das próprias motivações e inspirações pessoais ideológicas, inerente a qualquer sujeito, diante da subjetividade. É, pois, nesse tom, que ousa-se dizer que o ato discursivo torna-se um ato político ao cumprir a demarcação de uma posição de fala.

Os discursos movidos pelos intelectuais, que ocupavam (e ocupam) os jornais, são móveis e circunstanciais, ou seja, se adaptam à condição de tempo-espço, e outras condicionalidades impostas ao processo de produção do conteúdo, tais como a linha política-editorial do jornal e os grupos empresariais, políticos e culturais que o mantém e o impulsiona.

1.2 A imprensa, os intelectuais e o Partido Republicano Paulista (PRP)

Em convenção realizada em Itu, no interior do estado de São Paulo, em 18 de abril de 1873, o Partido Republicano Paulista (PRP) era fundado, num período em que o Segundo Reinado (1840-1889) começava a sofrer uma oposição mais forte entre os republicanos. Neste

contexto, o partido carregava, então, em sua forma de manifestação política, a previsão inevitável da proclamação da República e inovação no ato político.

Contudo, José Murilo de Carvalho (1998) aponta que os republicanos, presentes no PRP, eram fazendeiros de café e escravocratas, ou seja, não haveria mudança estrutural na forma de pensar e fazer política. No que se refere a São Paulo, como posto pela historiadora Maria Efigênia Lage de Resende, “o Partido Republicano Paulista congrega os interesses dos cafeicultores, representantes da economia dominante, à época, exclusiva do Estado” (RESENDE, 2008, p.97).

Assim sendo, após advento da República, conforme explica Skidmore, “[...] o sistema bipartidário do Império foi substituído por uma rede de máquinas políticas unipartidárias em cada estado [...]” (SKIDMORE, 2012, p. 129). E assim, no mesmo sentido, Sérgio Buarque de Holanda afirmara que de “todas as províncias brasileiras era, efetivamente, São Paulo aquela aonde o republicanismo vinha mostrando, não só maior pujança numérica, mas também maior capacidade de organizar-se” (HOLANDA, 2005, p. 310).

Esta perspectiva reforça a tese e nos oferece a condição de pensar a soberania do PRP em São Paulo, estado que consolidava-se, naquele momento, como grande expoente econômico e político, formando o pacto Campos Sales ou Política dos Governadores, tendo sido iniciado pelo presidente paulista Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), “[...] que acomodará em boa medida os interesses do Executivo federal a partir de alianças com as oligarquias regionais mais poderosas [...]” (CARVALHO, 2017, p.52).

Complementando, Maria de Lourdes Eleutério aponta e sugere, assim, não à toa, que é nesse período que “[...] a imprensa foi extremamente cortejada pelo governo, que, afinado com seus interesses de classe, isto é, aqueles da elite agrário de São Paulo e Minas Gerais, aliciou-a e mobilizou-a para sua propaganda e serviço” (ELEUTÉRIO apud MARTINS & LUCA, 2008, p. 86). É nesse cenário, de 1889 a 1930, que a imprensa da Primeira República conviveu com dois partidos se revezando no poder: Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM), consolidando o que ficara conhecida como a Política do Café com Leite, uma alusão que se fazia do café relacionado ao estado de São Paulo e o leite com o estado de Minas Gerais.

Aqui, particularmente, as tácitas e inquestionáveis marcas de cooperação e associação entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e a imprensa, exigem esforços para uma análise mais abrangente dessa questão. Impõe-se envolver, no debate, a condição de influência do partido sob a sociedade paulista. Nessa linha de raciocínio, é fato que o partido necessitava da imprensa para ventilar suas ideias pelo estado paulista. A imprensa e a intelectualidade surgiam

como grande motor de propulsão de seus ideais. Segundo demonstra o historiador Cesar Mucio Silva (2006b):

Tudo indica que a superioridade política de São Paulo decorria de vários fatores: o PRP estava organizado em todo o Estado de São Paulo, os dirigentes políticos estavam respaldados em grupos coesos e fortes, com profissionais técnicos e intelectuais na condução das políticas públicas do Estado; a oligarquia paulista estava bem estruturada, tendo cada grupo sua área de atuação e influência, com o reconhecimento do poder estadual que legitimava os papéis políticos exercidos pelos oligarcas e seus prepostos (SILVA, 2006b, p.24).

A rigor, uma superioridade política que era permitida, diga-se, pela expansão dos jornais republicanos, não só orientados, bem como dirigidos e controlados. No bojo desse contexto, é de se pensar que ao passo que os partidos adquiriram notoriedade pelo poderio econômico e pujança de recursos, organizam-se, ao mesmo tempo, a manter e controlar a imprensa. Campos Sales, por exemplo, conforme a historiografia tem demonstrado, “seria lembrado, entre outros aspectos de seu governo, por dispor a comprar a opinião de jornais e jornalistas” (ELEUTÉRIO apud MARTINS & LUCA, 2008, p. 84).

Além disso, existiam vários jornais impressos que estavam ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), exemplo são o *Correio Paulistano*, *A Gazeta de Campinas* e *A Província de São Paulo* (1875). Em verdade, até em 1874, apenas o *Correio Paulistano* (1854) e *A Gazeta de Campinas* (1869) eram instrumentos dos republicanos (THALASSA, 2007). Nesta empreitada, propõe-se, aqui, apresentar o momento histórico e características próprias no surgimento dos jornais, politicamente orientados e, em grande medida, sustentados por patrocínio político, financeiro e ideológico republicano.

Sem dúvida, ousa-se dizer que o mais destacado dos jornais fora o *Correio Paulistano* (1854) que, ao tornar-se órgão de imprensa oficial do partido republicano, no fim do século XIX, assume consigo um caráter político praticado pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Com efeito, considerando as posições políticas declaradas, leva-se a imaginar as pressões que o Partido Republicano Paulista (PRP) dirigia ao *Correio Paulistano*, que, por seu turno, via-se entre sua posição política, liberdade de imprensa e os deveres com o PRP e seus membros.

De toda forma, é claro que o *Correio Paulistano* não podia deixar de refletir logicamente as decisões do meio em que surgia. Em suas colunas, os anseios e as dúvidas, as angústias e as crenças da alma brasileira borbulhavam contraditoriamente e desordenadas (SOUZA, 1904, p.4). Outro aspecto a assinalar, contudo, é que sua atuação estava amparada nos braços do PRP, que lhe assegurava bases de apoio intelectual e econômica. As relações de convivência que se estabeleceram entre Partido Republicano Paulista (PRP) e a imprensa paulista, em especial o

Correio Paulistano, como carro chefe da parceria, levaram a caracterizar um convívio de subsistência e manutenção do poder discursivo.

Fato é que, mediante o exemplo de sua força e notoriedade política, até a Revolução de 1930, saíram do PRP quatro políticos, que foram lançados e eleitos presidentes da República: Pudente de Moraes (1894-1898) Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Washington Luís (1926-1930).

Não obstante, não devem passar batidas as publicações, feitas durante as primeiras décadas do século XX, do chamado *Boletim Republicano*, como atas que colocavam os leitores a par do andamento institucional do Partido Republicano Paulista (PPR), visto que o *Correio Paulistano* emprestava espaço ao partido para articular com sua base eleitoral, concedendo ainda o seu notável prestígio público, jornalistas e prática de discurso à linha partidária.

O que pode ser verificado no *Boletim Republicano* do ano de 1926, quando, em janeiro daquele ano, o *Correio Paulistano* publica um texto de sua autoria ao candidato à presidência, Washington Luís, que assumiria o cargo da presidência em 15 de novembro e permaneceria até 1930. O texto afirmava: “A linha política do programma do sr. Washington Luís reafirma uma noção profunda das características da civilização brasileira. A obra de conservação republicana que está empenhada em realizar é progressiva e fecunda [...]” (*Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1926, p.5).

Não é exagero pensar que, enquanto parceiro político, o *Correio Paulistano* não só estava associado ao PRP mas participava ativamente da campanha eleitoral dos candidatos republicanos. Insta elucidar que, para uma compreensão da discussão, torna-se imperial trazer à baila, sob a propriedade de quem estava o jornal *Correio Paulistano*, durante a Primeira República, e, por consequência, quais foram as ligações dos proprietários com o Partido Republicano Paulista (PRP). Nessa ótica:

A partir de junho de 1890, ele foi adquirido por um seletor grupo de republicanos históricos, entre eles o capitão Manuel Lopes de Oliveira, Victorino Gonçalves Carmilho, Jorge Ludgero de Cerqueira Miranda, Vladislau Herculano de Freitas, José Luiz de Almeida Nogueira, Carlos de Campos (editor-chefe por 25 anos), Luiz de Toledo Piza e Almeida, Wenceslau de Queiroz e Delphim Carlos. O jornal passa a ser órgão oficial do PRP (Partido Republicano Paulista), posição deixada pela A Província de São Paulo (THALASSA, 2007, p..37).

Pela coordenação e agrupamento dos políticos republicanos, acerca do partido com a gerência do jornal *Correio Paulistano*, fica nítida a essência coletiva em ter um porta voz político. Por fim, a *Província de São Paulo* emerge, em 1875, como órgão (não-oficial) do Partido Republicano Paulista (PRP), que, mais tarde, em 1889, daria origem ao *O Estado de*

São Paulo, pertencente a Rangel Pestana (1839-1903), Américo Brasiliense (1833-1896) e Campos Salles (1841–1913).

Constituído basicamente por advogados liberais e fazendeiros, o jornal *O Estado de São Paulo*, em oposição ao *Correio Paulistano*, afirmava ser de linha editorial independente, anunciando que estaria trazendo um olhar de modernidade. Nesse quadro, explica Lília Schwarcz, “não mais ‘a mata e a selvageria’ deveriam ser a carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica” (SCHWARCZ, 1987, p. 42).

A priori, mantendo a visão apresentada por essa ideia fabricada de um novo Brasil, um país melhorado, sem os vícios e problemas arcaicos, que passou a ser incorporada, fora de forma primorosa representada na imprensa. *O Estado de São Paulo*, à vista disso, envolve-se no projeto intelectual de repensar o modelo e, principalmente, o rosto da nação brasileira. E de fato, estava em andamento uma nova concepção de sociedade, pelo menos por parte da elite, que visava construir uma sociedade moderna e racional, cabendo aos meios de imprensa, assim, apontar os caminhos para o novo Brasil e moldá-los.

Diferente do *Correio Paulistano*, que se assumia verdadeiramente como *órgão do partido republicano*, *A Província de São Paulo*, que assim permanece até 1889, quando transforma-se em *Estado de São Paulo*, embora pertencente ao grupo dos republicanos, não a expunha e muito menos fazia questão de enaltecer qualquer laço oficial entre o periódico e o PRP (THALASSA, 2007). Nota-se, de forma bastante clara, um discurso do jornal de manter-se neutro, dizendo-se apenas aliado aos fatos e deveres com seus leitores. Ao longo do tempo, converter-se-ia a outro lado político, como ocorreu na década de 1920, após uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP) fundaria o Partido Democrático (PD), em 1926.

Do mesmo modo que o PRP, o PD igualmente contaria com apoio de setores distintos da sociedade, como a imprensa, adotando *O Estado de S. Paulo* um órgão ligado ao partido. O PD contaria com apoio de professores e estudantes, em especial, da Faculdade de Direito de São Paulo. Não por acaso, em sua obra *Intelectuais à brasileira (2001)*, o sociólogo carioca Sergio Miceli pontua que:

Ao longo da República Velha, os estudantes dos cursos jurídicos tinham não apenas a pretensão, mas também a possibilidade objetiva de ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político ou intelectual ou, então, de ser convocados para os escalões superiores do serviço central (MICELI, 2001, p. 118).

Bem salientado por Miceli (2001), pela lista de políticos pertencentes ao Partido Republicano Paulista (PRP), Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Washington Luís e Júlio Prestes, eram todos bacharéis em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Dessa conjuntura, explica Schwarcz, “[...] a escola de direito de São Paulo constituiria um dos centros intelectuais do país. Famosos por seu autodidatismo, os profissionais dessa Faculdade não se limitaram a refletir sobre a cultura jurídica *stricto sensu*” (SCHWARCZ, 1987, p. 227).

Era necessário que os acadêmicos estivessem ativos nos jornais. Segundo Lilia Schwarcz, “[...] editoriais do *Correio Paulistano* foram redigidos por professores da casa, assim como, a partir de 1875, o jornal *A Província de S. Paulo* [...] referia-se elogiosamente à participação dos intelectuais da Faculdade de Direito de São Paulo” (Idem, p. 229). Conquanto, *O Estado de São Paulo* contava com a presença de apoiadores como Francisco Morato, Júlio de Mesquita e Waldemar Ferreira, e o *Diário Nacional*, com Luís Carlos Prestes, Paulo Nogueira Filho e Amadeu Amaral.

Em comum com o *Correio Paulistano*, veem-se outros partidos, além do Partido Republicano Paulista (PRP), que buscaram, em um jornal de grande relevância, um meio para articular e ventilar seus ideais. A respeito da trajetória do PRP e sua ligação oficial com o *Correio Paulistano*, a historiadora Tania de Luca (2008) afirma nos seguintes dizeres:

Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP) teve como órgão oficial, desde o pós – 1889 até meados dos anos 1950, o *Correio Paulistano* e, no polo oposto, havia o *Diário Nacional*, fundado em 1927 como instrumento de ação do Partido Democrático (PD), organizado no ano anterior para combater as práticas oligárquicas perrepistas e os poderes estabelecidos, que circulou até julho de 1932. O vespertino *A Gazeta* (São Paulo, 1906), ainda que se declarasse distante dos litígios partidários, demonstrou nos primeiros anos de existência clara simpatia pelo PRP, o que não se alterou apesar das várias mudanças de proprietários, diretores e redatores (LUCA, 2008, p.162).

Com efeito, estabeleciam-se dois projetos políticos de pensar e divulgar os fatos e ideias, ainda que ancorados nos principais jornais paulistas (*Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *O Estado de São Paulo* e *O Diário Nacional*), PRP e PD, respectivamente, mantinham laços próximos com a imprensa e a intelectualidade. Não apenas representavam dois lados do pensar político, mas, tanto *Correio Paulistano* e a *Gazeta de Campinas*, próximos ao Partido Republicano Paulista (PRP), como *O Estado de São Paulo* e *O Diário Nacional*, amigáveis às ideias do Partido Democrático (PD), mantinham em comum a base estrutural, próxima de uma imprensa atrelada ao poderio influenciador de um partido político.

Em 7 de setembro de 1926, nas páginas do *Correio Paulistano*, Cassiano Ricardo publicara um texto intitulado *Ruminantes de cultura*, acerca dos dissidentes do PRP, em que dizia: “[...] os estilistas professoras do democrático dizem as coisas que já sabemos de cor, e isso com um ar superior que nós, ignorantes de marca, nunca tivemos notícia do que eles estão dizendo, do alto das suas cathedras inéditas” (*Correio Paulistano*, 7 de setembro 1926, p. 3).

Em sentido de “provocação” parecida, O *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrática (PD), em artigo publicado, em 5 de novembro de 1927, em texto que trazia enfrentamento ao PRP e ao seu órgão oficial de imprensa (*Correio Paulistano*), aparecia dizendo: “A pobreza de ideias do P.R.P toca às raias da indigência mental. A maneira como seu organ combate o voto secreto e o Partido Democrático é um documento vivo” (Diário Nacional, 5 de novembro de 1927, p. 3).

Existiam, portanto, interesses partidários desiguais, que eram explicitados por meio dos jornais atrelados a um ou outro partido. Em face disso, o intelectual baiano Hermes Lima (1902-1978), em texto de sua autoria intitulado *Heróis Políticos*, do ano de 1928, ele argumenta que “o Partido Democrático, convenceu-se que, para viver, é-lhe necessário um ambiente de coisas sinistras. Todo o vão trabalho dos seus jornalistas, dos seus oradores, está sendo o de inventar para o pleito próximo uma atmosphaera de tempestade” (Correio Paulistano, 4 de fevereiro de 1928, p.5).

Algo próximo pode ser visto, em 27 de novembro de 1929, quando transcrito do jornal republicano carioca *O Paíz*, intitulado *A Mentalidade do P.R.P*, assinado por Jorge Santos, que, em longa coluna, apontara uma campanha de desmoralização dirigida ao Partido Republicano Paulista (PRP), que pretendia, em suas palavras, servir ao Partido Democrático (PD), expondo nos seguintes dizeres:

Querem, agora, os detractores irrefletidos desmoralizal-o e então, de olhos vedados, propositalmente, desmemoriados por prazer, accusam esse tradicional partido de homens de fé e de intelligencia, patriotas esclarecidos e adentrados, partido que faz jus a reconhecimento do Brasil inteiro, de haver exercido com influência perniciososa. Com essa campanha pretende-se beneficiar o Partido Democrático, calouro sem convicções nem princípios [...]. Só um homem tem a consciência plena da extensão do mal que está praticando: o sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Por que applaudir e apoiar os que desejam atear fogo, de novo, à nossa pátria ? por que dar ouvidos, a difamadores ?. A mentalidade do P.R.P é a que nos convém, é a que serve aos interesses da nação. É a mentalidade progressista e realizadora, é a mentalidade do século XX (Correio Paulistano, 27 de setembro de 1929, p. 6).

Convém dizer que a citação, extraída do *Correio Paulistano*, é reveladora ao expor duas faces políticas, PRP e PD envolvidos em dois projetos para a nação. Ao atribuir a onda promovida de descrédito do PRP, o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), tendo iniciado sua carreira política no Partido Republicano Mineiro (PRM), rompe com o Partido Republicano Paulista (PRP), após Washington Luís indicar, o também paulista Júlio Prestes, como seu sucessor.

Ainda, acerca do texto *A Mentalidade do P.R.P*, publicado, originalmente, no jornal *O Paíz*, em 4 de fevereiro de 1928, e republicado, na íntegra, no *Correio Paulistano*, o jornal de

São Paulo traria, ainda, no dia 7 do mesmo mês de fevereiro, um breve texto em sua coluna de *Notas*, que sintetizava bem o conflito político-intelectual de projeto de pensamento estratégico envolvendo o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), expondo nas seguintes linhas:

Um jornal de brilhante tradição republicana, o “Paiz”, do rio, salientava ante-hontem o que tem de ineficiente o partido democrático. Essa ineficiência avulta à medida que se aproxima a eleição do próximo dia 24. Porque quanto mais propaganda fazem, mais evidenciam os democráticos a sua falta de objectivos ponderáveis. Essa situação concorre poderosamente para realçar a obra formidável e utilíssima que o Partido Republicano Paulista vem realizando. Deante, porém, dessa camapnha inconsistente e inglória, o Partido Republicano, cõnscio das suas tradições e responsavildiades, magnificamente patenteia o que são a sua cohesão, a sua disciplina e a sua força (Correio Paulistano, 7 de fevereiro de 1928, p. 3).

Esse movimento de enfretamento entre os jornais de núcleos políticos não era tão incomum, como indica Sergio Miceli (2001, p.96). Além de manterem em suas colunas intelectuais, assumidamente, filiados aos partidos paulistas, buscavam responder às problemáticas da sociedade, do PRP.

Faz-se mister compreender, ainda na linha teórica tracejada por Miceli (2001), que não era raro encontrar intelectuais atrelados aos partidos que defendiam os mesmos em seus jornais. Nessa esteira, “a essas atribuições juntavam os serviços que prestavam aos diversos órgãos da imprensa, fosse ela ‘situacionista’ (Correio Paulistano), independente’ (O Estado de S. Paulo), ‘democrática’ (Diário Nacional) [...]” (MICELI, 2001, p. 95).

Convém esclarecer que, caminhado ao fim da década de 1920, mais precisamente, em 1929, já é nítido pela leitura das edições do *Correio Paulistano* um movimento de quebra de predominância política do PRP paulista e do próprio mando do estado, na escolha dos presidentes do país e do conflito dos mesmos com os partidários do Partido Democrático (PD), e vice-versa.

1.3 Breve trajetória do Correio Paulistano (1854-1963)

O jornal *Correio Paulistano* nasce, em 1831, mas, logo desaparece, em 1832, e só volta de forma efetiva e contínua em 1854, encontrando-se, inicialmente, em propriedade de Joaquim Roberto De Azevedo Marques (1824-1882), e, segundo Freitas (1915 apud TRIZOTTI, 2015), como primeiro redator, estaria Pedro Taques de Almeida Alvim, que tivera já passado por *Clarim Saquarema* e *Azorrague*. Pedro Taques, aliás, pelo que consta, fez do *Correio Paulistano* o jornal mais aberto, moderno, tolerante e debatedor da tradicionalista cidade de São Paulo (DUARTE, 1972).

Nessa esteira, o periódico iniciaria, de fato, suas atividades, em 1854, como o primeiro jornal diário no estado de São Paulo e o terceiro no Brasil. Há que se dar ênfase que o jornal *Correio Paulistano*, ainda que portador de um viés liberal, ocupava-se do discurso visando a imparcialidade, que se punha totalmente a serviço da população alfabetizada e letrada. Tanto é assim que, em sua edição de lançamento, faz-se presente a seguinte afirmação: “(Lançamos) no intuito de fundar uma tribuna livre, aberta a todas as aspirações e a todas as queixas, sem restrições na esfera do pensamento religioso ou partidário” (*Correio Paulistano*, 26 de junho de 1854, p. 1).

Contudo, desde sua fundação, o jornal altera sua postura política, conforme o contexto e a necessidade econômica lhe atingia. De acordo com Lilia Schwarcz, “no *Correio*, portanto, a postura conservadora, antes de constituir uma ‘questão de estilo’, parecia ser mesmo uma ‘convicção’” (SCHWARCZ, 1987, p.71). Prova disso é que, um ano mais tarde, em 1855, o jornal logo muda e inverte sua postura política editorial, em razão de dificuldades financeiras, e passa a apoiar o discurso conservador e assim se mantém até 1879.

Contudo, no andamento, em 1882, Antônio da Silva Prado (1840-1929)³, ex-deputado federal, na época dizia-se “deputado geral” pelo Partido Conservador, assume a direção do jornal reforçando e impondo à linha ideológica do periódico amplo coro às ideias abolicionistas e republicanas. Tal argumento vai de encontro ao que a cientista social Amélia Cohn (2015) observa no que toca ao jornal *Correio Paulistano*, um periódico que:

Nascido liberal, o jornal, segundo José Freitas Nobre, em pouco tempo tornou-se conservador: premido “por uma série de circunstâncias, especialmente as de caráter financeiro... teve que ceder à pressão política do Partido Conservador, a ele aderindo de maneira pública, perdendo um pouco do prestígio que conquistara na sua orientação independente”. Em fins da década de 1860, entretanto, rompida a conciliação entre liberais e conservadores, a linha editorial do jornal optou pelos primeiros. Fundado o Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873, o periódico tornou-se seu órgão de divulgação e em 1874 foi comprado por Leôncio de Carvalho, adotando uma linha reformista. Em 1882 assumiu a direção editorial Antônio Prado, que imprimiu ao jornal a orientação de defesa do abolicionismo, e posteriormente de defesa da ordem republicana. Nascido, portanto, como um órgão de imprensa liberal e independente, logo a seguir conservador e dependente do poder político oficial da província de São Paulo, novamente adepto da trilha liberal, abolicionista e republicana, o *Correio Paulistano* tornou-se mais uma vez oligárquico e conservador depois do advento da República, atingindo nesse período sua maioridade e prestígio juntamente com o PRP, então dirigido pelos oligarcas paulistas Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre outros (COHN, 2015, s/p.).

³ O Jornal *Correio Paulistano*, que foi, a partir de 1882, editado por Antônio Prado, na condição de Ministro da Agricultura, em 1885. “Como partidário da abolição participou da elaboração e assinou junto com a Princesa Isabel a lei Saraiva Cotegipe, a lei dos sexagenários, que previa a abolição gradual da escravatura negra no Brasil, com indenização aos proprietários de escravos, fez parte em 1888 do Gabinete João Alfredo Correia que elaborou a lei Áurea” (STEPANENKO, 2016, p. 24).

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999), Antônio Prado, então editor do *Correio Paulistano*, ao permitir que o jornal atuasse em favor da abolição da escravidão, fez com que o veículo impresso passasse a adotar a ideia conservadora em seus discursos. Assim, o jornal, “em junho de 1889, com os liberais no poder, exerce severa oposição, mas na linha monarquista, e, com os acontecimentos de 15 de novembro, na Corte, ser o primeiro órgão a considerar irreversível a República” (SODRÉ, 1999, p. 225).

Dentre as características do jornal, leva-se a destacar a sua posição política assumida diante do processo histórico da abolição da escravatura, quando mantém laços íntimos com o partido conservador, dando espaço para que literatos e jornalistas se manifestassem, no jornal, em favor do fim da escravatura e do regime imperial, tais como o político, jurista e historiador pernambucano, Joaquim Nabuco (1849-1910), que se tornara um dos maiores articuladores do pensamento abolicionista, e o poeta baiano Castro Alves (1847-1871).

Os arquivos do periódico *Correio Paulistano*, contidos na *Hemeroteca Digital Nacional*, indicam a presença de uma narrativa de forte espírito político e social transformador, decorrente das mudanças anteriores ao surgimento dos discursos eugênicos, em especial, a abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República do Brasil, em 1889. Segundo o escritor e jornalista João Alberto de Souza (1904), o *Correio Paulistano*:

advogou a abolição do elemento servil, pela pena do seu diretor político dr. Antonio Prado, a quem coube a iniciativa da memorável sessão no teatro S. José, a 15 de dezembro e que tão decisivamente influiu na solução parlamentar do problema, cinco meses depois (SOUZA, 1904, p.4).

Para tanto, toma parte das discussões abolicionistas e republicanas, direcionando e propagando ideias, fazendo-se morada de novas interpretações e análises, a realidade política, cultural e social que recaía sobre a sociedade paulista brasileira e seus arranjos. Assim sendo, Lafayette de Toledo, em *Imprensa paulista* (1898), comenta que o *Correio Paulistano* apareceu a 26 de junho de 1854, sendo o decano da imprensa paulista, e a primeira folha diária que apareceu em São Paulo”. Ainda, de acordo com Toledo (1898), “em 1890 passou a ser propriedade de uma associação particular e órgão do partido republicano” (TOLEDO, 1898, p. 399-400).

No âmbito dessa discussão, a jornalista e pesquisadora Ângela Thalassa, em sua dissertação de mestrado intitulada *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna* (2007), trata, de modo enfático, a atuação do periódico paulistano diante da sociedade, percorrendo um verdadeiro caminho histórico. A pesquisadora explica que pós-1890:

A redação viveu talvez seus melhores momentos: Wenceslau Queiroz era o primeiro secretário, auxiliado pelo cronista Paulo Prado, o folhetista Ezequiel Freire e Américo de Campos sobrinho. A presença de Paulo Prado no jornal, 32 anos antes da Semana da Arte Moderna, nos dá as primeiras pistas da ligação entre o Correio Paulistano os artistas modernistas. A tiragem, que permanecia em 850 exemplares, subiu para 1.800 até rapidamente chegar 8.500 (THALASSA, 2007, p.38).

É visível que o periódico, sob proteção e auxílio financeiro do Partido Republicano Paulista (PRP), tornara-se um grande veículo de informação para época, tanto em qualidade literária e cultural quanto em quantidade de exemplares, figurando-se, sem dúvida, como a grande força jornalística-cultural da capital paulista. Fato é que o jornal *Correio Paulistano* produzia um jornalismo da sua época, ou seja, seria errôneo tomá-lo fora de seu aparato histórico contextual, das relações que operava com grupos políticos e ligações que mantinham com intelectuais do seu tempo. Tania Regina de Luca (2011) expõe que:

O conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo do papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos (LUCA, 2011, p. 2).

O próprio *Correio Paulistano* toma conta da sua magnitude quando, em comemoração ao seu cinquentenário, publica uma edição histórica, em 14 de Julho de 1904, contendo um total de 8 páginas, orquestradas em 9 colunas, em que relembra a história percorrida pelo próprio periódico, tarefa inclusive, que coube ao jornalista João Alberto de Souza contar. Importante mencionar que o mesmo artigo elaborado pelo jornalista se transformaria na introdução do livro *Memória histórica sobre o Correio Paulistano (1904)*, que seria publicado naquele mesmo ano de 1904. Assim, ao envolver o esforço na perspectiva histórica da existência do jornal, João Alberto de Souza pontua que:

Nenhum outro jornal sofreu, com maior sinceridade neim com mais desapegada solicitude, a irresistível influência das gerações paulistas, cujos vastos ideaes elle defendeu galhardamente como um paladino doutr'ora defendia as tradições de sua fê. Elle encarnou, conforme as circunstancias das epocas e as exigencias fundamentaes do meio, todos os sentidos politicos e todos os anhelos sociaes (Correio Paulistano, 14 de julho de 1904, p. 1).

Ao tecer as análises que se seguem, consideram-se os discursos e a escrita como instrumentos que cumprem função de oferecer visibilidade ao espaço, ao partido, e aos seus projetos políticos de governo. Assim sendo, o narrador exerce função de descrever e dar

visibilidade, posto que faz-se responder indagações naturais e exigentes do fazer jornalismo, baseando-se em questões como: quando, por que, o quê.

Intenta-se elucidar, nesta intrincada teia de discursos, as consideráveis as ponderações acerca do discurso histórico, observando-se, assim, correntes discursivas mediadas por intenções de caráter político, intelectual e científico-ideológico. Na mesma edição, ainda, em pequeno texto intitulado *De cá para lá*, de autoria de D. Fradique, há a indicação do *Correio Paulistano* em sua relação imprensa-partido, que se estabelece no início do século XX, de forma que:

Com o correr do tempo e fundação dos partidos políticos regulares, o jornal quasi que se tornou exclusivo instrumento partidário. Essa feição se perpetuou e ainda perpetua com raras exceções só observadas nas cidades mais importantes, mesmo porque não pode viver em terra pequena jornal que não tenha o apoio de um partido (*Correio Paulistano*, 14 de julho de 1904, p. 2).

Destarte, como estratégia de sobrevivência (política e financeira), o periódico estabelece conexão profícua com o PRP. Postula-se, então, que nesta condição a intelectualidade, atuante também no *Correio Paulistano*, constituía forma e base de pensamento de desenvolvimento nacional. Observa-se um esforço em manter a força vigente do Partido Republicano Paulista (PRP). Como explica Miceli (2001), facilmente se encontram, nas páginas do *Correio Paulistano*, intelectuais que pertenciam ao núcleo diretório do Partido Republicano Paulista (PRP): “[...] Menotti Del Picchia foi cronista social [...] e redator do *Correio Paulistano*, no qual também trabalharam Cassiano Ricardo, responsável pela seção jurídica, Plínio Salgado, Oswald de Andrade e muitos outros [...]” (MICELI, 2001, p. 195).

É crucial o papel intelectual ocupado pela intelectualidade, na fomentação do *Correio Paulistano*, em sua ascendência comercial e distinta recepção do público. Na mesma linha, a compreensão dos escritos da intelectualidade presentes no jornal revela uma origem partidário política, de integrantes, simpatizantes, promotores, idealizadores e eleitores do Partido Republicano Paulista (PRP). A comemoração aos seus 75 anos de atividade jornalística, no ano de 1929, na edição 23590, expunha, em grandes perspectivas, em suas páginas, colunas completas de felicitações e ilustra reunião, no salão nobre do próprio jornal, que contara com a presença do presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes.

Além de prestar agradecimento aos aliados e admiradores influentes do *Correio Paulistano*, o jornal, na data de 27 de junho do ano de 1929, republica texto de Aducto Castello Branco que, em artigo intitulado *75 Janeiros*, originalmente publicado no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, traz elementos relevantes acerca do *Correio Paulistano* e sua contribuição histórica ao Brasil, especialmente no que toca à identidade e sentimento brasileiro, ao dizer que:

Nas suas columnas, por isso, o leitor somente pode encontrar um caminho seguro para chegar a tornar-se, si já não é, um brasileiro orgulhoso da Pátria de que é filho por nascimento ou por adopção, e em cujo glorioso futuro confia, dedicando-lhe a maior e melhor parcela do seu esforço. Pode-se dizer mesmo, sem receio, de errar, que o movimento nacionalista, hoje irradiado pelo país inteiro sob o bello nome de brasilidade, partiu do “Correio Paulistano”, o moço de 75 Janeiros, cujo dessombro, attestado da sua mocidade robusta, derrotou a brasileiro-phobia que nos desnacionalizava (Correio Paulistano, 27 de junho de 1929, p. 2).

O presente excerto exalta a imagem da atuação histórica do *Correio Paulistano*, reforçando o olhar sob sua conduta intelectual, incontestavelmente portador de uma autoridade discursiva, que conduzia o debate entre a intelectualidade nacional, instituindo e fazendo circular as ideias que movimentavam o anseio da nação. Além do mais, tratava-se de um jornal sobretudo político, pretendendo fazer crer em uma visão de sociedade, abraçada pelo PRP.

A relação imprensa-política oferece um terreno fértil para compreender a relação de parceria entre *Correio Paulistano*-PRP, ficando posição lado a lado um ao outro. No âmbito desse debate, a jornalista Ângela Thalassa (2007) trata, de modo enfático, a atuação do periódico paulistano, diante da sociedade, como um órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). Percorrendo um caminho histórico, expõe que “por conta do getulismo o *Correio Paulistano* fica da data do golpe (1930) até 1934 fora de circulação [...]” (THALASSA, 2007, p. 83).

Nessa conjunção, torna-se inegável o papel cumprido pelo *Correio Paulistano*, durante a Primeira República, na instrumentalização política ao Partido Republicano. Severo opositor de Vargas, insta lembrar, ainda, que o jornal havia, não apenas feito campanha para Júlio Prestes, mas, oferecido apoio ao governo de Washington Luís.

Assim, passados quatro anos, a partir de 1934, a mando do presidente Getúlio Vargas, as oficinas do *Correio Paulistano* e os bens ligados a ele foram incorporadas ao patrimônio do Estado, até ser vendido para uma sociedade anônima e reaberto em julho de 1934 (Idem, 2007). Todavia, o *Correio Paulistano* ainda voltou a circular e, insistentemente, após reabrir, novamente fez oposição a Vargas e ao seu regime ditatorial do Estado Novo (1937–1945).

Em seu retorno, em 1 de julho de 1934, o *Correio Paulistano* publica texto original do seu editorial, intitulado como *O reaparecimento do Correio Paulistano*, em que faz uma ampla defesa do periódico e de sua relevância para a sociedade paulista, expondo que o veículo impresso “[...] foi sempre, ao mesmo tempo que órgão de um partido, o verdadeiro interprete da opinião pública paulista. Assim [...] o Partido Republicano é, sem sombra de dúvida, senão o Estado, pelo menos a parte maior e melhor do Estado de São Paulo” (Correio Paulistano, 1 de junho de 1934, p. 2).

Contudo, por fim, sem estar atrelado ou atuando como parceiro de um partido, conforme outrora, o *Correio Paulistano*, mesmo retornando à circulação, em 1934, dessa vez como *Órgão de Sociedade Anônima*, não aparentara o mesmo brilho de antes, ainda que tivera conseguido permanecer até o ano de 1963, quando é afastado de circulação, pela segunda vez, agora, pelo golpe e instalação do governo ditatorial civil-militar (1964-1985).

Logo, o *Correio Paulistano*, intitulado, na década de 1960, como *Bandeirante da imprensa paulista*, tem seu último número publicado em 31 de julho de 1963, ano em que definitivamente deixaria de circular.

1.4 O papel dos intelectuais e o pensar a(da) nação

Na transição do século XIX ao XX, ser intelectual significava pensar e produzir o país pelo engajamento literário-político, refletindo acerca dos problemas históricos e oferecendo possíveis vias de respostas que aplicassem sob o país uma imagem civilizatória/moderna. Assim, antes de mais nada, é referencial que se compreenda o papel dos intelectuais nesse contexto, além disso, se posto em evidência a busca pelo “sentido nacional”, conferindo a eles (intelectuais) certo grau de legitimidade para propor mudanças estruturais complexas.

Em tempo, na obra *Por uma história política* (2003), do historiador francês René Rémond (1918-2007), o também historiador Jean-François Sirinelli confecciona um capítulo intitulado *Intelectuais*, no qual relaciona a feição do fazer intelectual. Segundo Sirinelli (2003, p. 242), a concepção de intelectual é entendida por meio de duas definições: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”.

Seria errôneo e pretensioso tomar o ato da reflexão intelectual desconectado do ambiente histórico de cada atuação. Mais precisamente, é necessário atentar para o espaço vivenciado por aqueles sujeitos, tratando-se, sobretudo, para os intelectuais, de um momento único, no polo do pensamento racional, envolvendo a reflexão e a proposição de uma nova imagem nacional de Brasil. É nesse sentido que o teórico e estudioso Daniel Pécaut, na obra *Os Intelectuais e a Política no Brasil* (1990), condiciona o agente intelectual a uma prática social bem determinada: “Com efeito, os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornam protagonistas políticos centrais” (PÉCAUT, 1990, p.7).

Na esteira do informado por Daniel Pécaut (1990), o historiador Nicolau Sevcenko (1985) apresenta que, devido ao quadro e contexto histórico do cenário político-social desenhado, “a palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a

democracia. O engajamento torna a condição ética do homem de letras” (SEVCENKO, 1985, p.78-79). É, portanto, a partir de 1870, que intelectuais passam a intervir mais diretamente na discussão políticas sobre os rumos do país, transformando a atividade intelectual como missão pública.

Munidos de um “bando de novas ideias”, os intelectuais pretendiam construir uma nova nação, um país civilizado e branco que cumpria, em suma, o modelo de uma nação civilizada. Num diálogo paralelo, em um caldeamento de ideias, seguindo as imprescindíveis indicações do historiador Nicolau Sevcenko (1985), a atenção destinada, nesse sentido, envolve um momento histórico rico em ideias, teorias e produção de discurso.

A década de 1870 marca a defasagem do modo de produção escravocrata que tem na Lei do Ventre Livre de 1871 sua pedra angular de fundamentação de ideias políticas, tais como abolicionistas e republicanas. Conforme Lilia Schwarcz (1993), “esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHWARCZ, 1993, p. 38).

De acordo com a historiografia recente, a Primeira República (1889-1930) foi um período de efervescentes e férteis discussões acerca da construção da identidade étnica nacional, dos padrões civilizatórios europeus e de modernização do país, respaldados pelas teorias evolucionistas em voga, desde o final do século XIX. Portanto, assim, segundo Lilia Schwarcz, “[...] a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização” (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Nesse sentido, maiores e mais complexas leituras da realidade são relevantes, e, num esforço de síntese, essa perspectiva segue o pressuposto de que comumente, no *Correio Paulistano*, os intelectuais buscam trazer assuntos de interesse público e problemáticas que afligiam a situação paulistana e brasileira naquele cenário da Primeira República.

Entre as temáticas mais recorrentes, que preocupavam os intelectuais, podemos citar a modernização, o progresso, a formação da nação e a reforma da sociedade brasileira, ancorados num forte desejo de colocar o Brasil no centro das nações civilizadas. Retornando ao raciocínio de Nicolau Sevcenko, “esse nacionalismo intelectual não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, ele significava um empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil [...]” (SEVCENKO, 1985, p.85).

Nesse momento, um dos temas mais debatidos fora a formação da identidade nacional. Não à toa, ao longo da Primeira República, a questão racial ganhou enfoque especial, uma vez

que, findado o regime escravocrata, inicia-se a ideia de formar uma nova nação e de preferência mais branca e com traços culturais europeus. Essa discussão, que veremos nos próximos capítulos, foi cercada de concepções paradoxais, na medida em que, explica Schwarcz “a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país tão miscigenado” (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Tomando esses aspectos como trilha teórica, Thomas Skidmore argumenta que o século XIX assistira a duas tenências contraditórias nas teses raciais, uma vez que, por um lado encontrou-se êxito dos movimentos abolicionistas pelo Atlântico Norte e pelo Atlântico Sul, ao passo que “[...] no exato momento em que a escravidão retrocedia sob impacto de mudanças econômicas e da pressão social, pensadores europeus articulavam teorias sistêmicas de diferenças raciais inatas” (SKIDMORE, 2012, p. 92).

Bem como aponta Skidmore (2012), as relações entre indivíduos de supostos caracteres biológicos superiores e/ou inferiores se estabelecem calcadas nas teorias raciais advindas da Europa, visto então que o discurso científico determinista, que surge no final do século XIX, prolifera também na imprensa da época. Nesta conjuntura, Lilia Moritz Schwarcz (1987) pontua que “a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções [...] desses jornais” (SCHWARCZ, 1987, p. 40).

É no *Correio Paulistano* que os discursos tomarão forma e ação de viés politizado, coordenado e assimilado ao espaço, na mesma esteira, ainda sob perspectiva do que afirma Schwarcz (1987), pode-se tomar que o jornal (*Correio Paulistano*), ao tornar-se órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), expondo sua postura, realiza atuação crucial, no início do Brasil República, no que cerne a moldar a identidade cultural da nação. Neste contexto, as particularidades de negros, índios e mestiços foram paulatinamente sendo alteradas, em prol de uma identidade nacional.

O jornal impresso, por seu turno, passa a ventilar a ideia de nova nação, como foram narradas e trabalhadas, anteriormente à abolição da escravatura, à instauração da república e perpassada ao longo da Primeira República (1889-1930), como expõe a historiadora Maria Helena Rolim Capelato:

A formação de “elites intelectuais”, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país... caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião pública” (CAPELATO, 1980, p.122-123).

Visando, pois, o argumento construído por Capelato (1980), e pensando a virada do século XIX, Thomas Skidmore explica que “[...] os países costumavam mensurar de duas

maneiras seu sentimento de identidade nacional, e, portanto, de sua autoconfiança. A primeira era a estabilidade política, a segunda, [...] uma autêntica literatura nacional” (SKIDMORE, 2012, p.128). Ademais, a partir dessa discussão, havia uma intelectualidade não só disposta a pensar identidade nacional e brasilidade, mas também formular a nacionalidade que mais convinha ao contexto sócio-político e aos interesses da elite. Neste sentido, a cientista social Cândice Vidal e Souza (1993 p.10) mostra que, em relação a algumas “ficções históricas” de construção da nação:

Os pensadores da Nação normalmente formulam suas interpretações próprias da história de sua constituição, bem como traçam os perfis humanos físicos e ‘psicosociais’ de suas populações. As modalidades de construção do texto são múltiplas, mas em sua maioria organizadas em estilo literário ou ensaístico - sociológico ou histórico. De qualquer modo, estruturam explicações que contêm intenções normativas, desde que estão informadas pelo objetivo maior de pensar o que é a nação. Isto é, revelam escritores atuando na condição de cidadãos.

Nesse pano de fundo, trazido por Cândice Vidal e Souza (1993), havia uma tendência entre os pensadores e intelectuais do início do século XX, de utilizar a atividade intelectual e literária como um instrumental de ação política e identitária capaz de resgatar a brasilidade e construir uma nova nação. Ou seja, a possibilidade em encontrar um estilo único e próprio de literatura, artes e sociedade, passaria pelo crivo literário, e, desta, pela ação intelectual.

E é em função dessas observações, concomitantemente, que a sociedade brasileira encontra-se envolta à discussão e implementação de ideais eugênicos para o melhoramento de raça. Neste cenário, eram pensados pelos intelectuais medidas de higiene, de seleção social e racial que também caberiam na discussão de construção de um país moderno, à semelhança aos países europeus ocidentais, afinal, novas formas de portar-se, pensar, agir, cuidar e relacionar entravam em jogo (STEPAN, 2005).

Pode-se supor que os intelectuais que surgiam e se destacaram no desenrolar do fim do século XIX ao início do século XX tinham uma questão universal em mente: encontrar e curar as pretensas causas da degeneração racial e social brasileira e levar o país ao desenvolvimento civilizatório. Para tanto, se assim quisessem formular suas teorias, seria preciso adaptar e pensar o desenvolvimento do próprio ser humano e sua raça.

Pretendiam pensar, acima de tudo, o Brasil, sob a perspectiva nacional, identificando os problemas nacionais, a partir de um suposto atraso histórico e civilizacional do Brasil e de sua ampla miscigenação racial. Decorrente, em grande medida, de um suposto estado de defasagem racial, e, mediante a superação dessas deficiências, pretendiam edificar uma nação moderna, a partir de suas diversas inspirações e interesses (MOTA, 1992). Nessa perspectiva, conforme

leva a crer a historiadora Marly Silva da Mota (1992), fazia-se imperioso aos intelectuais buscar as bases para conseguir alcançar um nível de civilidade e progresso.

Pensar o Brasil e sua amplitude de desafios perpassava por trabalhar temas-chave, que seriam/deveriam ser pensados para a “evolução” nacional. Com efeito, não obstante, é caracterizado o momento em que diversos campos do conhecimento alcançam encaminhamento teórico e evolução em suas respectivas pesquisas, como fora o caso da biologia e da sociologia. Retornando às reflexões de Lilia Moritz Schwarcz, “a ‘ciência’ que chega ao Brasil em finais do século XIX, não é tanto uma ciência de tipo experimental [...]. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas [...] justificativas teóricas de práticas [...] de dominação” (SCHWARCZ, 1993, p. 41).

Assim, “era a partir da ciência que se reconheciam as diferenças e se determinavam inferioridades” (Idem p. 38). É certo, contudo, que a formação populacional e a reunião de raças diversas causara incômodos na intelectualidade e nas elites, outrora, escravocratas. Como bem salienta Jurandir Freire Costa (1989):

O regime republicano atravessava, nas duas primeiras décadas do século XX, um período de convulsões. A Abolição da Escravatura; a imigração européia; a migração dos camponeses e antigos escravos para as cidades; enfim, os efeitos econômicos da industrialização nascente agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite de dirigentes procurava justificar por todos os meios. (...)O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas, não por questões históricas ou políticas, mas - segundo eles- por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com raças inferiores tinham-se no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente, nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido (COSTA, 1989, p. 82).

Outrossim, a inquietação presente, no Brasil do início do século XX, é o que nos toma a problematizar as colocações apresentadas por Costa (1989), em que aborda a estrutura da sociedade brasileira, que mantivera-se quase que intacta da mudança do regime imperial ao republicano. Em vista de sua base política de poder econômico, social e racial, que pouco se alterou com a República, o racismo científico e a exclusão social tornam-se práticas institucionalizadas pelo Estado nas primeiras décadas do século XX.

Simultaneamente, surgem os discursos de modernização, civilização, e a necessidade de imigração nas páginas do jornal, sustentados e apoiados pelo olhar dos intelectuais, adeptos e admiradores dos novos ideais de sociedade, em especial, o positivismo e o darwinismo, que “[...] contribuíram para que os intelectuais fossem reconhecidos como possuidores de um saber político. O primeiro divulgou a crença na eficácia das ideias [...]. O segundo[...] as fontes de energia no âmbito da sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 39).

Há que se considerar o aspecto subjetivo presente nas discussões biológicas e raciais, no fim do século XIX e início do XX. Na realidade, a junção de teorias darwinista com formulações racistas originou-se um quadro de certeza: Purificar a raça através da eugenia, do branqueamento racial, do imigrante europeu, de práticas de higiene. De forma que “o problema racial é, portanto, a linguagem pela qual torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional” (SCHWARCZ, 1993, p. 313-314).

É preciso, neste sentido, empreender esforços na afirmação prevista de que o jornal tornara-se aberto à concepções políticas, social, artísticas e literárias. Estas, contudo, deveriam assumir-se, agora, como genuinamente brasileiras. É nessa esfera que os críticos políticos da década de 1920 passam a entender que o Brasil não poderia continuar importando modelos de outras nações, principalmente de países europeus, como França, Inglaterra e Estados Unidos.

Ainda, a respeito da urgência identitária-nacional em procurar um desenvolvimento tanto de criação como de valorização de face artística-literária unicamente brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), relevante historiador e jornalista paulista, vai publicar, em 22 de abril de 1920, texto no *Correio Paulistano* intitulado *Originalidade literária*, em que afirma: “O Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária. A inspiração em assumptos nacionaes, respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final” (*Correio Paulistano*, 22 de abril de 1920, p. 2).

Neste contexto, cria-se um senso acurado de nacionalismo e valorização da cultura nacional. De acordo com Skidmore, esse “novo sentimento expressou-se numa revolução cultural que mais tarde ficaria conhecida pelo nome de modernismo” (SKIDMORE, 2012, p. 248). Ainda, em Skidmore, podemos compreender que “autores como Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho lançaram manifestos de grande repercussão em que repudiavam as formas artísticas e o espírito estético vigentes, tendo como alvo predileto a literatura regionalista [...]” (Idem, p.249).

O modernismo cria, assim, uma tensão insustentável, de forma que passaram a envolver setores mais amplos da classe artística paulista e nacional, pintores, escultores, poetas, escritores, musicistas, fruto de uma articulação ampla e plural. No ano “iluminado” de 1922, como explica Skidmore, “o movimento artístico chegou a seu ponto culminante na Semana de Arte Moderna – uma série de três ‘festivais’ (pintura e escultura, literatura e poesia, e música) apresentada no Teatro municipal de São Paulo [...]” (Idem p. 249).

Além de Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho, já citados, outros relevantes nomes de peso artístico e cultural atuaram no movimento, ou seja, a pintora Anita Malfatti⁴, o escultor Victor Brecheret⁵ e os escritores Mário de Andrade⁶ e Oswald de Andrade⁷. Nesse intento, é o *Correio Paulistano* um dos responsáveis por fazer a cobertura da Semana de Arte Moderna, em 1922, oferecendo amplo amparo e boa recepção às ideias modernistas (SILVA, 2006a).

Para corroborar, portanto, assim, a afirmação que o escritor Oswald de Andrade manifestava acolhida aos ideais republicanos, evocados pelo jornal paulista, lembrando, então, que “o *Correio Paulistano* pôs-se à disposição dos modernistas, não os hostilizando, como faziam outros jornais, e dando notícias das atividades e opiniões de nosso grupo, principalmente por meio das crônicas de Hélios, isto é, do Sr. Menotti Del Picchia” (ANDRADE, 2009, p. 234-235).

Como citado por Oswald de Andrade, naquela altura da década de 1920, o jornalista Menotti Del Picchia, outrora com pseudônimo “*Hélios*”, outro simpatizante das ideias do partido republicano, assumia-se o responsável pelas notas e editoriais políticos do *Correio Paulistano*. Vê-se, assim, que há uma ligação mais do que profunda e intencional entre o ambiente social que o jornal circula, os anseios de um tempo-espço. Nessa toada, incorpora pensamentos vigentes de uma época, conforme a necessidade de respostas dos atores sociais de um tempo.

É imperial sinalizar que, no Brasil, daquele início do século XX, o *Correio Paulistano* reunia a alta nata dos pensadores paulistanos dispostos a levar o Brasil à civilidade moderna. Contudo, se assim o era, seria preciso que o periódico fizesse esforço em amparar ideologias e projetos de nação que viessem a manifestar a modernidade civilizatória, defendida por uma intelectualidade muito bem instruída e definida politicamente, como fora visto pelos casos dos modernistas Menotti Del Picchia e Plínio Salgado com o PRP.

Em síntese, durante a década de 1920, auge da *Belle Époque* paulistana⁸, no *Correio Paulistano* há o entrelaçamento entre a intelectualidade e os projetos políticos de nação e

⁴ A paulistana Anita Catarina Malfatti (1889 —1964) foi uma pintora, desenhista, gravadora, estudou pintura em escolas de arte na Alemanha e nos Estados Unidos, o que acabou por determinar sua forma artística. Junto com Tarsila do Amaral (pintoras), Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, fez parte do grupo dos cinco, núcleo intelectual que conferiu base de pensamento e referência para Semana de Arte Moderna de 1922.

⁵ Victor Brecheret (1894-1955) foi um escultor ítalo-brasileiro. Nascido em Farnese, Itália, chega ao Brasil em 1904, e inicia formação artística em 1912, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é tido como o pioneiro do modernismo na escultura brasileira.

⁶ Mário de Andrade (1893-1945) foi um escritor e poeta brasileiro, paulistano, que pertencente a um lugar e um espaço, preocupou-se por deter em seus escritos identificando os sujeitos periféricos na sua clássica obra *Paulicéia Desvairada*. Além do mais, fora líder intelectual do Partido Democrático (PD), agindo como assessor.

⁷ Oswald de Andrade (1890-1954) foi um escritor e também poeta, nascido em São Paulo e formado em direito na Faculdade de direito do Largo do São Francisco, ao contrário de Mário de Andrade, Oswald pertencia ao Partido Republicano Paulista (PRP). Adepto do futurismo italiano expoente de Filippo Tommaso Marinetti.

⁸ A *Belle Époque* caracteriza-se pelo sentimento de crença no progresso material e na modernidade racional que instalou-se no Brasil, especificadamente nas capitais brasileiras do fim do século XIX ao início do século XX,

sociedade que recaem sobre o projeto de jornal e o conteúdo a ser produzido. Assim, o *Correio Paulistano* envolve-se no projeto modernista e recebe, em suas páginas, textos de intelectuais que se dispuseram a pensar o Brasil ou a sociedade paulista, tais como Menotti Del Picchia, Fernando de Azevedo, Fléxa Ribeiro, Alfredo Ellis Júnior, Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Candido Motta Filho, cada qual em sua análise específica e autônoma.

Nesse movimento, a historiadora Lorena Ribeiro Zem El-Dine (2017), em sua Tese de doutoramento intitulada *A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista verde-amarelo (anos 1920)*, trabalha a relação dos intelectuais com a criação de formas e movimentos de pensar o Brasil, expondo da seguinte forma que:

Aqui, a valorização do elemento europeu, português, por Menotti Del Picchia, reitera o seu posicionamento ainda nos anos vinte, quando discordou da sugestão de Plínio Salgado (corroborada por Cassiano Ricardo) de tomar o indígena como expressão nacional e americana. Na polêmica da Anta contra a Loba, como seria alardeada por seus participantes no *Correio Paulistano*, Menotti Del Picchia, junto com Candido Motta Filho, tomou o partido da Loba, como símbolo da importância da tradição europeia sobre a cultura nacional brasileira. No argumento de ambos encontramos um indígena praticamente confundido com a natureza, que não teve outra opção senão deixar-se assimilar à civilização e que pouco teria influído na formação cultural brasileira (EL-DINE, 2017, p. 123).

Conforme exposto, durante a década de 1920, em essencial, do pensamento literário brasileiro, na conformação da identidade nacional, dos elementos que comporiam a forma nacional própria brasileira. Pelo excerto da historiadora Lorena El-Dine (2017), abrem-se frentes distintas de pensamento, em que se estabelecem dois grupos: um formado por Menotti Del Picchia e Candido Motta Filho, e outro por Plínio Salgado e Cassiano Ricardo.

Em face dessa discussão, para melhor entendimento do contexto da movimentação artística-intelectual, compreende-se aqui as formulações teóricas da elaboração do modernismo de recriar e moldar a própria arte brasileira tendo por base as referências éticas e estéticas do Brasil. Recriar a identidade pelo esforço da originalidade nacional, exigia, concomitantemente, reflexões críticas e projeções futuras, de ruptura com o passado e de criação de uma nova estética cultural, artística e literária.

Substancialmente, trata-se de um momento de indagações, pontuações e formulações intelectuais literárias e artísticas, em que esses personagens, em especial da década de 1920, projetam suas ideias sobre a nação e o elemento de “brasilidade”. Nítido é o amplo diálogo

como no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde passaram-se a ter a *Belle Époque carioca e a paulistana*. Pode-se inferir que o momento de instauração da Belle Époque representa antes de tudo o anseio da elite intelectual e burguesa em seguir os ideais de civilidade, evolução e modernização, que chegavam acompanhados ao Brasil dos avanços cientificistas, para tanto, seria imprescindível buscar formas de vida social que imitassem o modelo civilizatório Europeu, tendo em Paris, França, a grande maquete a ser copiada. Ver mais em: SEVCENKO, Nicolau. Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

aberto entre os intelectuais e o anseio em pensar o Brasil, em suas variadas formatações, imagens, dizeres e enquadramentos que formaram, ao longo da década de 1920, e deram origem a três formas de pensamento: Pau Brasil, Verde Amarelismo, Escola da Anta e Antropofagia (EL_DINE, 2017).

Para o avançar dessa discussão, é imperial trazer o grupo/movimento denominado verde-Amarelo ou *verdeamarellismo*. Em texto de 23 de agosto de 1926, no *Correio Paulistano*, Helios (Menotti Del Picchia) confronta a ideia presente do/no grupo de intelectuais Pau-Brasil, oriundo do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil, de Oswald de Andrade. Em *Epistola a Oswald de Andrade*, apresenta seu ponto de vista ao pontuar:

Teu “Pau Brasil” assemelhou-se à tentativa do Partido da Mocidade. Muita farofa e pouco eleitorado. Seja como for – Oswald querido – a Academia Verdamarello está com desejos de verdamarellar-te. Sabes o que quer dizer isso? É o irremediável! Quando Plínio, Cassiano e eu resolvemos verdamarellar alguém, o coitado está frito. Sou teu amigo, Oswald, e já declarei neste pico de columna que Verde e Amarello está mais próximo de “Pau Brasil” que da sizibundez pacheca[...]. O que não pode continuar é vermos tua versatilidade mental construir uma escola literária a cada tornaviagem de Paris. Chega! Ou crias modos ou te verdamarellamos! (*Correio Paulistano*, 23 de agosto de 1926, p. 6).

A inquietação crítica e autocrítica levaram à formulação da anta e da loba, de modo mais atento e detalhado, ao destrinchar a análise desses dois grupos, “a questão da Loba” é amplamente detalhada em sua discussão, debatida e considerada no jornal *Correio Paulistano*. A esse respeito, Plínio Salgado publica, em 11 de janeiro de 1927, um longo texto no qual intitula “*A anta contra a Loba*”, em que abre diálogo e crítica ao posicionamento de Menotti Del Picchia, expondo:

Nós que escrevemos no libérrimo “*Correio Paulistano*”, poderemos dar-nos ao luxo de possuir ideias próprias, e ahi o motivo de estar eu aqui, para discutir com o querido Menotti e obter delle palavras claras, decisivas, sobre seu pensamento em face das mil e uma tendências desta inquietude da geração nova. Eu e Raul Bopp⁹, estamos a pique e abrimos dissidência, si o grupo verdamarellista, em vez de se inspirar numa orientação humana, servir o roteiro de um preconceito de civismo. O índio é, apenas, o ponto de partida, porque não há outro ponto de partida. Elle é a chave das grandes revelações, desde a obra de integração territorial do paiz, até as expressões políticas e artísticas, que se accentuam com um phisionomia própria e continental, mesmo sob a onda ephemera do nosso urbanismo cosmopolita. Nós não bebemos leite da loba, mas sugamos o leite da anta-totem racial brasileiro – na selva americana! Perdoe-me o querido e admirado Menotti esta exposição. Entretanto, entre nós, as coisas são assim. Sabemos divergir e sustentar os nossos pontos de vista. As vezes, acabamos de accordo, outras não, mas acima de tudo, orgulhamo-nos da nossa personalidade e da nossa lealdade (*Correio Paulistano*, 11 de janeiro de 1927, p. 3).

⁹ Raul Bopp (1898-1984) foi um poeta gaúcho nascido na cidade de Vila Pinhal, atual Itaara. Integrou a primeira parte da Geração do Modernismo.

O excerto é de particular interesse porque traz o momento de divisão de pensamento entre “a loba e a anta”. Na edição do dia seguinte, no dia 12 de janeiro de 1927, Menotti Del Picchia, no texto *Loba, anta ou manitôs*, responde amigavelmente às pontuações feitas por Plínio Salgado (11/1/1927), projetando enviar uma resposta e expor a clareza de seus argumentos e crenças, em tom quase poético-epistolar, Menotti diz assim:

Plínio: Na manha de chuva, a alegria inteligente do teu artigo foi-me um naco de sol. Plínio, vou dizer-te as “palavras claras” que me pedes. Queremos, em meio da poeira das tropelias, iluminar os caminhos da geração nova no rastro luminoso da nossa pátria. O leite da loba capitolina passa para as mammas da anta ancestral, porque é fatalidade cósmica crear caracteres typicos raciaes à longa localização histórica de um povo em determinado “habitat”. Não é scientificamente o influxo de uma raça exterminada. Essa não age porque não existe mais. Ahí o erro de Plínio. Como vês meu querido e grande artista-não há motivos para dissidências (Correio Paulistano, 12 de janeiro de 1927, p. 3).

Entre as duas ideias de projeto intelectual, dos movimentos Anta e Loba, Almeida Magalhães contemporiza a discussão ao conceder razão, tanto a Menotti Del Picchia quanto a Plínio Salgado: “qualquer que seja o leite preferido, o da anta, ou da loba, o facto é que Plínio e Menotti, felizmente, comprehenderam que é preciso, ao Brasil, tomar um rumo para a conquista de sua tutonomia mental” (Correio Paulistano, 1 de janeiro de 1927, p.4).

Mesmo ponto tomado por Cândido Motta Filho que, em texto enviado a *Helios* (Menotti Del Picchia), com o título *Soluções para a crise*, publicado pelo *Correio Paulistano*, em 14 de janeiro de 1927, sintetiza a discussão, contemporizando ao dizer: “Nesse instante mundial de gritos nacionalistas, o nosso racionalismo não se poderá manter com uma raiz. A razão é sua e é de Plínio. A nossa lucta é para matar Pery e...Paris, Paris principalmente”(Correio Paulistano, 14 de janeiro de 1927, p.5).

Tanto as palavras de Almeida Magalhaes quanto de Cândido Motta Filho parecem caminhar ao cumprir o mesmo destino, tratam da questão que dominava a ânsia em criar a nacionalidade, parece deter que além de preciosismos, na “batalha” entre a Anta e a Loba, tornando o momento, juntamente, de revisão de valores nacionalistas e de reconhecimento da originalidade nacional. Por fim, em 1928, Oswald de Andrade daria resposta ao Movimento da Escola da Anta ao desenvolver o Movimento Antropofágico¹⁰, cujas atenções voltavam-se ao olhar da arte moderna brasileira, em seu ritmo, pensar e existir próprio. O Movimento reunia

¹⁰ A antropofagia refere-se ao ato de devorar outra pessoa, em os povos indígenas, em específico os grupos tupinambás que habitavam os litorais brasileiros, em seus rituais se alimentavam de seus inimigos de guerra, com objetivo de adquirir, subjetivamente, as capacidades e potencias do indivíduo. Transposto para 1920 e transformado no movimento antropofágico e professado por Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Raul Bopp e Heitor Villa Lobos, no sentido de se alimentar e “devorar” o que havia de melhor da cultura ocidental, sem se abster dos elementos brasileiros.

um conjunto de intenções que seriam amplamente dialogadas pelos intelectuais do *Correio Paulistano*, que, já dito, tivera dado amplo destaque à Semana de Arte Moderna de 1922.

Nessa esfera, os processos pelos quais se perpassam e se operam, o grupo antropofágico é marcado pelo crescente olhar artístico e literário de ordem brasileira, mas com a adesão de “potencialidades” estrangeiras. É assim que Plínio Salgado, em 1929, ao sintetizar o momento de expansão do pensamento nacional, termina fazendo uma revisão do momento intelectual-literário, vivido na década de 1920:

Tivemos inicialmente, o “futurismo”, que foi uma espécie de “quebra do padrão”. Início de uma nova concepção do paiz: brasilidade com sentido novo. Anseios de independência, inquietudes, dias inauguraes: “Pau-Brasil”, “língua brasileira”, “verdamairellismo”, “movimento da anta”, “antropofagia”. E tudo isso foi possível porque S. Paulo chegou a este grau de cultura: levou a serio e com sincero respeito, a todos os seus artistas e a todos os nossos movimentos. Tal o panorama da fecunda actividade paulista em trabalho gestatório de uma mentalidade definida. Sente-se em tudo isso, alguma coisa que necessita, apenas de coordenação histórica para uma grande função social. E essa coordenação parece-me que se vae processando surfamente, pela direcção unanime dos espíritos e dos sentimentos oriundos dos recessos da nossa própria formação nacional (*Correio Paulistano*, 20 de janeiro de 1929, p. 2).

Outro importante texto, para debater o contexto do pensamento nacional, é o escrito de 17 de maio de 1929, também no *Correio Paulistano*, intitulado *O actual momento literário*, expondo o comunicado dos escritores Menotti Del Picchia, Plinio Salgado, Alfredo Ellis e Cassiano Ricardo. Em suma, o grupo “verdamairellista” de São Paulo, que, na ocasião, havia acabado de ingressar na Academia Paulista de Letras e expunham os seguintes dizeres:

A Nação é uma resultante de agentes históricos. O índio, o negro, o espada chim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o politico, o hollandez, o portuguez, o índio, o francez, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas immensas, o cruzeiro do sul, o café, a literatura franceza, as politicas ingleza e americana, os oito milhões de kilometros quadrados...Temos de acceitar todos esses factores: ou destruir a nacionalidade, pelo estabelecimento de distincções, pelo desmembramento nuclear da ideia que della formamos. Como acceitar todos esses factores ? não concedendo predominância a nenhum. A philosophia tupy tem de ser forçosamente, a “não philosophia”. O movimento da Anta baseava-se nesse princípio. Tomava-se o índio como symbolo nacional, justamente porque elle significa a ausência de preconceito. Essa expressão de nacionalismo tupy, que foi descoberta com o movimento da Anta (do qual resultou um sectarismo exagerado e perigoso) é evidente em todos os lances da vida social e politica brasileira. Não há entre nós preconceitos de raças (*Correio Paulistano*, 17 de maio de 1929, p. 4).

O texto produzido pelo grupo *verdamairello*, enviado para o *Correio Paulistano* e publicado no fim da década de 1920, acaba por fazer um apanhado do movimento literário intelectual e artístico que tomara forma, pós 1921, e evolui perpassando pela Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo. Torna-se indispensável o postulado de que o envolvimento

intelectual consistia em pensar os elementos da singularidade brasileira. Nesse embalo, parece tomar espaço na discussão intelectual o embaraço (ou complemento) entre as questões raciais, artística-literária e de identidade nacional ou brasilidade.

Em vista disso, intitulada de *O espírito moderno em S. Paulo*, em 1929, o *Correio Paulistano* publicava entrevista com o educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971), que, após passar 20 dias em São Paulo, em contato Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, expressou: “Dentre muitos aspectos com que São Paulo me impressionou [...] o nosso grande centro econômico e o nosso grande centro de ‘progresso’[...] centro desse bandeirismo intelectual e artístico que está tentando revelar os segredos da alma e da beleza brasileiras”(Correio Paulistano, 28 de novembro de 1929, p.1).

Em suma, não por acaso, após o fragmento, contendo entrevista de Anísio Teixeira ao *Correio Paulistano*, ousa-se dizer que havia, em tese, em especial na cidade de São Paulo, um ambiente fértil para que os intelectuais brasileiros se dispusessem a lançar suas projeções teóricas acerca da formação nacional, fossem elas oriundas do campo literário ou/e artístico.

Assim, grande parte das discussões artística-intelectuais ocorridas, no decorrer da década de 1920 e início da década de 1930, respondiam ao anseio de “garimpar” os sentidos da brasilidade, que envolvia uma busca de (re)descoberta profunda do Brasil e do próprio povo. Ora, se a imposição de formulação de raciocínio voltava-se ao nacional, a construção da mesma se daria com base em elementos, ditos, genuinamente brasileiros, caracterizados pelo pensamento intelectual.

CAPÍTULO 2 – RAÇA, BRANQUEAMENTO E IDENTIDADE NACIONAL NAS PÁGINAS DO CORREIO PAULISTANO

2.1 Raça e identidade nacional: Questões a serem moldadas

Ao analisar as diversas discussões sobre a identidade nacional brasileira, decorrente da intensa histórica de miscigenação étnica e cultural, constata-se questões complexas que transpassaram do regime imperial ao republicano, provocando uma série de reflexões e polêmicas entre os intelectuais da Primeira República (1889-1930). No que tange ao debate quanto à formação do Brasil e à modernização da sociedade brasileira, “a questão nacional” tornara-se a grande problemática a ser enfrentada por intelectuais, autoridades políticas e ativistas sociais de diferentes matizes.

Os intelectuais das primeiras décadas do século XX ansiavam por encontrar a “formação nacional” e dar sentido a uma identidade nacional desejável e conformada com os sonhos de uma civilização que estivesse em pé de igualdade com as modernas nações do mundo. A esse respeito, Lucia Lippi Oliveira afirma que durante a Primeira República “o espírito ou caráter nacional é privilegiado como resultante das forças internas que regem o desenvolvimento espontâneo do povo ou da comunidade” (OLIVEIRA, 1990, p. 29).

No início do século XX, é por meio dos jornais que a intelectualidade brasileira vai expressar seu anseio e descontentamento com os paradigmas raciais vigentes e a indefinição no tocante à formação da identidade nacional¹¹. Sintomaticamente, cria-se uma forte presença discursiva em torno da questão nacional, que se faz material por meio das narrativas expressas na imprensa e em discursos científicos projetados pela classe dominante intelectual. Neste âmbito, há intrinsecamente uma relação de poder nos jornais, que recria a realidade operando

¹¹ Aliás, a identidade nacional reunia-se em um sentimento buscado acerca de um espírito comum de nacionalidade, que manifestava-se desde meados do século XIX, não constituindo-se em um debate que iniciava-se no século XX, e sim, uma discussão que caminha e adquire novas roupagens, moldando-se ao contexto temporal e às discussões arguidas em determinado tempo e espaço. É neste sentido, assim, que era criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na cidade do Rio de Janeiro, cuja intenção projetava-se em “[...] construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 129).

com marcas do contexto em que fora construído, repleta de signos e representações sociais e biológicas oriundas das teorias científicas e do racismo europeu.

Tais considerações permitem interpretar a formação racial brasileira, na visão da elite nacional, como um aglomerado de desequilibrados biológicos, seres inferiores e degenerados, em decorrência de sua mestiça composição racial, vinda daí a urgência em se criar uma identidade nacional forte, concisa e profunda. A raça, ancorada como instrumento de dominação, estrutura-se na justificativa biológica do discurso, abrindo brecha para a legitimação da oposição binária do inferior/superior (não branco/ branco) respectivamente, o que decorria nos traços formadores físicos, sociais e morais dos indivíduos.

Segundo Lilia Schwarcz, “[...] o termo raça é introduzido na literatura mas especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier¹², inaugurando a ideia da existência de heranças físicas [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 63). Se antes, a unidade da raça era proveniente da visão humanista decorrente do Iluminismo e da Revolução Francesa, a partir do século XIX passarão a valer “[...] correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (Idem, p. 62). Na prática, em diferentes lugares do mundo, num mesmo contexto temporal, a raça passara a ser o objeto de investigação por parte dos intelectuais, atentando-se às impressões e divergências sobre a própria condição racial e a suposta inferioridade dos negros e mestiços (pregada desde a segunda metade do século XIX).

Desde o século XIX, assim, passou a importar características e condições, tais como pele clara, estatura longilínea, beleza e força física, características antropométricas da face, por exemplo, nariz e bocas pequenas, tipo de cabelo, entre outros. Além disso, a antropologia e a criminologia investem esforços para desenvolver teorias e análises do tipo de indivíduo, suscetível ao crime e vadiagem, além de constar, em pauta, a influência da herança biológica, como possível fator de decadência moral.

Cumprе ressaltar que, ao olhar para o corpo, prevendo as diferenças e supostas superioridades de uma raça, em detrimento de outra, tais postulados tiveram andamento com o médico anatomista e antropólogo francês Paul Broca (1824-1880), que veio a cimentar as teorias racistas que começavam a se desenvolver mais robustas. Para a antropóloga e historiadora Giralda Seyferth, Broca fora “[...] ordenador da antropometria, inventor das categorias intermediárias [...]. Partiu do princípio de que as raças humanas podiam ser hierarquizadas em uma escala linear de valor intelectual [...]” (SEYFERTH, 1995, p. 184).

¹² Georges Cuvier (1769-1832) naturalista zoologista francês da primeira metade do século XIX, “[...] dividiu a humanidade em três subespécies — caucasiana, etiópica e mongólica — e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais” (SEYFERTH, 1995, p. 176).

De acordo Schwarcz (1993), como cientista, Paul Broca surge estabelecendo uma direta correlação entre as diferenças observáveis nos seres humanos e as dissemelhanças na estrutura racial. Partia-se de que se as diferenças raciais eram mesmo atuantes sobre o indivíduo e, em suas relações, portanto, as mesmas produziriam práticas e comportamentos de acordo com sua classificação racial.

Pautado, nesse raciocínio, o criminologista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) formula a teoria do criminoso nato. Nessa esfera, essas ideias faziam parte de um contexto de pensamento da vida humana, até então inovadoras, como pensar seus atos por meio de teorias biológicas e sociais, buscar prever suas ações explicando as deformidades das nações pela fraqueza moral das raças nela habitadas.

No Brasil, as ideias de Lombroso foram acompanhadas, estudadas e transpostas principalmente pelo médico baiano, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que, ao teorizar acerca dos preceitos desenvolvidos pelo criminologista italiano, inclui a questão racial no centro de seus estudos antropológicos. Conforme explica e dialoga, portanto, o jurista Luciano Góes: “[...] Raimundo Nina Rodrigues, legítimo representante da classe escravagista de um país marginal que acabara de abolir o maior e mais importante sistema escravagista do mundo, ‘traduziu’ aquele paradigma a partir de uma base racista” (GÓES, 2016, p.22).

É justamente, a partir dos anos de 1890, que a discussão nacional é encorpada pelo “pessimismo” de que realmente havia um problema racial, que constituía a barreira da nação. Conforme nos indica Lilia Schwarcz (1993, p.150), desse período em diante “são publicados os textos sobre ‘os problemas da nação’, revelando em seu conjunto uma visão pouco alentadora”.

A tese da degenerescência do Brasil, enquanto um país mestiço, era atestada categoricamente pelo médico Nina Rodrigues (1862-1906). Segundo Skidmore (2012), ainda, no início dos anos 1890, o médico baiano “rejeitou a ideia sentimental de que um representante das raças inferiores pudesse alcançar em inteligência o elevado grau que chegaram as raças superiores [...]” (SKIDMORE, 2012, p. 103).

O Brasil era, assim, pela ótica desses intelectuais, um país multirracial à espera de sua libertação, que viria, concomitantemente, pela melhora da raça e na instauração de uma verdadeira identidade nacional. A questão central, para eles, voltava-se pela raça e era pelo pensamento do problema racial que o país entraria nos trilhos da modernização. Não obstante, para esses letrados, era no pensar dos dilemas raciais que se encontrava o caos e, sincronicamente, a salvação para a nação, bem como uma pedra bruta, que seria preciso lapidar à procura do seu valioso modelo ideal de civilização.

É preciso salientar que a aglutinação desses discursos, promovidos por uma elite intelectual e econômica, consegue, por meio da imprensa, espalhar e legitimar o ideal eugênico, fazendo recair sobre os negros e mestiços a causa do atraso e imoralidade do país. Destarte, pensar em uma nova nação que deveria nascer pelo discurso racial, impõe-se trabalhar uma perspectiva identitária. O discurso manifestado pelos intelectuais das primeiras décadas do século XX, fazia crer que o país estaria em completa perdição genética, em uma clara demonstração, “demonizadora”, de culpa à miscigenação, o que tornava a identidade nacional um sentimento em falta.

Nesse contexto, abre-se um precedente para análise do chamado *Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em 1911, na cidade de Londres, na Inglaterra*¹³, evento emblemático que sintetiza o debate internacional referente à questão racial. O Congresso contou com a presença de intelectuais e autoridades públicas de diferentes lugares do mundo, da América Latina, dos Estados Unidos e Europa, da Ásia e da África. Representando o Brasil, estiveram presentes os antropólogos João Baptista de Lacerda e Edgard Roquette Pinto, ambos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo o primeiro responsável pela apresentação de um estudo da miscigenação racial no Brasil (SOUZA, 2006).

Tanto no exterior quanto no Brasil, o evento recebeu ampla cobertura da imprensa, e foi considerado um congresso científico bastante prestigiado. Conforme apresentam os historiadores Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos: “O centenário do congresso pode ser visto como uma oportunidade singular para analisar o significado histórico, político e científico que o evento representou [...]” (2012, p.746). Diante de tal expectativa, o Congresso Internacional das Raças fora anunciado, em 23 de Julho de 1911, pelo jornal *Correio Paulistano*, que, em tom entusiasmado, expunha:

O ponto de partida do Congresso é tão prático quanto humano. As raças e os povos se acham, em nossos dias, bastante aproximados, por interesses comuns e não se podem continuar a encarar com hostilidade e desconfiança. Uma compreensão mais sã e mais científica do valor se impõe. Para os povos, bem como para os indivíduos, uma explicação clara e franca é soberana na cura dos males de amor-próprio que os dividem. Assim serão estudados, por seu turno: A significação das palavras, raça e nação, os contractos pacíficos entre as civilizações; as condições geraes do progresso, os problemas econômicos que dividem ou aproximam os povos; a atitude de consciência moderna de ante dos conflictos das nações. Ler-se-á também uma série de memorias, tendo em vista o encorajamento da amizade entre as raças (Correio Paulistano, 23 de julho de 1911, p. 5).

¹³ Ver: AMARAL, Antônio José Azevedo. O problema eugenico da immigração. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929. Actas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340.

O texto publicado pelo *Correio Paulistano*, oriundo de tradução do artigo da revista *La Revue*, de Paris, abre um precedente inédito ao reunir, a nível mundial, autoridades e intelectuais em torno de um assunto comum: o racial. Importa deter cautela ao excerto acerca do significado das palavras raça e nação, em claro ligamento associativo que aparentava o integrar dos povos e civilizações, ao mesmo tempo em que, contudo, fala nas condições dos progressos econômicos, fazendo uma clara referência ao fato de raça ser um aspecto importante no desenvolvimento das nações.

Vale ressaltar que a presença do Brasil, no evento, também estava ligada aos interesses em construir uma imagem positiva sobre o país, procurando atrair imigrantes e investimentos estrangeiros para o território brasileiro. A própria tese apresentada por Lacerda, durante o evento, procurava evidenciar o processo de branqueamento existente no Brasil, destacando a presença europeia na formação da gente brasileira e apontando para uma nação moderna. Como sabemos, a tese do branqueamento, tão propalada no Brasil, baseava-se num pressuposto social darwinista, informado pelo racismo científico, segundo o qual a população tenderia a branquear porque o “sangue” europeu era supostamente superior e iria se sobrepor, no processo de miscigenação, ao “sangue africano” (SKIDMORE, 2012).

Neste sentido, conforme lembra Lilia Schwarcz, referindo-se ao trabalho apresentado no Congresso de 1911, “o discurso de Lacerda soava sobretudo como um alento”, uma vez que projetava uma nação branca em menos de 100 anos (SCHWARCZ, 1993, p. 122). Lilia Schwarcz lembra também que João Batista de Lacerda, desde seus primeiros estudos sobre os indígenas do Brasil, no século XIX, já empregava a tese do branqueamento como solução para eliminar os indígenas “selvagens”, como eram descritos os botocudos no norte do Brasil. Nas palavras de Schwarcz, Lacerda “[...] descobria nos Botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana, e apontava no branqueamento a grande perspectiva nacional diante do inevitável fenômeno da depuração das raças” (Idem, p.122).

Acerca dos índios Botocudos, considerados por João Batista de Lacerda, o “exemplo máximo de inferioridade racial”, em texto publicado no *Correio Paulistano*, em 1907, o antropólogo Hermann von Ihering (1850-1930), do Museu Paulista, fazia a seguinte afirmação: “É dever nosso proteger e educar os índios que se sujeitam à nossa civilização, mas os que se mostram adversos à nossa cultura, não merecem a mesma consideração [...]”. Ihering fazia referência à defesa de processo de extermínio que, ele próprio, viria a defender, nos anos seguintes, em relação aos indígenas do interior de São Paulo, que, segundo ele, seriam avessos à civilização e ao progresso¹⁴.

¹⁴ No texto, inclusive, o médico Hermann von Ihering chega a sugerir medidas drásticas contra os “incivilizados” indígenas, no ponto em reproduz artigo por ele publicado na Revista do Museu Paulista, expondo: “Os actuaes

Nesse cenário, a intelectualidade mundial vigente, durante o período da Primeira República (1889-1930), comungava da mesma preocupação, a de redefinir a nação em suas bases raciais. Nesse tom, em texto intitulado *O problema das raças*, publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 1917, pelo romancista francês Paul Margueritte (1860–1918), acaba trazendo a tônica que envolvia o contexto da mistura das raças no mundo e no Brasil, definindo o seguinte cenário:

Em certos paizes, a raça, a religião e os costumes misturam-se de tal modo que no dia da liquidação geral, será difícil, apesar da melhor boa-vontade deste mundo, restituir esses paizes à sua origem virtual e apropriada delimitação. Não é também menos certo que, si tivermos de considerar os valores espirituaes e moraes as características superiores dum povo, o problema das raças existe e deve ser contemplado em sua amplidão (Correio Paulistano, 26 de janeiro de 1917, p. 1).

Embora o teórico francês Paul Margueritte não cite ou se refira diretamente ao Brasil, não há dúvida que suas análises recaem na situação de países de ampla miscigenação e de forte presença da cultura africana e indígena. Outro ponto interessante é que o jornal apropria-se de tal texto para publicá-lo no contexto da São Paulo da década de 1910 e 1920. O caráter central de análise, nesse quadro, refere-se ao processo de arianização e cuidado com a miscigenação racial e aos supostos prejuízos para o futuro das nações. É nesse ambiente que, enquanto colaborador do *Correio Paulistano*, o médico psiquiatra e filósofo francês Georges Dumas (1866-1946), em texto que pensa o desenvolvimento do pensamento eugênico e sua atuação correlata na Europa, em especial na França e nos Estados Unidos, escrito direto de Paris, e publicado em 7 de março pelo *Correio Paulistano*, vai pontuar que:

Ao passo que uma nação como a França é um agrupamento social homogêneo, constituído através de longos séculos e tendo soffrido poucas entradas estrangeiras, os Estados Unidos da América do Norte são um agrupamento social moderno, formado, em todas as suas peças, pela immigração. Existe não somente uma questão negra, como uma questão allemã, uma questão amarella, e propõe-se o problema de saber si a assimilação é possível e em que limites. Será conveniente favorecer os casamento entre as raças diferentes ? será necessário prohibil-os ? como verificall-o são questões que a Eugenia e as teorias modernas da hereditarietàade resolverão ?. O meio menos violento e o mais seguro seria retardar o casamento nas classes dysgenicas. Mas tudo isso é uma Eugenia negativa, uma Eugenia de defesa, que visa unicamente impedir ou retardar o aviltamento da raça e essa Eugenia, as vezes brutal e desprovida de poesia, não bastaria para enlevar as almas e as esperanças de tantos eugenistas, se ella não se completasse com a Eugenia positiva cuja ideia, encarecida por Galton, transparecida na definição que chamamos a todo instante (Correio Paulistano, 7 de março de 1923, p. 3).

índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso [...]. São um empecilho a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio sinão o seu extermínio” (Correio Paulistano, 1908, p.1).

O texto deixa clara uma noção de superioridade racial eurocêntrica, apontando, na França, raça em tese mais homogênea, em seu modo de ver, uma nação de maior conformidade moral, o oposto do que acontecia nos Estados Unidos e em países da América. Nesses países, em que a pluralidade racial, fruto de diversas correntes imigratórias, que impunha desafios no desenvolvimento nacional, seria de imperativa força a atuação da eugenia como política de “restauração” das raças.

O próprio *Correio Paulistano* trabalhava na definição nacional de identidade e dialogava com a problemática racial, colocando em questão se era essa a causa que impedia, de certa forma, o desenvolvimento do pensamento nacionalista. É imperioso apontar que, por autoria do jornalista e poeta Cassiano Ricardo (1895-1974), em setembro de 1927, o *Correio Paulistano* publicou artigo intitulado *O “segredo das Uíaras”*, com o subtítulo *Notas impressionistas à margem dos “seixos rolados”, de Roquette Pinto*:

O que nos falta, disse Roquette Pinto, é conhecer o que se tem descoberto e conquistado. O que nos falta, direi eu, é compreendê-lo na sua imensa significação. É penetral-o nas suas fontes de riqueza. É investigal-o nas suas condições de vida. É tornal-o acessível às populações do interior, que necessitam de hygiene e instrucción. É tornal-o capaz de se depender a si próprio[...]. Conhecer o Brasil. Eis, em synthese, o nosso dever. Não dever de curiosidade ou de patriotismo. Mas dever fundamental para com a nossa própria existência de brasileiros. Identifical-o todos os actos que praticamos. Consideral-o presente a todas as nossas acções. Pensar continuamente no seu futuro numa palavra: “nacionalizal-o” (*Correio Paulistano*, 14 de setembro de 1927, p. 3).

Cassiano Ricardo, claramente, abre um diálogo e enaltece o pensamento nacionalista do antropólogo Roquette-Pinto (1884-1954), que sinalizava para a urgência em se estudar e compreender o que o mesmo chamava de “Brasil real”. Esse diálogo leva a crer que, sob essas injunções, destacava-se uma República que ansiava por uma nação, que estava perdida em si mesma, necessitando entendê-la, uma vez que o Brasil ainda era um mistério, com espaços e povos a serem incluídos na ideia de nacionalidade.

Para essa geração, era determinante aos intelectuais da Primeira República o conhecimento e a definição de uma identidade brasileira que fosse livre dos supostos vícios históricos, dentre os quais, a promiscuidade, a insubordinação, a inferioridade mental e física, a má higiene, o analfabetismo e a pobreza, problemas que ainda necessitavam de um olhar atento do Estado. Com efeito, se o país republicano, antes sonhado, virara realidade, caberia aos intelectuais colocarem-se a pensar razões e instrumentos que viessem fortificar, com bases teóricas racionais, aprimoradas e científicas, a nova república.

Sem titubear, fato é que, no imaginário da elite (intelectual e econômica), todas as questões, quistas como essenciais ao melhoramento do Brasil, passavam pela evolução da raça que, aqui, predominara e na construção do sentimento de brasilidade. Nesse raciocínio, Francisco Pati (1898-1970), jornalista e advogado paulista, editor do *Correio Paulistano*, escreve um texto, no periódico, destacando a relevância da identidade literária-artística para a formação da nacionalidade brasileira, em artigo que intitulou de *O poema do Brasil*, publicado em 1925, expondo:

Aos escritores [...] é que incumbe a formação da unidade affectiva de que carecemos para o advento do espírito nacional [...]. A nova literatura, liberta de formulas gastas, emancipada de influencias exteriores e dos processos adquiridos pelo hábito da importação e da imitação, é que cabe o inculcar da pátria nova (*Correio Paulistano*, 6 de fevereiro de 1925, p. 3).

É reforçado por Francisco Pati a busca literária, como instrumento ao encontro do “espírito nacional da nação”, o pensar e o seu registrar pela escrita e o movimento de ação dos intelectuais em formular pensamentos aos problemas nacionais, refletia o desconforto com o Brasil incompleto de identidade, raça e de nação. Valendo-se desse incômodo, intelectuais munidos de ideologias raciais, científicas e políticas passaram a ver a raça e a indefinição de brasilidade como grandes empecilhos de desenvolvimento nacional (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 2012). Contudo, tal ponto acerca de uma suposta inferioridade racial, criada pela intelectualidade brasileira, é reiterada e criticada por Cassiano Ricardo que, em 1927, em artigo, no *Correio Paulistano*, afirma:

Creou-se, por isso, uma mentalidade que queria ver o Brasil com olhos europeus. Queria, em resumo, que em quatrocentos annos de vida, com um paiz que constitue a decima quinta parte do globo, tivéssemos progredido tanto e tão milagrosamente, que já pudéssemos competir com os paizes de cultura multissecular. Essa mentalidade, para significar a nossa inferioridade, creou abusos e sophismas. Creou, entre outras coisas, a figura do brasileiro apilado, de cócoras, a esperar pelo providencialismo da terra. Não procurou diagnosticar o motivo do nosso retardamento ou da nossa nobreza. Confundiu pobreza e retardamento com inferioridade racial [...]. Que há um Brasil absolutamente Brasil; não há duvida nenhuma. Sentimol-o presente, irreductivel na sua physionomia moral e physica. Mas, como tocar directamente no seu thesouro de originalidade? conhecendo-o no seu mysterio; isto é, na fonte de todos os seus phenomenos sociaes, históricos, polliticos (*Correio Paulistano*, 14 de setembro de 1927, p. 3).

Outrossim, a tônica que envolve o argumento, proposto por Cassiano Ricardo, dirige-se a um olhar social mais amplo em torno da “essência brasileira” para a constituição de uma conjuntura identitária nacional. De um modo sutil, o intelectual parece ter a percepção do mito discursivo criado em torno da inferioridade racial. Pondo, em perspectiva, que o real problema

se caracterizaria como algo mais complexo do que a questão racial, em relevo estaria a pobreza econômica e a crise social do abandono.

E a intelectualidade, é claro, com o espaço presente na imprensa, apropriou-se das condições oferecidas e manteve a preocupação de reformar as bases identitárias do Brasil, tanto no campo político como nas artes, na literatura e, especialmente, na imprensa. Se ser intelectual envolvia a incumbência de pensar o Brasil, em sua plenitude geográfica, literário-artística, social, histórica e econômica, o ponto de cisão volta-se ao refletir a própria identidade, ora chamada de brasilidade.

Na corrida diante desse anseio de criação nacional de um sentimento coletivo de pertencimento, que o jornalista e professor sergipano Genolino Amado (1902-1989), irmão do também acadêmico Gilberto Amado (1887-1969) e primo de Jorge Amado (1912-2001), resumia a questão em texto, no *Correio Paulistano*, em janeiro de 1927, intitulado *Discutindo o evidente*, dizendo: “[...] não somos um povo, muito menos uma raça. Temos somente um paiz a população brasileira, que, entre a disparidade dos agentes da sua formação, procura crear um typo e uma expressão que ainda tardam” (*Correio Paulistano*, 16 de janeiro de 1927, p.3).

Ainda, no artigo, o intelectual reflete a consistência da raça e identidade nacional afirmando que “apenas pela unidade de certos sentimentos e tendências, podemos assegurar que esse povo se formará mais tarde. [...] nós é que somos os actuaes fundadores do nosso typo racial [...]” (*Idem*, p.3). Com efeito, pois, o desdobramento do pensamento instrumentalizado por Genolino Amado instaura o incômodo com a incerteza e falta de uma identidade e de uma raça nacional. É assim que identidade, nação e raça pareciam ser problemas constantes que mantinham a preocupação dos intelectuais em ação.

Cumprir pontuar, nesse sentido, que o próprio *Correio Paulistano*, em editorial publicado, em 24 de Setembro de 1928, com título *São Paulo e o seu governo*, evocava a questão da nacionalidade ou brasilidade, tendo por referência justamente o estado e a cidade de São Paulo, que, em sua organização e ordenamento de povo, fizera uma economia crescente, entendida como fruto da “gente forte” que habitava o estado. Nos termos do editorial:

Honra, sobretudo, ao nosso povo – e dignifica- o surto ascendente e ininterrupto dessa prosperidade, a cujo rythmo se transfundem em força creadora e realizadora todas as energias maravilhosas da alma paulista. O progresso de São Paulo é um exemplo de democracia e de nacionalismo que convem e deve ser meditado, não só por aquelles que descrêm das virtudes essenciaes do regimen, e por isso ameaçam subvertel-o, pregando uma nova e desnecessária ordem das coisas[...]. Aquelle progresso desmente essa injustiça e eis porque deixa elle de ser um simples phenomeno econômico, para adquirir pelo alcance de seu aspecto social e moral, os fóros de uma verdadeira e luminosa licção de brasilidade (*Correio Paulistano*, 24 de setembro de 1928, p. 3).

Em uma forte indicação, o *Correio Paulistano* deixa evidente um anseio de criar/desenvolver uma identidade brasileira à paulista, ao implementar a direção discursiva que reforçava o poderio econômico do estado de São Paulo. Ideias e discursos, potencializados por uma intenção política e ventilados pela imprensa, incorreram em seguir pelo domínio de um grupo dominante na sociedade. Destarte, pode-se tomar, ainda, pela perspectiva desenvolvida pelo próprio jornal, que, sob a tutela do Partido Republicano Paulista (PRP), desenvolvia seu argumento de superioridade nacionalista paulista, derivado de um espírito liberal econômico.

Contudo, é imperial fazer crer que, nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, a questão em encontrar uma identidade ainda carecia de maior cuidado intelectual e político, uma vez que os esforços estavam concentrados em encontrar um caminho viável para a nação. A reflexão envolvia esforços coletivos das elites intelectuais e políticas em lidar com as utopias de “Brasis” pensados e, ao mesmo tempo, tomar tento das, supostas, problemáticas relações e condições raciais envolvendo a degradação do povo, ou melhor, as degradações, que seriam, na visão elitista, raciais, mas também, morais, sociais e educacionais.

Não obstante, encontrar a própria brasilidade residia na essência dialógica da intelectualidade nacional. E é nesse ímpeto que o jornalista e político Plínio Salgado (1895-1975), que havia sido jornalista do *Correio Paulistano* até 1924, expõe sua crença na afirmação da unificação identitária. Em texto publicado, em 12 de Agosto de 1927, na coluna *Chronicas Verdamarellas*¹⁵, ele intitula de *Visões da gente nova*, pontuando:

Chegamos ao momento decisivo em que devemos optar: ou pela obra de unificação espiritual da nacionalidade dentro das nossas condicionalidades históricas, geográficas e sociais, ou pela abdicação completa de nossos direitos de afirmação, da nossa physionomia de povo e de paiz. Não podemos deixar que a nossa physionomia de povo soffra a influência descaracterizadora de doutrinas prematuras ou de preconceitos raciaes transplantados. Temos de zelar pela grande força que, do ponto de vista ethnico garante uma assimilação perfeita de elementos extranhos, e do ponto de vista social determina a manutenção intangida do próprio gênio da nacionalidade, condição essencial para que leguemos aos tempos vindouros, não um povo de adventícios, mas um povo caracterizado e unificado numa expressão própria. Os paizes novos como o Brasil, só se salvarão nesta era histórica, por uma grande capacidade de afirmação, de personalidade (*Correio Paulistano*, 12 de agosto de 1927, p. 3).

Pelas palavras de Plínio Salgado, tem-se a sensação de um pensamento indicativo de uma unidade nacional, que, diga-se, comportaria as várias raças presentes no país, a significação do Brasil se encontraria nele próprio, afirmando-se por e em suas características, sejam elas

¹⁵ Expõe-se para melhor entendimento da estrutura argumentativa e contextualização da discussão, que a palavra *Verdamarella* deriva do chamado Movimento Verde-Amarelo, um grupo literário-modernista brasileiro que fora criado em associação, pode-se dizer, no ano de 1926, incluindo Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. O Movimento Verde-Amarelo, em resumo, consistia em aplicar uma visão nacionalista, reforçando e ao mesmo tempo chamando para uma força nativa e natural brasileira.

raciais, culturais, climáticas ou literárias. A afirmação, a qual Plínio Salgado volta-se, pode ser interpretada como uma ideia de consciência plural-nacional de raízes brasileiras.

Em sentido próximo, no artigo *Acção Verdamarella*, datado de 4 de Junho do ano de 1929, o escritor modernista Menotti Del Picchia (1892-1988), sob o pseudônimo de *Hélios*, fazia-se um dos mais atuantes jornalistas do *Correio Paulistano*, publicara o anseio existente em encontrar a brasilidade, divulgando seu movimento *verdamarello*, nos seguintes termos:

[...] Os espíritos já foram bem sacudidos pela reacção literária que se agita desde 1920. Agora é tempo de coordenar e de realizar. É o que procura fazer a “acção verdamarella”, cujo primeiro numero sahiu, no “S. Paulo jornal”, domingo ultimo. Ali se accendeu um claro facho de brasilidade que há de arder, perpetuo e tranquilo, enquanto os moços brasileiros souberem amar de verdade o Brasil (Correio Paulistano, 4 de junho de 1929, p. 6).

O discurso, no jornal, era enfático em apresentar que os brasileiros constituíam-se em fenômenos sociais, únicos e, de certa forma, belos, dada sua conjuntura história e capacidade de assimilação. Contudo, a brasilidade estaria presente, mesmo não aparente, mas existente, inconstante e indefinida. Tenciona indicar que a relação étnica-identitária ainda aspirava cuidados e reflexões e, nesse contexto, pensar em uma nacionalidade autossuficiente, significava também extrair a essência racial mais fortificada.

Aliás, não é por acaso que textos como esse são publicados no *Correio Paulistano*, uma vez que fora o principal meio de imprensa a ventilar os ideais do movimento verde-amarelo. Vale lembrar que o grupo do qual Menotti Del Picchia fazia parte, composto também por Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, vinha se formando, em 1925, e se estabelece de vez, em 1926, propondo realizar um contraponto à poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade.

Nesse movimento, por conseguinte, a historiadora Lorenna Ribeiro Zem El-Dine (2017) explica que “[...] Oswald de Andrade foi acusado de submeter a poesia Pau Brasil ao primitivismo europeu e de romper com a liberdade em relação às escolas artísticas europeias, que estaria sendo inaugurada pelo modernismo” (EL-DINE, 2017, p. 36).

De caráter literário-artístico, essa vertente apregoava um projeto nacional e voltava-se a pensar a identidade nacional e a raça. Fato é que esses intelectuais modernistas assumiam o desejo de apresentar uma literatura, uma cultura e uma arte essencialmente brasileira. Nesse segmento, portanto, “Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia [...] defenderiam a atualização do programa modernista e o distanciamento em relação às vanguardas europeias, como condições determinantes para a aquisição de uma literatura própria” (Idem, p.36).

Lorenna Ribeiro Zem El-Dine (2017) consegue alcançar, com propriedade, o apogeu político-literário em que esses intelectuais refletem os produtos socioculturais brasileiros, visto

do ponto de sua plenitude originária, remetente à sua condição de brasilidade. Aqui, externasse a um paradoxo por demais interessante, pontuando as relações do pensamento intelectual, na moldura do pensamento nacional e nas decisões capitais da nação, nos campos econômicos, políticos e sociais, em tese.

Nessa seara, o arranjo das articulações entre os intelectuais é latente ao evocar a preocupação dos mesmos com os problemas nacionais, levando-se em conta o panorama traçado pela historiadora Lorena El-Dine (2017) e tendo, como base de apoio, os textos extraídos do *Correio Paulistano*. É diante de tal texto, a rigor, que envolvem-se projetos de nação, pelo pensar teórico dos intelectuais os quais introduziram modelos civilizatórios.

Tal gênese de raciocínio é percebida no *Correio Paulistano*, instrumentalizada pelos intelectuais, como Cassiano Ricardo que, em artigo de 23 de agosto de 1930, intitulado *Realização*, vai expor em tom de recomendação: “Esforcemo-nos em criar o ambiente próprio, dentro do qual o Brasil se realizará. Ambiente intellectual e moral, para cuja formação cada um de nós terá que contribuir com a sua intelligencia e [...] fé patriótica” (Correio Paulistano, 1930, p.1). O texto de Cassiano Ricardo caminha na busca por encontrar um sentido, espírito e luz, próprios de nação e pensamento intelectual-nacional, pois não só seria possível, como viável e necessário para uma verdadeira emancipação política, cultural, intelectual e social do Brasil.

2.2 Da raça que temos para a raça que queremos

Antes de partir para um análise do problema racial, enquanto suposto “problema biológico”, faz-se mister salientar que, conforme aponta Giralda Seyferth (2002), ainda sob regime escravocrata, no decorrer do século XIX, os escravos são desqualificados como “trabalhadores estúpidos”, “brutos” e “precários”, a escravidão sendo um regime econômico retrógrado, sem qualquer menção à inferioridade racial. A autora chama a atenção para o fato de que as teorias raciais viriam a ocupar a preocupação das autoridades públicas, especialmente depois da Abolição, “(quando) emerge a questão da mestiçagem, influenciada por diversos racismos europeus, com prestígio do cientificismo [...]” (SEYFERTH, 2002, p. 130).

O Brasil amoral e de descontrole racial, que se apresenta, na visão dos racialistas, ao mundo, na virada do século XIX para o início do século XX, é visto como um país degenerado, atrasado, atacado por suas mazelas internas, pelo modo de vida e pela aparência e condição físico-estética descuidada/degradada de seu povo. Além disso, urge lembrar que a grande questão científica, que tomava conta do debate racial-imigratório, no fim do século XIX, estava ligada ao negro e mestiço, sendo o brasileiro um sujeito de raça não muito definida.

É nesse contexto, e sob esse pano de fundo, que o debate, referente à substituição dos brasileiros por novos imigrantes europeus, ganha cada vez mais força nas páginas do *Correio Paulistano*, encampando tanto as discussões sobre a suposta necessidade de substituição de mão de obra escrava por trabalhadores europeus, quanto à formação da nacionalidade, com vistas ao processo de branqueamento do Brasil. Fato é que o projeto de modernidade, construído-desejado pelas elites brasileiras, voltava-se à discussão da miscigenação racial, imaginado por elas como sendo a principal obstrução ao desenvolvimento nacional.

No artigo, *Estado, ciência e política na Primeira República (1999)*, Maria Helena Souza Patto caracteriza que “a condenação do cruzamento racial, que levou à afirmação generalizada de que a realidade brasileira era palco da anarquia das raças [...] e fez da mestiçagem o maior mal do país [...]” (PATTO, 1999, p. 185). Com efeito, a raça foi constituída mediante categoria científica, e operacionalizada, de forma singular, no âmbito social e biológico.

A rigor, fica evidente, portanto, a necessidade de se propor uma contextualização mais ampla de raça, enquanto categoria, quer dizer, ao envolver um debate mais acalorado em torno da categoria racial, e entendê-la “impregnada” de contornos simbólico-sociais. É desse cenário que, diante de uma sociedade brasileira estruturada sob os alicerces da desigualdade racial, Lilia Schwarcz (1993) pontua:

O país podia ser dividido entre capazes e incapazes, entre perfectíveis e degenerados, em um esforço deliberado de esfumaçar divisões econômicas e sociais enraizadas. Era como raça que a nação era entendida. Por meio dela se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas. Estranho movimento, que por meio da ciência justificava os projetos mais violentos e autoritários, como a pressagiar os movimentos nazistas que viriam a acontecer em futuro breve na Europa (SCHWARCZ, 1993, p. 234-235).

Em vista do pensamento de Lilia Schwarcz (1993), existe certa especificidade marcada, desde a sua formação, de uma sociedade multiétnica e de raças cruzadas. Não obstante, é importante observar que, diante do exposto, é razoável supor que, na visão daqueles intelectuais, os corpos e mentes dos brasileiros deveriam passar por uma regeneração moral e física; com efeito, se bem sucedida, chegar-se-ia aos supostamente “mais capazes” para conduzir o país ao progresso. Cabe ressaltar, ainda, nesse cenário, conforme lembram os pesquisadores Maria Gabriela Marinho e André Mota (2013), que a corporação médica cada vez mais entra em cena, sobretudo, em São Paulo, intervindo no processo de seleção imigratória, saneamento dos portos e combate às doenças que afligiam os europeus.

Neste sentido, desde o fim do século XIX, as elites brasileiras estiveram empenhadas em desenvolver argumentos que embasassem a suposição de que assolada pela raça negra e mestiça, majoritária no país, o Brasil seria incapaz de se desenvolver, inclusive mentalmente,

visto que, na visão de alguns intelectuais do período, a degenerescência orgânica-corpórea dos brasileiros seria tão extensa que corria até mesmo o risco de extinção da nação.

Não à toa, portanto, segundo Maria Helena Souza Patto, as elites brasileiras entendiam que “o povo adoecia e infringia as leis não porque submetido à mais completa miséria [...], mas porque povo e rebeldes eram feitos de raças inferiores predispostas à doença física e mental, ao crime e à insubordinação” (PATTO, 1999, p. 185). Por essa leitura, a questão do desenvolvimento nacional e da formação de uma civilização, em terras brasileiras, necessariamente, passaria pelo tratamento da questão racial. Neste sentido, o pensamento intelectual tornar-se-ia, de fato, respeitável, diante das elites nacionais, quando tratava o problema racial relevante ao futuro da nação.

É exatamente, mergulhado nessa problemática que, em texto publicado no *Correio Paulistano*, de 18 de abril de 1920, o escritor Victorio de Castro apresenta *O problema do povoamento*:

Dentre os problemas nacionaes de solução mais urgente avulta, em primeiro plano, o do povoamento do nosso território dos mais urgentes. Turcos, slavos, italianos, portuguezes, japonezes, hespanhoes, allemaes, magiares, kurdos, gregos, armênios, etc., nessa confusão em que nós os acolhemos, não podem constituir uma base lógica e racional para a formação do typo brasileiro definido. A dissimelhança de língua, de religião, de sangue e de costumes desses elementos de povoamento só poderia acarretar desvantagens de toda ordem para o Brasil – desvantagem econômica, desvantagem religiosa, desvantagem sentimental, desvantagem moral, desvantagem social. Para o povoamento, pois, do nosso território os que mais nos convém, para não dizer os que só nos convém, são os portuguezes, em primeiro lugar, os italianos, e, em terceiro, os hespanhoes (Correio Paulistano, 18 de abril de 1920, p. 1).

Ora, o excerto acima permite realocar a narrativa das raças mais assimiláveis e adaptáveis ao Brasil, atravessado pelo desejo do imigrante etnicamente desejável, e não só, mas condizente com as características nacionais de credo religioso e idioma. O texto de Victorio de Castro parece conter, em evidência, a questão da adaptabilidade ao Brasil, além de indicar a preferência de sangue latino, fazendo de portugueses, italianos e espanhóis uma imigração mais indicada pela consistência de identidade. Por isso, o historiador Jair de Souza Ramos (1996) diz “[...] a raça foi predominantemente utilizada durante o período da imigração de massa, menos no seu sentido estritamente biológico do que como termo que identificava populações que supostamente carregavam uma unidade física e cultural” (RAMOS, 1996, p.62).

De todo modo, deve-se destacar que, independentemente do tipo de imigrante que fosse mais adequado para ocupar o território nacional, é fato que os intelectuais concordavam, em linhas gerais, que esse imigrante deveria ser europeu. Ao mesmo tempo, havia uma clara

rejeição em aceitar a presença africana e indígena como marca da identidade nacional. Todavia, Menotti Del Picchia, publica, no *Correio Paulistano*, em maio de 1920:

Perdendo, pois, sua expressão primitiva, a questão racial ganhou em complexidade, deixando de representar uma verdade a velha phrase feita de que o brasileiro é unicamente resultante do “índio, do negro e o lusitano”. Elle é o galhardo fructo de antigas arvores fortes transplantadas para ubérrimo solo, onde adquirem nova e sumarenta seiva e seu esplendor crescente, gerado pela somma de todas virtudes de todas as raças em jogo de xadrez da nossa nacionalidade dirá bem auto a nossa glória de povo que é e será dos mais bellos e musculosos do mundo (*Correio Paulistano*, 20 de maio de 1921, p. 1).

A questão da raça era trabalhada, no jornal, como fator de mudança e de possível melhoramento social, ainda que o caminho para alcançar esse fim fosse longo e árduo, necessitando de esforços conjuntos que envolviam imprensa, intelectualidade, grupos políticos e a comunidade médico-científica. Sem titubear, tratando-se de uma questão de amplitude nacional, a pauta da imprensa era auxiliar na formulação de diagnósticos e projetos nacionais que envolviam a formação racial da nação.

Conforme temos discutido, até aqui, o *Correio Paulistano* mostrava-se consistente na proposta de exhibir textos da intelectualidade em geral, preocupada em atingir um caminho de diálogo que fornecesse um futuro viável ao futuro racial do povo brasileiro. Em texto, no jornal *Correio Paulistano*, intitulado *Nacionalismo Integralizador*, datado de 19 de agosto de 1923, Menotti Del Picchia aponta: “O orgulho de termos nascido brasileiros só nos aponta um caminho: procurar com nosso exemplo e esforço, engrandecer o Brasil” (*Correio Paulistano*, 19 de agosto de 1923, p.3).

Ao mesmo tempo, assim, buscando definir o melhor tipo de imigrante a ser inserido no Brasil, Menotti Del Picchia, filho de imigrantes italianos, diga-se, parecia crer que a nacionalidade italiana seria a que melhor contribuiria para a identidade nacional. Em suas palavras: “[...] os característicos diferenciadores desse novo indivíduo (italiano), o qual não se conserva – como os allemaes, syrios, etc. – elementos typicos, morphologicos, que os deixam [...] desintegrados e não assimilados no organismo nacional” (idem, p.3).

Seguindo esse raciocínio, a nova raça brasileira passaria a vir indicando certos “predicados” essenciais ao sucesso nacional, a condição de adaptabilidade e assimilação. A questão se resumia em buscar um ser civilizado, educado, obediente e sadio. Menotti Del Picchia, tomando o italiano como exemplo, enxerga um tipo imigratório mais vantajoso ao Brasil, levando em conta a origem de língua latina e prática religiosa. Em 26 de Agosto de 1926, ele publicou outro artigo nos seguintes dizeres:

Seria o ideal si – como a selecção que se faz nas mudas de cafeeiros, para que o cafezal já surja da terra prodigo de fructos – possuíssemos a milagrosa faculdade da escolha do typo racial mais adaptável às nossas condições de trabalho e de clima, plastico ao amalgama, synegetico quanto à matriz racial, não offerecendo o perigo do kysto ethnico, harmonizado intellectualmente com os hábitos mentaes da gente brasileira [...] (Correio Paulistano, 26 de agosto de 1926, p. 3).

No excerto, ainda, o cronista paulista Menotti Del Picchia traceja pelo ponto de análise do selecionamento dos tipos étnicos, tidos mais adequados ao desenvolvimento do país. Portanto, em outros termos, a escolha dos imigrantes deveria ser pontual e certa, para que, embora necessitasse de alguns ajustes raciais, o Brasil atingisse estágio moderno de civilização. Sintomática é a forma de pensar externada por intelectuais como Menotti Del Picchia e o destaque dado ao pensamento racial, na formação nacional que concentrava esforços da intelectualidade, incomodada e “provocada” a agir, buscando pensar uma saída para o caos racial, moral e corporal que haviam imaginado que existisse.

De forma contrária à apresentada por Menotti Del Picchia, que manifestara em seu texto de 1926, um pensamento até positivo com relação à miscigenação racial, o médico psiquiatra paulista Aníbal Silveira prevê e projeta que a melhora da raça brasileira seria operacionalizada através de casamentos adequados, ou seja, entre os mesmos tipos étnicos. Em texto publicado, no *Correio Paulistano* de 1928, o autor afirma que:

Assim, a debilidade mental, as taras moraes, os defeitos de caracteres, as lacunas somáticas, se transmittem pelo mesmo processo, onde qual que seja, e, no conjunto como especificadamente, constituem fundo individual indesejável. Consequentemente, uma vez que de certo casamento pode advir o transpasse de qualquer dessas deficiências tal contraria a evolução ethnica, seja o povo qual for. Porém, a intensidade ou frequência com que dado character negativo se transfunde varia em função da raça, da família e mesmo do indivíduo (Correio Paulistano, 15 de março de 1928, p. 4).

A questão da hereditariedade e dos bens e valores raciais transpassados de geração a geração parecia central ao pensar a raça enquanto fruto, objeto e manifestação do problema, que parecia ser detectado no e pelo casamento das raças disgênicas. Uma vez posto que a raça desejada, sadia, esbelta e profícua viria pelas novas gerações, com o fortalecimento da união das “boas raças”.

A historiadora da biologia Luzia Aurelia Castañeda, pensando exatamente essa questão do melhoramento da raça e da união adequada das mesmas, no artigo *Eugenia e casamento*(2003), lembra que os eugenistas “envolvidos por suas crenças de aperfeiçoamento da raça humana, discutiam, entre outras coisas, as melhores medidas para se evitar as uniões indesejáveis [...]” (CASTAÑEDA, 2003, p. 918). Pelas considerações de Castañeda (2003), é importante destacar que as elites intelectuais pensavam o melhoramento eugênico inerente à modernidade.

Neste contexto, o controle eugênico dos matrimônios era visto como uma medida importante para evitar a propagação de indivíduos mestiços ou/e “disgênicos”. Destarte, em suma, o raciocínio, traçado por Castañeda (2003), evoca uma condição de melhoramento futuro da raça pela seleção hereditária, largamente praticada no mundo e amplamente divulgada no Brasil.

Imbricado nesta discussão, é possível voltar a atenção ao fator da inadequada hereditariedade vista pelos eugenistas. Conforme explica o historiador Vanderlei de Souza, eugenistas propunham medidas de controle do matrimônios a partir da compreensão, segundo a qual o “o futuro das novas gerações nacionais poderia estar, portanto, condenado por um patrimônio hereditário contaminado pelas condições disgênicas de seus genitores” (SOUZA, 2019, p. 89-90).

Esse incômodo intelectual parece ter tomado conta do jurista e historiador gaúcho Antônio Batista Pereira (1880-1960), genro do estadista baiano Rui Barbosa (1849-1923), que, no ano de 1928, profere algumas conferências no ambiente acadêmico, a primeira, na Faculdade de Belo Horizonte, intitulada “*Civilização contra a Barbárie*”¹⁶. Contudo, a que nos interessa, particularmente, é a segunda conferência de junho de 1928, intitulada “*O Brasil e a Raça*”, realizada na Faculdade de direito de São Paulo, que tocara em pontos centrais para o pensar dos aspectos raciais. Poucos dias, antes da realização da segunda palestra, o *Correio Paulistano* já expunha nota afirmando: “Baptista Pereira, historiador cujo nome é justamente admirado nos centros cultos do paíz, pronunciará na terça feira, 19 do corrente [...] a segunda conferência da série que propoz a realizar sob o suggestivo thema ‘O Brasil e a raça’ ”(Correio Paulistano, 14 de junho de 1928, p.7).

Não obstante, o jornal *Correio Paulistano* trazia, na íntegra, o pronunciamento de Batista Pereira com tópicos de discussão que estavam divididos em: *Craneometria*, *Ripley*, *Raça amarella*, *Os Japões*, *Raça negra*, *O indígena*, *Tradição latina e A fusão ethnica no Brasil*. Com relação ao tópico da *Craneometria*, Antônio Batista Pereira observava: “Nos cruzamentos humanos, bem poucas são as conquistas feitas pela observação científica. A hereditariedade não é fixidez: é evolução” (Correio Paulistano, 1928, p.6). Em sua visão, eram poucas as certezas obtidas de que a união entre as mesmas raças levaria ao melhoramento hereditário, pois afirmava: “[...] sabe-se que certas raças predominam sobre outras quase se cruzam”.

¹⁶ Acerca dessa conferência realizada pelo jurista e historiador Antônio Batista Pereira, tratando da guerra do Paraguai e da formação do Brasil republicano, o jurista Hermes Lima escreve texto no *Correio Paulistano* a que intitula *de Licção de história e de patriotismo* e nele aponta que: “A conferência do sr. Baptista Pereira [...] demonstrou que, mesmo com a escravidão organizada, nossa civilização era infinitamente superior a de qualquer povo sul-americano” (Correio Paulistano, 1928, p.4).

Isto, porém, quanto à sua questão morfológica. Quanto à psíquica ainda tudo são apalpadellas” (Correio Paulistano, 1928, p.6). Ainda, dizia: “Não devemos [...] curvar a cabeça à acusação de mestiçagem. Mestiças são todas as raças [...] os próprios que nos depreciam, chamando-nos mestiços, como Gobineau, dizem que a arte Europeia é filha da mestiçagem [...]” (Correio Paulistano, 1928, p.6). O intelectual gaúcho manifesta um pensamento bastante interessante na concepção racial, uma vez que não apenas aceita a mestiçagem brasileira, mas a expõe como um fenômeno de eventualidade mundial.

Batista Pereira problematiza, ainda, a ocorrência da escravidão nos seguintes termos: “Imaginemos os brancos submetidos por milênios à escravidão, quer dos seus eguaes, quer do estrangeiro. Qual seria o nível da sua civilização? teriam resistido eugenicamente às degradações do captiveiro?” (Correio Paulistano, 1928, p.6). Ainda que se possa notar um aparente orgulho do Brasil mestiço e fazer uma leitura sociológica em torno dos efeitos terríveis, gerados pela escravidão, no mesmo raciocínio, ele manifestava uma certeza: “[...] a aryanização progressiva do Brasil [...] é um fenómeno fatal e inevitável” (Correio Paulistano, 1928, p.6).

É possível e necessário problematizar o discurso de Antônio Batista Pereira, que, apesar de levantar as condições sociais do Brasil e das raças aqui existentes, faz-se crer possível o branqueamento, ainda que um sonho distante, mas, possivelmente, com os ajustes raciais necessários, o país poderia transformar-se em uma nação branca no futuro. Na verdade, a posição desse autor não era novidade entre os brasileiros, uma vez que uma das teses mais persistentes, nessa geração de intelectuais, era justamente a crença inabalável do branqueamento da população brasileira (SKIDMORE, 2012; SCHWARCZ, 1993).

2.3 Se branquear é evoluir, imigração é a solução

O norte-americano Jeffrey Lesser, em trabalho clássico sobre a construção da identidade brasileira, intitulado *A negociação da identidade nacional*(2001), explica que “a imigração foi de fato a construção da identidade nacional” (LESSER, 2001, p. 28). Outrossim, a imigração, que surge no contexto da virada do século XIX para o século XX, é empregada tanto para a substituir a mão de obra escrava quanto para realizar o desejo de branqueamento racial do país. Neste mesmo sentido, a antropóloga e historiadora Giralda Seyferth (2002) explica que:

A questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional. Desde então, a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas. O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes

européus – portanto, distinto da grande propriedade escravista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX (SEYFERTH, 2002 p. 118).

Não é à toa que a teoria do branqueamento racial surge, justamente, enquanto estratégia simbólica de dominação e hierarquização racial, amparada pelas concepções do darwinismo social (SEYFERTH, 1996). O historiador norte-americano Thomas Skidmore (2012), brasileiro, pontua que “os brasileiros prontamente repetiam a acusação de que os negros nunca haviam construído uma grande civilização, citando informes ingleses e de outros países da Europa sobre as estruturas sociais ‘primitivas’ [...]” (SKIDMORE, 2012, p. 97).

É a partir dessa perspectiva que a tese do branqueamento ganha consistência entre as elites brasileiras, que, incomodadas pela presença africana e mestiça, passam a debater distintos projetos de substituição “dessa gente incivilizada” por imigrantes europeus. Nas palavras de Giralda Seyferth (1995):

A tese que se desenha no final do século XIX é a da possibilidade do branqueamento da raça através da miscigenação seletiva e da imigração europeia. Neste processo, a população mestiça progressivamente chegaria a um fenótipo branco — com a seleção natural/social encarregada de eliminar as ‘raças inferiores’. O processo seletivo imaginado por autores como Silvio Romero (em 1888), J.B. de Lacerda (em 1911), Oliveira Vianna (em 1920 e 1922), por exemplo, é aquele formulado pelos darwinistas sociais, em especial pela antropossociologia de Lapouge, e por Paul Broca. O conceito chave do darwinismo social é o da ‘sobrevivência dos mais aptos’ (criado por Herbert Spencer a partir de Darwin): pressupunha que o progresso requer competição entre indivíduos, classes, nações e raças — e a seleção natural, no caso da humanidade, consiste nesta ‘luta pela vida’, na qual sucumbem raças inferiores e brancos inferiores (SEYFERTH, 1995, p. 179-180).

Pelas teorias raciais, era assumido que evoluir, enquanto nação, significaria branquear, e, por sua vez, a medida mais imediata para colocar o Brasil no bojo das nações civilizadas consistiria em apostar na imigração europeia. O debate sobre a atração de imigrantes europeus para branquear a raça brasileira é amplamente divulgada nas páginas do *Correio Paulistano*, que passa, cotidianamente, a expor a necessidade de ampliação de leis imigrantistas e reforçar o caráter de expansão nacional.

Fato é, que em pauta eugênica, quando pensada a imigração, encontrava-se uma questão aparentemente moralizante, dos modos, costumes, hábitos, desejo que culminou convertendo-se em um aspecto um tanto quanto desejo dito e entendido civilizatório. Visto que, conforme diz e leva a crer a historiadora Fernanda Rebelo em *Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX* (2007): “A imigração passa a ser entendida, então, como corolário de um projeto de civilização para o país” (REBELO, 2007, p. 173).

Imerso nessa leitura contextual, é de imperativa importância trazer o texto: *O conceito de ‘Raça’ e o Ideário do “Branqueamento” no século XIX brasileiro* (2003), do antropólogo Andreas Hofbauer, em que trabalha a construção do conceito de raça e desenvolvimento do

racismo científico no Brasil, expondo que: “‘Branco’ já não simbolizava mais exclusivamente valores morais-religiosos nem só o status de liberdade: agora a cor branca seria também projetada na ideia do progresso”(HOFBAUER, 2003, p. 79-80).

Acrescente-se que buscava-se indivíduos étnicos produtivos em prisma econômico, mas também de boa prole hereditária, e, na mesma moeda, afastava-se riscos de etnias ditas “duvidosas”. Para tanto, “alemães, judeus e japoneses estavam incluídos entre os ‘avessos à assimilação’ - uma clara recusa aos contingentes étnicos ‘irredutíveis’, portugueses e italianos e, eventualmente, espanhóis satisfaziam os padrões [...]” (SEYFERTH, 2002, p. 143).

Insta expor, assim, que nem toda imigração e nem todo europeu era considerado aceitável, desejável ao projeto de melhoria racial e moral da nação. Aos olhos da elite e do poder público, a imigração “descontrolada” que vinha sendo praticada desde o século XIX e que havia se arrastado para o século XX, trouxera para o Brasil europeus carregados de ídoles suspeitas, tais como: ciganos, judeus, deficientes físicos e/ou mentais, assaltantes, gigolôs, prostitutas, anarquistas, comunistas.

O que vale instaurar, ainda, é que nem sempre a relação entre esses imigrantes dava-se de forma harmoniosa, tanto em nível de sociabilidade quanto de adaptação ao Brasil, assim, não eram raros os conflitos e crimes praticados pelos estrangeiros, que logo recebiam a alcunha de “indesejáveis”, sendo processados e em certos casos expulsos do território nacional. Nesta perspectiva, a imigração, na visão das elites, devia-se constituir, enquanto política de melhoramento da raça, não apenas no sentido biológico, como também na regulação e reestruturação moral das práticas do povo no novo contexto brasileiro.

Certo é que a raça constituía, no entendimento dos racialistas, uma das causas e motivos mais imediatos da imigração, uma vez que até mesmo as questões morais insidiam sobre ela. É neste contexto que se deseja uma ampla classificação em torno das categorias de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”. De acordo com Jair de Souza Ramos, “estas categorias foram mobilizadas tanto por intelectuais e políticos brasileiros quanto pelos próprios imigrantes nos processos de luta simbólica que envolveram a imigração” (RAMOS, 1996, p.62).

À medida que avançavam as discussões sobre a formação do Brasil republicano, fazia-se imperioso, pela visão dos racialistas, moldar a população a partir de projetos de seleção racial. Não à toa que medidas por meio de decretos-leis foram tomadas por políticos da elite a fim de controlar o ideal de formação da identidade racial brasileira. Seria, assim, por força (e auxílio) de lei, que o controle da imigração faria a suposta regeneração da nação.

Conforme explica o historiador norte-americano Jeffrey Lesser (2001), logo que a república é proclamada, em primeiro decreto do governo, relacionado à imigração, proibia a entrada de asiáticos e africanos. Já nos anos 1920, “o governo estendeu essa proibição a todos

os que ele considerasse “africanos” ou asiáticos” (LESSER, 2001, p. 28). Em linhas gerais, ao versar sobre as leis imigratórias, já no início do século XX, como diz Thomas Skidmore (2012), “o artigo 5º da lei proibia a entrada de qualquer colono ‘da raça negra’ e limitava a entrada de orientais a [...] 3% dos orientais já residentes no Brasil” (SKIDMORE, 2012, p. 270). Sem dúvida, como verdadeiros mecanismos de repressão do estado, agora legitimada em lei, a imigração estava definindo o corpo desejável e indesejável, o apto e o não apto.

Ademais, sustentado pelo alicerce do pensamento eugênico e divulgado por intelectuais, o debate sobre branqueamento era tratado como uma questão de interesse nacional. Neste sentido, Skidmore (2012) explica que o branqueamento da raça seria fruto de um projeto político. Para parte dos intelectuais brasileiros, autoridades públicas e elite nacional, estava em jogo não apenas alterar a cor da raça brasileira, mas que os efeitos internos de comportamento, pensamento e relacionamento do homem branco europeu pudessem vir a corrigir a suposta degeneração das “raças inferiores”.

Segundo Thomas Skidmore (2012), um momento singularmente chave para o pensamento racial brasileiro é a década de 1920, quando o debate sobre a seleção eugênica dos imigrantes ganhou ainda mais centralidade nas políticas do Estado. É nesta direção que, em 1921, “[...] Andrade Bezerra (Pernambuco) e Cincinato Braga (São Paulo), acharam que era o caso de tomar uma medida drástica e apresentaram um projeto de lei proibindo a entrada de indivíduos humanos de raças de cor preta” (SKIDMORE, 2012, p. 269).

A respeito do debate acerca da entrada de imigrante, que provocara a discussão, no Congresso em 1921, pela proposta de lei dos deputados federais citados acima por Skidmore (2012), em texto publicado, no mesmo ano, datado de 5 de agosto de 1921, no jornal *Correio Paulistano*, intitulado *Branços e pretos*, o mineiro Veiga Miranda, então deputado federal pelo PRP, expõe nos seguintes termos:

Não pretendo afirmar que o projeto Cincinato-Bezerra esteja vazado em termos perfeitos. Seria talvez possível chegar-se aos mesmos fins sem a dureza de expressões empregadas, principalmente no que se refere a proibição da entrada de qualquer indivíduo humano de raça negra, seja mesmo algum excursionista rico, sábio ou por qualquer outro título notável. Foi, porém, o altivo brado de repulsa dado pela nação brasileira que não há de ser depósito de escórias de outros povos, sejam ellas de pelles pretas, brancas ou amarellas. E esse brado, si protege aqui todos os habitantes visa e defende especialmente os menos claros, pois a esses é que seria especialmente desastroso o afluxo dos companheiros do celebre Boxeur Johnson (Correio Paulistano, 5 de agosto de 1921, p. 1).

Pelo excerto, os argumentos, evocados por Veiga Miranda, voltam-se a refletir o projeto de lei trazido por Cincinato Braga e Andrade Bezerra, que buscavam eliminar o coeficiente de raças não brancas da população brasileira, desejo que remava contra uma possível imigração negra dos Estados Unidos. Contudo, como assevera o próprio Veiga Miranda, em seu

argumento, apesar de alguns excessos da lei, tal iniciativa viria a atender justamente os menos claros, pois, se com a proibição de não brancos, haveria um branqueamento dos menos claros. Ainda, em 1921, o deputado paulista Cincinato César da Silva Braga (1864-1953), concedia entrevista para o jornal baiano *A Tarde*, que o *Correio Paulistano*, por seu turno, trazia na íntegra, no dia 14 de agosto de 1921, com o título *Os negros Norte-Americanos*, expondo a fala do deputado:

Não sou contrário ao negro, ao negro nacional, tanto assim, que conservo nalma funda saudade da ama preta que me criou [...]. Sou contrário, no momento, à imigração de pretos americanos, porque vi nos Estados Unidos, o quanto o negro é considerado um ser inferior, sem classificação entre os humanos. Vi também o ódio que elles tem do branco. Admittida essa imigração, de milhares de pretos, de tal sorte elles entrariam no Brasil votando hostilidade ao branco brasileiro, e dahi uma serie de difficuldades que encontraremos para cohibir essas rivalidades. Meu projecto [...] foi uma obra de proveito aos negros brasileiros [...] (*Correio Paulistano*, 14 de agosto de 1921, p. 6).

Na entrevista concedida, Cincinato Braga sustentava a legalidade e a lógica de seu projeto imigratório a favor da proibição da vinda dos negros norte-americanos ao Brasil. Como argumento base, empregava o perigo que poderiam representar ao país, tanto para o pensamento de unidade nacional quanto para o convívio cotidiano social, em uma possível não adaptabilidade com os brancos e negros brasileiros. Não obstante, o historiador Thomas Skidmore (2012) aponta ainda que, apesar dos políticos favoráveis ao voto que restringia a imigração, houve quem o desaprovasse, como os deputados Joaquim Eusório e Álvaro Batista. Assim, “[...] o projeto foi submetido a uma votação preliminar de inconstitucionalidade. Por 94 votos a dezenove, a Câmara dos Deputados decidiu admitir o projeto para debate e enviou-o à comissão específica” (SKIDMORE, 2012, p. 269).

Ainda, acerca da postura empreendida pelo deputado Cincinato Braga, o historiador Jair de Souza Ramos (1996), afirma que, a forma explícita com que o político expunha seus objetivos foi “talvez, responsável pelos ataques que recebeu na Câmara sob a acusação de ser antirrepublicano, atentar contra a igualdade e a fraternidade, ser anticatólico e desprezar a herança negra na nacionalidade” (RAMOS, 1996, p.65).

Após dois anos da discussão relatada do projeto Cincinato Braga, no ano de 1923, o Deputado Federal pelo estado de Minas Gerais, Fidélis Régis, engenheiro agrônomo e membro da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), apresentara versão modificada do projeto anterior de autoria de Andrade Bezerra e Cincinato Braga. Neste meio tempo, a versão da proposta trazida pelo deputado Fidélis Régis (MG), segundo a análise apontada por Jair de Souza Ramos (1996), “[...] diferia do projeto anterior (Cincinato Braga) por preconizar, além das restrições absolutas à entrada de imigrantes negros, estímulos à imigração europeia e restrições parciais à imigração amarela [...]” (Idem, p.65).

Com efeito, é possível de ser assinalado que, por força e movimento de lei, pela elaboração e reelaboração de projetos e decretos imigratórios, a questão racial tornava-se, para as elites intelectuais e políticas, decisiva na construção de um novo país, conferindo força simbólica ao ato legal-jurídico.

Acerca, ainda, do projeto apresentado por Fidélis Régis, há, na edição do dia 2 de novembro do ano 1923, no *Correio Paulistano*, uma nota trazida das notícias da Câmara dos Deputados versando sobre a proposta do deputado mineiro, em que o também deputado carioca Vicente Piragibe (1879-1959) fez dura e contundente oposição ao projeto de Fidélis Régis ao: “[...] positivar os benefícios que a raça preta tem trazido para o Brasil, desde as primeiras luctas da formação da nacionalidade [...] combateu o projecto do sr. Fidélis Régis [...] (e) asseverou que em face da sciencia não existem inferioridade de raças” (Correio Paulistano, 1923, p.1).

Atento aos argumentos dos intelectuais brasileiros referente ao processo imigratório, um dos autores que ganhou amplo espaço no *Correio Paulistano* foi o escritor fluminense Oliveira Vianna, destacado sociólogo e historiador muito atento à história do Brasil a partir de uma perspectiva racial. Vianna era, de acordo com o historiador Skidmore (2012), um dos mais importante defensores da tese do branqueamento da população brasileira, a partir da miscigenação com imigrantes europeus. Não à toa, Vianna “exaltava o grande Ratzel e se referia a Gobineau, Lapouge e Ammon como gênios possantes” (SKIDMORE, 2012, p. 278).

Contudo, conforme explica Skidmore, “embora apreciasse pensadores europeus racistas e com frequência se referisse a raças inferiores e superiores, não considerava essas diferenças como absolutas” (SKIDMORE, 2012, p. 278). Assim, em texto de autoria de Oliveira Vianna, publicado em 25 de Setembro de 1926, no *Correio Paulistano*, intitulado *Raças e pesquisas estatísticas*, no qual trata da dificuldade em realizar maiores pesquisas de raça no país, muito em razão dos próprios preconceitos dos brasileiros de reconhecerem-se pelo que eram, Vianna, assim, expressava-se:

Os mestiços aryanizados já favorecidos por dosagens de sangue caucásico, evitam passar por taes e inscrevem-se bravamente na classe dos brancos, dissimulando-se na roupagem euphemistica dos morenos. Na classe dos mestiços, só ficam realmente os pardos e os caboclos característicos e ainda assim quando o fazem parte da plebe repullutante dos jecas innumeráveis que puxam a enxada ou fazem trabalhos servis, porque, si são “coronéis” ou “doutores”, para estes não há como cogitar de mulatismo e caboclismo: Elles não são sino ‘morenos’ (Correio Paulistano, 25 de setembro de 1926, p. 3).

Interessante perceber que, possivelmente, havia entre os mais esclarecidos e favorecidos economicamente, como no caso dos coronéis, receio, vergonha e medo de assumirem-se mestiços, e, quando o faziam, optavam por declararem-se “morenos”. De particular olhar, ainda,

no presente excerto, é a consciência que os sujeitos mais esclarecidos têm em se aceitar “raça não branca”. E complementa, no decorrer do mesmo texto:

Em anthropologia pura, estes dois typos o puro e o aparente são biologicamente diferentes, mas em anthropologia-sociologia, estes dois typos se equivalem: Branco ou brancoide, negro ou negroide, índio ou indioide são-nos indiferentes: o comportamento social deles é, em geral, idêntico (Correio Paulistano, 25 de julho de 1926, p. 3).

Analisando a dificuldade em elaborar pesquisas estatísticas, devido aos brasileiros não se aceitarem enquanto o que são/eram, Vianna faz uma importante constatação: a de que biologicamente seriam diferentes as raças branca, negra e índia. Nesse debate teórico, é imperioso abranger, de forma mais ampla, o pensamento de Vianna, este que se torna um dos maiores expoentes do racismo científico e da própria eugenia brasileira. É, inclusive, Oliveira Vianna, sociólogo e jurista fluminense, que assina o texto intitulado *O eugenismo das raças bárbaras*, no qual afirma não haver raça sem eugenismo. “Tem-no a mais civilizada e a mais primitiva [...]” (Correio Paulistano, 06 de janeiro de 1927, p.2).

Em tal texto, existe a preocupação e a correlação do pensamento racial com o desenvolvimento civilizatório. Considerando-se, ainda, que, ao que tudo indica, seu raciocínio encaixa-se bem ao ideal de limpeza racial e bons preceitos da raça nacional, incluindo maior moralidade. Nessas condições, como afirmou Oliveira Vianna em seu livro *Evolução do Povo Brasileiro*, publicado em 1922:

Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente de raça ariana pura; mas também, cruzandose e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano de nosso sangue (1956, p. 174).

Ora, vê-se que pretendiam provocar a germinação da nova nação, um país civilizado, branco que cumpria o modelo de uma nação europeia deveria emergir. Tendo em vista a biografia de Oliveira Vianna, a psicóloga Maria Helena Souza Patto (1999) analisa que em sua obra, Vianna “[...] fez a síntese do evolucionismo e do darwinismo social e passou da crença na degradação do mestiço para a ideia de branqueamento, à procura de saída salvadora para o país” (PATTO, 1999, p. 186).

Ademais, Oliveira Vianna não só legitimou e cimentou a ideia do branqueamento, como propôs a via imigratória a solução para o “caos” racial vivenciado no Brasil, expondo esses diagnósticos tanto em seus livros quanto em textos publicados na imprensa. Deste modo, contribuiu para ajustar, no imaginário social, a figura do imigrante europeu, enquanto salvador social e racial do povo brasileiro, pois, dele, mantendo a perspectiva de Oliveira Viana, viriam não apenas novas técnicas de trabalho, mas bons modos, obediência para com seu empregador, boa cultura, e o principal: bons caracteres raciais.

A obra de Vianna era uma síntese da questão racial brasileira, sendo a imigração o tema central de sua atuação intelectual, especialmente por permitir a projeção de uma nação que branquearia com a vinda de europeus. Conforme destaca Giralda Seyferth a respeito de Oliveira Vianna: “a imigração tem um papel nesse processo de ‘arianização’, apesar da ressalva sobre o maior volume de ‘brancos melancróides’ nas correntes imigratórias (italianos, portugueses e espanhóis)” (SEYFERTH, 2002, p. 133).

À luz desses pressupostos, pensava-se também no trabalhador ideal, conforme já destacamos. Nesta discussão, abre-se um paradoxo para pensar a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e, em que medida, por ela e para ela foram pensados os corpos ideais dos imigrantes desejáveis ao Brasil. Criada, no fim do século XIX, em 16 de janeiro de 1897, e tida como instituição de utilidade pública pelo governo por Decreto Federal, mostrava-se, sobretudo, uma Sociedade organizada.

A centralidade deste debate volta-se a relacionar a imigração em massa das “boas raças”, operando uma seleção imigratória rigorosa que obedecia a linha de divisão entre desejáveis e indesejáveis¹⁷. A questão que se traduz volta-se não apenas a reelaborar uma raça brasileira aos moldes europeus, corrigindo os supostos “erros” de um Brasil escravocrata, propiciador da vasta miscigenação, igual entendiam os eugenistas adeptos ao racismo, mas promover uma imigração certa, qualitativa, ou invés de quantitativa, prevendo evitar correr riscos de emigrar raças disgenéticas.

Portanto, notoriamente, com as leis de controle da entrada de estrangeiros, estava em curso um projeto político de moldagem racial dos indivíduos que viriam a melhor ocupar e povoar este novo Brasil, agora republicano. Além de introduzir a suposta virtude racial, tão desejada pelas elites brasileiras, esses novos imigrantes trariam consigo, consoante o pensamento elitista acreditava, a qualidade de trabalho, a obediência de bons trabalhadores e a modernização de sociedade aos moldes europeus ocidentais e dos Estados Unidos.

A esse respeito, em 1925, um importante e extenso questionário, com cerca de quinhentas páginas, fora elaborado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com o título *A imigração estrangeira é útil ao Brasil?* A pesquisa fora detalhada e seus dados amplamente divulgados no *Correio Paulistano*. De acordo com o texto publicado nas páginas do periódico, o questionário da SNA aparece assim resumido:

- I – Julga v. exc. Necessária e útil a imigração estrangeira para o Brasil ? Por que ?.
- II – No caso afirmativo, acha que essa imigração deva ser meramente espontânea ou deva ser intensificada ou subvencionada pelo governo do Brasil [...] ?.
- III- Pensa que

¹⁷ Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Seminários: imigração, repressão e segurança nacional, São Paulo, n. 3, dez. 2003, p. 23-44.

essa imigração deva ser exclusiva da raça branca ? parece que esta se aclima bem em todas as regiões do paiz?, dá preferencia a alguma nacionalidade ?.IV – Qual a opinião de v. exc. acerca da imigração amarella ?.V- Si v. exc. aceita, em princípio, imigração amarella, acha que ella deva ser acolhida incondicionalmente ou opina por qualquer espécie de restrição ou de distribuição pelas zonas do Brasil ?. VI – Qual o parecer de v. exc. no tocante à imigração da raça negra ?. VII – Si v. exc. aceita, em princípio, a imigração negra, acha que ella deva ser acolhida incondicionalmente ou opina por qualquer espécie de restrição ou de distribuição pelas zonas do Brasil ?. VIII- Que bons serviços poderão os immigrantes de qualquer das alludidas raças prestar especialmente nas zonas em que v.exc. emprega sua actividade ?. IX- Que sugestões, a mais, lembra v.exc em matéria de imigração e de braços estrangeiros para a lavoura no Brasil ? [...] (Correio Paulistano, 31 de agosto de 1926, p. 2).

Os questionários seriam distribuídos especialmente entre empregadores agrícolas e urbanos e tinha como objetivo compreender quais as raças estrangeiras esses homens optariam por trabalhar em suas lavouras e/ou comércios. Dessa forma, é notório o resultado que a pesquisa alcançara, conforme publica o *Correio Paulistano*:

A imigração amarella, por seu turno, angariou 75 favoráveis, contra 70 adversos e 7 sem opinião, enquanto a negra conseguiu 30 favoráveis contra 124 adversos e 6 sem opinião. [...] quando a preferência de nacionalidade, e convem advertir que as respostas raramente se limitaram a preferir uma, exclusivamente, accusou pelo italiano 100, alemão 72, portuguez 64, hespanhol 30, polaco 15 e outros mais (Correio Paulistano, 18 de janeiro de 1926, p. 1).

Ao trazer a pesquisa e seus consequentes resultados, chega-se a uma visão subjetiva de “imigração adequada/desejada” no início da década de 1920. Como era de se esperar, a opção pelo negro é quase que por completa desacreditada, somados 124 votos contrários a esse tipo de imigração, afinal, tendo esses votos em mente, é de se apostar que, no pensamento da maioria dos avaliadores que responderam ao questionário da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o Brasil tivera passado por experiência parecida no passado escravagista e sofrera as consequências em lidar com a raça africana e miscigenada, vistas como supostamente inferiores.

A raça *amarella*, correspondente aos asiáticos, alcançara resultado altamente variável, uma vez que entre os brasileiros ainda havia dúvida sobre sua eficiência e capacidade de assimilação. Aqui pode ser incluso um adendo acerca da incerteza da *imigração amarella*, como eram descritos japoneses por exemplo. Embora fossem uma “opção exótica”, de qualidade racial “incerta”, eram considerados de raça melhor que os negros, uma vez que representavam bons valores de trabalho na agricultura, mostrando-se eficientes especialmente no trabalho da lavoura (SKIDMORE, 2012).

Importante reter acerca da realização da pesquisa pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que o historiador e sociólogo paulista Alfredo Ellis Júnior publicara, em 18 de janeiro de 1925, um texto no *Correio Paulistano*, intitulado como *Imigração Nipponica*,

no qual apresenta uma crítica contundente ao modo operacional da pesquisa, expondo a questão nos seguintes termos:

Vamos ver agora qual o mérito do censo de opiniões apurado pela Sociedade Nacional de Agricultura. Preliminarmente é preciso que se estabeleça o seguinte: - A matéria de imigração asiática, ou se qualquer outra imigração, envolve questões de anthropologia, de heredologia, de anthroposociologia, etc. Além das que são baseadas na demografia e nas de essência unicamente econômica e social, etc. Submette-a, pois, ao julgamento de 6.000 pessoas, é o mesmo que admitir a existência no Brasil de 6.000 pessoas versadas nesses assumptos, scientificos. Percebe-se que a Sociedade Nacional de Agricultura, espalhando 6 mil consultas sobre um assumpto que exige especializações notórias, preferiu a quantidade, a massa, e número de opiniões. Primando sobre a qualidade. Não temos ainda um imprescindível instituto científico, que reúna todos os ramos de estudos da biologia humana, etc., e forneça elementos para serem resolvidas as questões dessa natureza. Vemos com uma aureola de notabilidade mundial a figura de Roquette Pinto, cuja opinião, para nós, valeria mais do que 6.000 reunidas que a Sociedade Nacional de Agricultura consultou. Por que a Sociedade de Agricultura não dá a público essa opinião, que só por si vale mais do que os resultados numéricos que por ventura haja apurado? (*Correio Paulistano*, 18 de janeiro de 1926, p. 1).

O texto de Alfredo Ellis Júnior é revelador, ao apresentar forte crítica ao método de opinião operado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e faz claros elogios ao antropólogo Roquette-Pinto, visto por Ellis Júnior, como essencial para a discussão imigratória naquele contexto, ao mesmo tempo que coloca em questão a notoriedade da ampla pesquisa sem levar em conta os critérios de estudo científico. Vale lembrar que a atuação de Roquette-Pinto sobre imigração conduzia a um debate particular por não comungar do pessimismo racista até então dominante. Como diz Vanderlei de Souza (2019) “[...] Roquette-Pinto destacava o brilhantismo dos japoneses em todos os aspectos físicos e mentais, o que contrariava os cientistas que ‘maldiziam os cruzamentos raciais’ [...]” (SOUZA, 2019, p. 286).

De outro lado, é importante destacar, conforme lembra Jair de Souza Ramos (1996), que o inquérito feito pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) fora pensada por e para fazendeiros empregadores, idealizada de forma ampla por Lira Castro, fazendeiro paranaense e engenheiro agrônomo. A pesquisa, contudo, envolveu tanto as associações rurais e comerciais e os presidentes de estados, quanto a Academia de Medicina, Sociedade Brasileira de Geografia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RAMOS, 1996, p.68).

Desse modo, a pesquisa representava tanto uma visão dos empregadores, fazendeiros e políticos ligados aos interesses do mundo rural, quanto as instituições científicas e intelectuais do país. O resultado da pesquisa e os próprios debates, travados nas páginas do *Correio Paulistano*, sinalizavam para um consenso em torno de quais imigrantes seriam desejáveis, mas também permitiam ver uma certa tensão nesse processo classificatório dos imigrantes, conforme o texto de Ellis Junior apontava.

É, ainda, de particular interesse uma análise do jornal em seu papel de reprodução dos interesses do mercado do trabalho e dos projetos nacionais em discussão. Isso pode ser percebido na ligação intrínseca do jornal com a Academia de Medicina, a Sociedade Brasileira de Geografia, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), afinal muitos dos leitores e escritores do *Correio Paulistano* eram membros do PRP e proprietários de terra. Neste sentido, é fortuito propor, então, um breve exame da relação entre os membros dessas instituições com o periódico.

Evidentemente, a relação íntima entre elas possibilitaria maior conciliação no discurso desenvolvido acerca da questão racial e imigratória. Com efeito, ainda como parâmetro adotado pelo inquérito, realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), de 1925, Jair de Souza Ramos nos leva a pensar em três categorias essenciais ao pensamento que caracterizaria a aceitação ou não dos imigrantes, que foram a eugenia da raça imigrada, sua civilização e sua assimilação (RAMOS, 1994; 1996).

Nesta conjuntura, “[...] na década de 20, as duas primeiras foram predominantes, e isso por três motivos: o primeiro foi a associação entre o movimento eugenista e sanitarista; o segundo foi o predomínio das concepções lamarckistas [...]” (RAMOS, 1996, p.75). Ainda da perspectiva de raciocínio de Jair de Souza Ramos, é de imperativa relevância dizer que, para o sucesso da nação, os três fatores deveriam ser levados em conta, e mais:

O que é particularmente interessante em tais critérios, sobretudo os de eugenia e civilização, é que eles corporificam aquela concepção de raça como um cruzamento entre o físico e o cultural/histórico. Vale dizer que tomar uma posição sobre o caráter desejável ou indesejável de uma raça de imigrantes implicava avaliar sua contribuição biológica e cultural à constituição do ‘povo brasileiro’ e, também, avaliar a disponibilidade da raça imigrada a oferecer tais contribuições ao povo brasileiro, se deixando assimilar. Este jogo de critérios era particularmente útil a uma negociação simbólica onde alguns critérios poderiam ser colocados em primeiro plano em detrimento de outros (Idem, p.75).

A partir desse trecho, os três fatores /critérios (eugenia, civilização, assimilação) para a “boa” imigração, tenderiam a obedecer um duplo anseio a ser levado em conta, o reforço do corpo físico e cultural da nação. No encaixe dos critérios/fatores triplos, a ampliação de um olhar analítico é fundamental para a condução da discussão que envolve corpo físico e unidade moral, cultural e social do imigrante. O consenso previamente estabelecido pelos intelectuais era que a raça europeia agregaria maior qualidade ao Brasil, enquanto, contudo, fossem mantidos alguns cuidados no processo imigratório, em não atrair os “indesejáveis”. De modo que a questão imigratória passasse a ser pensada pelo prisma étnico e, também, pelo fator econômico e moral.

Dentre as raças europeias, buscando apostar na imigração como melhoria racial, expõe-se que a italiana, a portuguesa, e a espanhola tendiam por ser mesmo as preferidas, posto que eram raças admiradas aos olhos das elites, e quistas como as melhores para o trabalho, além de, supostamente, serem as mais assimiláveis ao Brasil, tanto por uma questão de cultura no encaixe social quanto pela origem semelhante na língua falada, as três nacionalidades possuíam/possuem línguas derivadas do latim.

É interessante notar que o discurso, presente no *Correio Paulistano*, repete a produção discursiva propagada pela intelectualidade, tanto que em texto publicado no referido periódico, em 8 de Julho de 1925, um ano antes da pesquisa que tivera sido realizada, em 1926, na coluna de *Ensaio Economicos e Socieaes*, em texto intitulado *Immigração*, o escritor Lino Garcez asseverava:

Dá optimo resultado a escolha das immigrações. Todos os povos não são dotados das mesmas qualidades, a capacidade de trabalho por elles desenvolvida, as differenças de raça e de clima são nelles profundamente sensíveis. No Brasil, e principalmente em São Paulo, as immigrações mais vantajosas tem sido a italiana e a portugueza. Muito devemos a esses dois povos. Activos, laboriosos e inteligentes, são dotados para o trabalho, e a grande facillidade de adaptação aos nossos costumes, aos nossos meios de vida, aos nossos climas que é seu traço característico faz que elles vivam tão bem entre nós como si estivessem no seu próprio paiz.[...] Dos 2.000.000 de immigrants entrados no Brasil a partir de 1827, e dos quaes 1.548.618 se estabeleceram em S. Paulo, a maioria é constituída por italianos e portuguezes, sendo regular o coeficiente de alemães, hespanhoes, turcos, russos e japonezes, e bastante diminuto relativo aos outros paizes (Correio Paulistano, 8 de julho de 1925, p. 3).

Pelo exposto, Lino Garcez remete às raças proeminentes no estado de São Paulo, e, até mesmo, no restante da região sudeste do Brasil, que foram a italiana e a portuguesa. Nesse contexto, o discurso pró imigração entra em fase ainda mais intensa, durante dos anos 1920, com os esforços conjuntos de empregadores, empresários, fazendeiros, políticos, imprensa e intelectualidade em construir e projetar uma imagem de Brasil acolhedor ao braço de trabalho europeu.

Além da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o debate imigratório também se fez presente na Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada, em 1919, por Eduardo da Fonseca Cotching (1881-1930), filho do oficial inglês William Mackel Cotching. Entre seus integrantes, a SRB contava com pecuaristas, cafeicultores, agricultores e investidores gerais. Conforme nota de uma reunião da SRB publicada, em 30 de abril de 1920, pelo *Correio Paulistano*, sob título *A sua 35.ª sessão ordinaria*, é possível compreender o papel exercido por essa instituição nas discussões sobre imigração:

O dr. Alberto Betim Paes Leme pedindo a palavra, expoz longamente a situação da lavoura paulista, declarando existir 800 milhões de pés de café sem colonos, tornando-se urgente medidas severas afim de remediar essa escassez de braços. Declarou mais,

saber existir 40 mil colonos europeus que desejam emigrar, dependendo somente de transporte a sua vinda. Propôz que a Sociedade Rural officie ao governo federal tratando do assumpto que o Lloyd brasileiro faça tocar os seus vapores em Gibraltar para transporte de emigrantes, lembrando ainda o dr. Castro Prado que os mesmos devem tocar também em outros portos europeus. O sr. Bento A. Sampaio Vidal declarou “não devemos ser pessimistas, é continuar a agir até que se obtenha vapores para o transporte de colonos”. O dr. Paes Leme acha que o governo devia estudar o braço nacional, pois, no norte o braço é abundante e barato, declarando o dr. Paulo de Moraes Barros achar que os governos desses estados arcarão embaraços à sahida de braços. O dr. Paulo de Moraes não propunha esta ou aquella corrente immigratória mas acha que o governo deveria estudar e tratar deste assumpto com carinho, devido à angustia da lavoura do Estado (Correio Paulistano, 30 de abril de 1920, p. 1).

O presente excerto traz algumas indicações das discussões travadas no início da década 1920. Conforme o cientista carioca Alberto Betim Paes Leme (1882-1938), chamava a atenção, se, de um lado, a discussão sobre a necessidade de branquear a raça era importante, não menos central era o confronto em torno da suposta falta de mão de obra para os cafezais, principalmente do Oeste Paulista. Nesta vertente, a suposição clara era de que para um projeto efetivo de desenvolvimento da raça nacional, a pauta da imigração deveria dar-se pelas necessidades e “urgências” étnicas-raciais e econômicas ao mesmo tempo¹⁸.

Em outro texto publicado pelo *Correio Paulistano*, que tratava a “dupla exigência” da imigração (raça-economia), Alberto Betim Paes Leme expunha:

Notadamente Oliveira Vianna e o pranteado Veiga Filho sempre viram na gente latina, e o ultimo especialmente no italiano o melhor typo humano adaptável ao nosso plasma ethnologico e às nossas condições de trabalho. Do portuguez e do italiano sem com tal preferencia ter a mínima ideia de desagradar outra raça-fala o dr. Carlos de Campos como dos typos raciaes que melhor comprovou a experiência aos nossos processos agrícolas e plasmarem nas nossas reservas ethnicas. O estado espirital do Brasil e de São Paulo, em particular, para essas duas pátrias ancestrais – a Itália, mãe de toda latinidade, Portugal, pae da sua antiga ex-colonia – é hoje mais do que nunca affetivo e fraterno. As condições de vida locaes – quer urbanas, quer ruraes, são asseguradas por um fastígio de civilização occidental que colloca nossa pátria entre as nações mais adeantadas do mundo e por condições de hygiene, de policia, de ensino, de liberdade política, de paz, de prosperidade como pouquíssimos paizes podem offerecer neste instante (Correio Paulistano, 25 de janeiro de 1924, p. 3).

Isto posto, o que chama a atenção, nesse texto, é que volta-se o olhar acerca da condição de exigência racial e econômica do imigrante. Neste ímpeto, contudo, pelo viés, unicamente produtivo (e contrariando a aspiração de criação de uma imigração unicamente europeia-latina), o jornalista Plínio Salgado expõe, em texto publicado no *Correio Paulistano*, em 12 de Agosto de 1927, na coluna *Chronicas Verdamarellas*, a conjuntura vivida no cotidiano de São Paulo.

¹⁸ Contudo, é válido de ressaltar que, o ventilado argumento da falta de mão de obra, em particular para as lavouras cafeeiras paulistas, consistia-se mais numa opção da elite política-oligárquica, que realmente uma problemática econômica de falta de trabalhadores, propriamente, visto que, com a abolição da escravatura em 1888, milhares de ex-escravizados e descendentes foram preteridos, inviabilizados e invisibilizados, muito em decorrência do ideal de branqueamento, fazendo-se valer a imigração dos imigrantes europeus.

Além de citar o imigrante italiano, alemão e o português, Plínio Salgado evoca que a mescla imigratória realmente ia além da raça europeia, já se espalhado não só em São Paulo, mas também por outros estados e se adaptando às condições brasileiras de existência. Em suas palavras:

O mascate syrio de bahu às costas, o italiano da lavoura de café, o portuguez do botequim, o tecnico alemão, o japonez dos arrozaes, o judeu das casas de penhor, o hespanhol, o russo, o francês, representariam, no levantamento cartthographico de suas existências, as surpresas socieaes equivalentes à incerteza potamographica do inferno verde. É que S. Paulo, adeantando-se dos outros Estados, iniciou a elaboração da raça futura, que desbordará para outras regiões do paiz, ampliando o phenomeno sobmettido a designos superiores espécie. O panorama paulista sugere um grande sonho americano (Correio Paulistano, 12 de agosto de 1927, p. 3).

Nessa fala, deve ser ressaltado, ainda, que a questão tratada referia-se à adaptabilidade e produtividade econômica dos imigrantes, o cenário trazido por Plinio Salgado ilustra o encaixe predominante de cada raça estrangeira com uma ocupação, supostamente majoritária, dentro do território paulista, quiçá brasileiro. É pertinente e necessário levar em conta o ambiente retratado por Plínio Salgado e sua especificidade ao tratar da imigração nos espaços paulistas, bem como condicionantes econômicas, intenções e desejos de escolhas raciais próprias de incrementação do estrangeiro em sua área geográfica.

CAPÍTULO 3 - INTERVENÇÕES POLÍTICAS: EUGENIA E HIGIENE COMO PROJETOS DE SALVAÇÃO NACIONAL

3.1 Problema de raça ou uma questão de higiene?

Se a sociedade brasileira encontrava-se degradada e os brasileiros manchados por vícios imorais, conforme atestavam intelectuais e médicos eugenistas e higienistas, fazia-se em conta pensar a convivência, as relações de trabalho e a condição de moradia dos mais vulneráveis às más práticas sociais de higiene, o que, concomitantemente, recaía sob a população mais pobre e negra/mestiça. Em específico, revisando o contexto histórico, são dos anos 1910 a 1930 que a questão higiênica começa a ocupar com mais inferência as páginas do jornal *Correio Paulistano*. Neste contexto, a questão racial passa a ser vista por alguns intelectuais como não mais a única responsável pelo caos moral e social, uma vez que os inúmeros problemas, no campo da higiene, passam a serem encarados como centrais para compreender o suposto atraso nacional. Manifestando esse pensamento, fazia-se por demais importante aplicar uma rígida e profunda reforma urbana, que saltava aos olhos como uma verdadeira estratégia de contenção de doenças (HOCHMAN, 1998).

Além disso, levanta-se, também, o aspecto classista e racista presente na proposta política de reestruturação urbana, ao demarcar e distribuir pelo espaço geográfico as áreas mais valorizadas, afastando do centro as populações marginalizadas, em sua maioria não brancas. Posteriormente à abolição da escravatura, espalharam-se pelo Rio de Janeiro e São Paulo as casas compartilhadas, o que se popularizou a ser chamado de cortiço, uma moradia, em espaço compartilhado, em que conviviam várias famílias. É claro que a maneira de ver e lidar com os cortiços estava imbuída de um pensamento fortemente higienista, racista e de classe (CHALHOUB, 1996).

É fato que a ação da demolição de cortiços, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, esteve associada à conjuntura de que tomava conta, a partir do fim do século XIX, mas que se fortificara, de modo consistente, nas primeiras décadas do século XX, principalmente com a gestação e implementação de preceitos higienistas e eugênicos, posto que, em relação aos cortiços e demais habitações coletivas, acabavam sendo essas as opções que comumente

restavam à população mais pobre, formada por negros, mestiços, imigrantes, sertanejos, operários etc.

Ainda ao que toca ao desejo da elite de moldar o país ao seu gosto (e imagem), em *Estado, ciência e política na Primeira República (1999)*, Maria Helena Souza Patto compreende que “[...] a campanha higienista esteve sobretudo a serviço de dois projetos da classe dominante: superar a humilhação frente ao ‘atraso’ do país em relação aos ‘países civilizados’ [...] e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo” (PATTO, 1999, p. 179).

Mediante tais questões, é possível inferir que, aliados aos dilemas reais de enfrentamento epidêmico, estavam presentes os interesses de capital financeiro e comercial. Nesse processo transformador e redefinidor da paisagem-imagem urbana, de seu contexto e espaço, “o discurso sobre as cidades que tomou corpo no fim do século imperial tinha na base o desejo de embelezamento das cidades brasileiras, a oposição à sua falta de estética, a vontade de fazê-las elegantes, artísticas e modernas [...]” (Idem, p.179).

Certo é também que, como reflete a historiadora Marisa Varanda Carpintério (1997), as demolições, na visão dos médicos sanitaristas, representariam a eliminação dos focos de contaminação e propagação das doenças fatais, resultantes da constante falta de limpeza, iluminação e salubridade, no cotidiano habitacional das classes baixas, visto que, não raros eram os casos de epidemias de varíola, cólera e febre amarela (CARPINTÉRIO, 1997, p. 57).

Neste segmento, a reforma urbana, de maior impacto e divulgação pública, no país, fora feita pelo decreto do então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1836-1913), que governou a cidade entre 1902-1906, buscando introduzi-la em padrões da *Belle Époque*. Era preciso, na visão dele, que a cidade distrital Rio de Janeiro, e sendo mais ousado, o próprio país, viesse a incorporar não somente aparências urbanas físicas, mas instituir por entre o povo os hábitos de boas maneiras, educação e civilidade à moda europeia urbana parisiense¹⁹.

Como ocorreu no Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo eram vivenciados os “novos tempos” de saneamento, reforma e embelezamento do centro cosmopolita. De acordo com Maria Helena Souza Patto (1999), embora, na capital paulista, a reforma urbana tivesse ocorrido “em menor escala, rasgaram-se avenidas e alamedas, construíram-se fontes públicas, expandiram-se as redes de água e esgotos, de iluminação pública e de transportes coletivos e criaram-se novos bairros” (PATTO, 1999, p. 178).

Os problemas estruturais dos grandes centros urbanos brasileiros eram bem delineados pelo *Correio Paulistano*, que, ao evocar a questão da péssima higiene das habitações,

¹⁹A política administrativa de reforma urbana comandada por Pereira Passos ganhara a expressão popular de “bota abaixo”, que prometia impor uma face moderna de cidade, que por seu turno, serviu de marco e modelo urbano para outras cidades do Brasil.

especialmente as coletivas, em 14 de Novembro de 1910, no artigo denominado *Casas Operarias*, o político baiano João Galeão Carvalho (1859-1925), então relator da Câmara Federal, afirmava:

Desde outubro de 1905, pende do poder legislativo a decisão deste assumpto. É urgente a sancção da lei, para que possa se iniciar entre nós a edificação de casas populares, especialmente de prédios higienicos para os operários. Compete ao Brasil fazer com decisão aquillo que as nações cultas estão fazendo com o maior interesse, de modo a remediar nesta parte os males sociaes. [...] Apesar das leis em cogitarem dos meios de serem melhoradas as condições materiaes das classes operarias, não conseguiram os poderes públicos evitar que a cidade do Rio de Janeiro e outros centros importantes de população ficassem crivados de cortiços, moradas lúgubres e mortíferas, que tanto concorreram para prejudicar a vida do povo (Correio Paulistano, 14 de novembro de 1910, p. 4).

Seguindo a linha central da lei do projeto do deputado Galeão Carvalho, era de máxima urgência social e higiênica apostar na construção de habitações baratas para as classes populares, tidas pelo poder público como as mais propensas e vulneráveis, devido às moradias compartilhadas ou/e periféricas e falta de cuidados com a higiene, ou mesmo por falta de instrução de saber lidar com o próprio corpo.

Não obstante, o quadro que se instala é que, a partir de 1910, médicos, higienistas, educadores e autoridades públicas já começavam a associar a degradação do povo mais às condições de habitação e moradia do que propriamente como, ou só apenas, uma questão de raça. À medida que cria-se essa intersecção entre higiene, educação sanitária, raça e saúde, adentra-se em um outro campo de análise, um tanto quanto expandido, que passa a deter atenção, mais ampla, na condição de vida dos brasileiros.

Os intelectuais começam a ventilar a explicação de que a deterioração da população brasileira estaria ligada mais a uma questão de falta de moraria adequada, instrução higiênica, saneamento, abandono público e menos ligada à origem e inferioridade de raça, embora podesse inferir que houve certa mescla, fazendo com que o aspecto racial estivesse presente nas propostas de reforma urbana e de aplicação de ações sanitárias, no cenário que se deu, tanto em nível urbano como também rural, dos centros das capitais até os mais longevos sertões.

O historiador José Murilo de Carvalho (1998) explica que, mediante esse novo projeto de civilização social, desde a década de 1870, reuniam-se missões civilizatórias, com vista especial ao interior do Brasil. É neste sentido e caminhar de pensamento que, na obra *Os Sertões*²⁰, “o republicano Euclides da Cunha descobria e revelava a maneira dramática ao país uma vasta parte da população nacional, marginalizada no interior do país, e hostil à República e aos valores seculares que a acompanhavam”(CARVALHO, 1998, p. 102).

²⁰ CUNHA, Euclides. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro- São Paulo: Laemmert & C. 1905.

Pelas páginas do *Correio Paulistano*, eram comuns as controvérsias que envolviam as interpretações sobre os sertões e as perspectivas de vida das gentes sertanejas, quase sempre ligadas a representações dramáticas, expostas por Euclides da Cunha. Em 26 de outubro de 1921, o jurista e cronista cearense Gustavo Barroso (1888-1959), que utilizava o pseudônimo de *João do Norte*, publicara o texto *Mysticismo Sertanejo*, apontando atraso social em viviam os habitantes dos sertões, abandonados pelas autoridades públicas:

Durante décadas e décadas, os nossos governos, monarchicos ou republicanos, deixaram em completo abandono o sertão. Ao nosso vasto hinterland, especialmente na grande região que se convencionou chamar de nordeste, e que vai do norte da Bahia ao sul do Maranhão, faltam sobretudo caminhos de ferro e escolas. Isto não quer dizer que não faltem outras coisas. Faltam também, porém, as duas que citamos são as que mais influência exercem sobre a alma das populações. E, na carência quasi completa de meios de comunicação e transporte, de educação e de direcção social para um fim elevado, as gentes sertanejas ainda hoje se apresentam no mappa demographico da nossa nacionalidade como um grande elemento de atraso, pois a sua mentalidade não evoluiu e está hoje, como era na época das primeiras bandeiras audazes, das primeiras mestiçagens dos colonizadores com os índios, retardada de quasi tres seculos (*Correio Paulistano*, 21 de outubro de 1921, p. 3).

A partir desse excerto, fica claro que os sertões brasileiros representavam aos intelectuais um abandono político histórico, em que os sertanejos, esquecidos pelo poder público, permaneciam recolhidos em suas miserabilidades, em vista da quase que completa inexistente instrução educacional. O habitante, assim como a categoria de sertão e o espaço geográfico, eram incógnitas em si mesmos, com próprio ritmo de vida, costume e prática.

Para tanto, indispensável para pensar o sertão é o texto da historiadora Janaína Amado, intitulado *Região, Sertão, Nação (1995)*, em que apresenta as formas de sua existência, destacando que “sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia” (AMADO, 1995, p. 147). O sertão é pensado/imaginado pelas elites e intelectuais da virada do século XIX para o XX, a partir das discussões eugênicas e higiênicas que começava a ser introduzida no campo científico, intelectual e médico do período.

Contudo, é preciso lembrar que o sertão não estava tão longe das grandes cidades, conforme expunha o médico baiano Afrânio Peixoto (1876 – 1947), que destacava que os problemas de falta de higiene e o abandono não estavam apenas localizados nos “confins do Brasil”, mas também “aqui no Distrito Federal, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca [...] Porque, não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida [Rio Branco]”²¹ (PEIXOTO, 1922, p.29).

²¹ Ver discurso na íntegra em: Peixoto A 1922. Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918, pp. 29-37. In P Leão et al. (eds.), Afrânio versus Afrânio. Tipografia "Jeronimo Silva", Niterói.

Em linhas gerais, a frase pronunciada por Peixoto marca uma força simbólica de expor, por exemplo, as periferias das cidades grandes, que viviam em condição similar ao sertão. Para tanto, o início do século XX é o período de grandes criações literárias que vão abraçar o sertão. Parece claro que o momento cisão intelectual-artística criado permitia aos intelectuais pensar os problemas nacionais com e pela ótica literária. Sobre o contexto, Nísia Lima e Gilberto Hochman dizem: “a obra *Os Sertões* é vista como um marco crucial de referência [...] da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono responsabilizando as elites intelectuais e políticas” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.28).

Aqui, abre-se um parêntese ao tratar das missões, como bem posto no parágrafo acima. Se, desde 1870, avançavam sobre o território nacional missões com vistas a civilizar e registrar a existência das populações mais distantes das cidades urbanas, missões médico-científicas vão surgir e se espalhar, no início do século XX, marcadas pelo desejo republicano de ocupação do território e modernização do país. Aos sertões são lançados olhares curiosos e atentos, seja de viajantes estrangeiros ou nacionais, de intelectuais, médicos e higienistas, seja de militares e autoridades públicas em geral (LIMA e HOCHMAN, 1996).

Concomitantemente, a partir desses olhares, são produzidas estratégias e missões civilizatórias científicas, principalmente as expedições promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), fundado no Rio de Janeiro, em 1900, e Instituto Butantan, criado em São Paulo, em 1901. Mais adiante, “[...] é na década de 1910 que os problemas de saúde pública passam a ocupar um lugar central na agenda política do país” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.28). Neste contexto, nomes como Oswaldo Cruz²², Marechal Rondon²³ e Roquette-Pinto²⁴, entre outros, foram figuras marcantes que ficaram registradas,

²² Oswaldo Gonçalves Cruz (1872 —1917), cientista, médico e sanitarista paulista. Em 1892 forma-se médico, e desde logo interessa-se pela área das doenças contagiosas, infecciosas e epidemias, o que de certa forma, vai moldar incisivamente sua atuação como médico e pesquisador. Em 1897 Oswaldo Cruz parte com a mulher e os dois filhos rumo à França para estudar no Instituto Pasteur, onde se especializaria em microbiologia e soroterapia. Retorna ao Brasil em 1900, em 1903 recebe o convite para dirigir o serviço sanitário federal, tendo como missão promover o saneamento no Rio de Janeiro, em 1904 conseguiu aprovação para a reforma dos serviços sanitários. A partir de 1905 começou a expandir a área de ação, e partiu a vistoriar os portos e dali partiu rumo aos sertões do Brasil buscando realizar um mapeamento sanitário das condições que se encontravam os brasileiros (LIMA, 1998).

²³ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 –1958), conhecido como Marechal Rondon, nascido no Mato Grosso, com formação militar, entre 1913 e 1914 encontrou-se em andamento a expedição Rondon – Rossevelt, missão que o ex Presidente dos Estados Unidos participa de uma expedição pela Floresta Amazônica por dois meses ao lado de Rondon. Durante a expedição, realizou-se um extenso mapeamento natural e geográfico que cercavam a bacia do Xingu, com amostras de solo e fauna, estabeleceu ainda contato com índios bororos, terenas, quiniquenauas, cadiueus e os oiafés (LIMA, 1998).

²⁴ Edgard Roquette-Pinto (1884 —1954) médico, professor, antropólogo e etnólogo carioca. Em 1912, em companhia de Marechal Cândido Rondon, ingressou em uma missão para o interior do Brasil, mais especificadamente, à Serra do Norte, território compreendendo apartes do Mato Grosso, Goiás, Acre e Guaporé (atual Rondônia) a fim de coletar e analisar as populações mais isoladas, bem como seus modos de vida (SOUZA, 2017).

entre as décadas de 1910 e 1920, como grandes lideranças do campo médico e intelectual. Nessa esteira, o historiador Carlos Fidelis da Ponte (2010), pensando a experiência dos médicos e autoridades políticas e militares expedicionárias, com vistas a civilizar e sanear o país, expõe que:

Os sanitaristas trouxeram de suas expedições uma visão de nossos sertões diversa da que prevalecera até então, romântica e ufanista. O retrato do Brasil era pintado com pinceladas fortes e mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte (PONTE, 2010, p. 76).

Essas viagens tiveram um forte impacto sobre a geração de médicos e sanitaristas brasileiros da Primeira República, sobretudo pela crença de que os grandes problemas nacionais estariam relacionados ao abandono, a falta de higiene e ao grande número de doenças que assolavam a população brasileira. Um exemplo emblemático da força com que o discurso sanitarista mobilizou os intelectuais pode ser percebido na obra do escritor Monteiro Lobato.

Se, até o início dos anos 1910, o autor era um adepto do racismo científico e via, no sertanejo, uma “praga nacional”, um ser degenerado, a partir do seu diálogo com o chamado movimento sanitarista, seu Jeca Tatu passa a ser visto como uma vítima da falta de higiene e instrução. Conforme aparecia em sua obra clássica *Problema Vital*²⁵, de 1918, o Jeca não mais é descrito como um sertanejo racialmente inferior, mas um brasileiro largado à sua própria sorte, cujas condições precárias de saúde, moradia e instrução seriam os principais responsáveis pelo seu atraso.

“A regeneração ou ressurreição do Jeca Tatu inscreve-se numa nova perspectiva do autor de *Urupês* para o problema da integração do homem do interior” (LIMA e HOCHMAN, 2004, p.511). Compreensão semelhante pode ser encontrada em José Murilo de Carvalho, que chama a atenção para a centralidade do discurso higienistas, na trajetória de Lobato, destacando que o literato “abandonou o racismo e passou a ver também nas condições de saúde a principal causa da miséria e da apatia desta vasta parcela da população” (CARVALHO, 1998, p. 103).

Nas páginas do *Correio Paulistano*, a conversão de Lobato ao sanitarismo também foi motivo de discussões pelos intelectuais contemporâneos ao autor da obra *Urupês*²⁶. Em junho de 1920, em artigo intitulado *Caboclisto*, o poeta e jornalista Ribeiro Couto (1898-1963) lembrava que as palavras de Lobato eram sábias e deveriam ser ouvidas em todo o território nacional, destacando que Monteiro Lobato era “homem necessário”, um “elemento de equilíbrio” no modo de pensar os problemas brasileiros²⁷. De forma semelhante, o advogado, professor, político e escritor Cândido Motta Filho, ou, simplesmente Motta Filho, como

²⁵ LOBATO, Monteiro. *Mr. Lang e o Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1948.

²⁶ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

²⁷ *Correio Paulistano*, 7 de Junho de 1920, p. 1.

assinava em seus artigos, expõe em texto publicado na coluna chamada *A Semana Literaria*, em 1924, no *Correio Paulistano*, a síntese do pensamento nacional literário do período:

Lobato, como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Machado de Assis, reflecte nas obras a grande tragedia do nosso espírito, as loucuras dos nosso sonhos pueris, os vãos temores da natureza barbara, a revolta desmedida e resignação fetichista que esculpem e talham o caracter da raça nova (*Correio Paulistano*, 25 de maio de 1924, p. 1).

É diante desse contexto científico, e intelectual-literário, que as discussões sobre higiene e saúde pública emergem como um grande problema nacional, colocando, ao menos para essa geração de intelectuais, ligados ao movimento sanitarista, o debate quanto raça, num segundo plano. Neste sentido, esses autores descentram a discussão em torno do “problema raça” para o problema da higiene e da saúde pública. É nesse movimento que o raciocínio das historiadoras Nísia Trindade Lima e Tamara Rangel Vieira, em artigo intitulado *Pensar os sertões (2011)*, analisam o papel que as discussões sobre o sertão desempenham nas elites intelectuais da Primeira República. De acordo com as autoras:

A necessidade de incorporar e ‘civilizar’ os sertões do país permaneceu como questão para a intelectualidade e a elite política brasileira durante a República, o que fica demonstrado pelas expedições realizadas ao interior neste período. Estas expedições visavam implantar o aparato estatal nas regiões que ainda não haviam sido alcançadas pelos braços do governo, fosse delimitando fronteiras, instalando meios integrados de comunicação ou realizando pesquisas científicas. Inserem-se neste projeto, por exemplo, as viagens de Rondon (1915) e as expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (2011, p.1).

Diante deste quadro, ao abordarem o projeto civilizatório que recaía acerca dos sertões brasileiros, Lima e Vieira (2011) advogam que, durante a República, fazia-se em ação um projeto de vistoria, relato e investigação dos males presentes no país. Ao mesmo tempo, sentiam a necessidade em expandir o campo de atuação médico-científica para além das metrópoles urbanas, uma vez que, como nos lembrava o médico Miguel Pereira (1871-1918), o Brasil era "um imenso hospital" (LIMA e HOCHAMAN, 1998).

A fala do médico paulista Miguel Pereira, em 1916, abria espaço até então pouco explorado no pensamento nacional para expor a oportunidade do país ser “curado” pela medicina e ciência. De acordo com Lima e Hochman, as palavras de Miguel Pereira podem ser vistas como “[...] um marco de origem da campanha de saneamento rural e sua contextualização contribui para a melhor compreensão desse movimento”, uma vez que “Miguel Pereira expressava um debate mais amplo concernente à imagem da nação e de seu povo” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.24).

Na esteira do discurso, proferido pelo médico Miguel Pereira, ao localizar e também comungar dessa existência do Brasil doente, o poeta sergipano Hermes Fontes (1888-1930) foi

além, e, em artigo *Hospital, cemitério, paraíso*, publicado no *Correio Paulistano*, em 16 de Março de 1918, complementara:

O Brasil é, pois, um hospital. Qualquer desses dias, virão complementar a lista: Belo Horizonte é um sanatório, S. Paulo é um necrotério, Porto Alegre é um manicômio. É horrível, horribilíssimo. Não está, entretanto, na pauta das coisas impossíveis. Não sou, aliás, dos mais incrédulos. Aceito as coisas, conforme as apresentam e, em matéria de prescrição hygienica, sou de uma obediência digna de mil bençams (Correio Paulistano, 16 de março de 1918, p. 1).

Tamanha visão pessimista do descabro cotidiano brasileiro é tomado pelas palavras de Hermes Fontes, em decorrência de que não só o sertão estava em “perdição”, mas as próprias capitais urbanas encontravam-se em ruínas sociais, sentenciando a “degeneração” e atraso do povo, resultado mais do descaso público com o sujeito mais pobre do que propriamente com os efeitos de raça. Conforme Lima e Hochman (1996) pontuam, entre os intelectuais ligados ao movimento sanitarista, passou a haver a compreensão de que “o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.23).

A par disso, é perceptível o desejo do jornalista Menotti Del Picchia em também desfocar da questão racial como problema principal, de deixar de ver o caboclo como problemático e envolver sua condição de vida, sua miséria social e moral e falta de instrução. Essa compreensão fica explícita em texto de 15 de Abril de 1918, no *Correio Paulistano*, em que publicou nota intitulada *Caboclo*, nos seguintes dizeres:

Deixemos o caboclo em paz. Curemonol-o si está doente, eduquemol-o si é analfabeto. Depois, por si, o instinto conservador da espécie obedecendo á lei fatal da seleção auxiliado pela infiltração das camadas immigratorias, há de dar-lhe uma expressão physiologica cheio de vigor e beleza, milagre que só faz o tempo (Correio Paulistano, 15 de abril de 1918, p. 1).

Nesse fluxo, segundo enfatiza Picchia (1918), a constatação que se desenhava era de que as doenças e as más condições de moradia dos brasileiros eram as principais obstruções ao desenvolvimento da nacionalidade, da identidade brasileira e do próprio país, e não mais (ou não somente), uma causa exclusiva inerente de raças inferiores. Contudo, reitera que a imigração poderia vir a ajudar no processo de melhoria de condição social do sujeito.

De forma similar, assim como Menotti Del Picchia (1918) tratou de trabalhar a “regeneração” do caboclo, o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato se transforma e torna-se um fazendeiro competitivo. Isso posto, como tratam e dialogam Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, “ao fim da história um ensinamento moral: Jeca Tatu transformara-se não

apenas num homem rico, mas num incansável educador sanitário que transmitia a seus empregados todos os conhecimentos que aprendera” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.32).

Com a constatação do Brasil doente, ou adoecido, e os corpos entregues à própria sorte, todos os habitantes do território nacional encontrar-se-iam sujeitos às enfermidades, mas em especial, diga-se, estariam mais propensos a adoecer os que estivessem abandonados pelo estado, tais como os indígenas, grande parte dos negros (entre eles: ex-escravizados e seus descendentes), sertanejos, estrangeiros pobres e trabalhadores das áreas urbanas, como operários, em geral.

As resoluções residem, em grande medida, da ótica de dois médicos os quais irão agir de forma incisiva, nesse contexto, o mineiro Belisário Penna (1868-1939)²⁸ e o baiano Artur Neiva (1880-1943)²⁹, sendo eles, também, expoentes das missões científicas-civilizatórias, nas expedição que realizaram, em 1912, pelo interior do Brasil. A viagem resultaria, inclusive, na publicação da obra *Viagem Científica (1912)*³⁰, obra esta que, junto de *Os Sertões (1902)*³¹, de Euclides da Cunha, serviria de base de pensamento à *intelligentsia nacional*.

Do relatório de Penna e Neiva, emerge uma forte denúncia a respeito do abandono em que vivia a população sertaneja, largada à sua própria sorte e refém de inúmeras doenças que degeneravam suas forças físicas para o labor e sua capacidade intelectual (LIMA & HOCHMAN, 1996). É por esse motivo, conforme apontam Nísia Lima e Gilberto Hochman (1996), que o “movimento pelo saneamento do Brasil [...] concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na reivindicação da remoção dos principais obstáculos à redenção do povo brasileiro: as endemias rurais” (Idem, p.23).

O jornal *Correio Paulistano*, sob a influência do movimento sanitário, continuava a tratar da problemática da higiene, da insalubridade, do crescimento urbano e do abandono, tanto dos operários da cidade como dos povoados sertanejos mais afastados do Brasil. A dinâmica encaminhada pela imprensa reforçava a necessidade de uma rede sanitária preocupada com a

²⁸ Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939), popularmente conhecido como Belisário Penna, nascido em Barbacena, estado de Minas Gerais. Iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vindo a terminar, contudo, na Faculdade de Medicina da Bahia. Fora um dos grandes expoentes do Movimento Sanitarista vigente ao longo da primeira república, em que buscou mudar a condição que o Brasil e seu povo se encontravam, em sua visão, um país de pobres, degenerados, doentes e analfabetos.

²⁹ Artur Neiva (1880-1943) baiano, nascido na cidade de Salvador, fez caminho inverso de Belisário Penna ao iniciar seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia e concluiu-os no Rio de Janeiro. Arthur Neiva foi um dos médicos mais atuantes das primeiras décadas da primeira república, elaborando crônicas literárias e produzindo viagens científicas pelo Brasil e posteriormente relatórios expedicionários das mesmas.

³⁰ Ver: NEIVA, Artur e Penna Belisário. *Viagem científica*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999 (1916).

³¹ Ver: CUNHA, Euclides. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro- São Paulo: Laemmert & C. 1905.

higiene e instrução pública, aliada aos mecanismos eugênicos de controle imigratório, que estava inclusa uma preocupação racial, além de vícios, como alcoolismo.

E, aos poucos, no decorrer dos anos 1910 e 1920, eram criadas redes e institutos médicos que visavam justamente uma maior aplicação dos ideais sanitários. Uma leitura mais atenta desse período permite compreender o crescimento de temas recorrentes como o cuidado público com a saúde da população, com a urbanização e com a limpeza das cidades passam ser suscitados e promovidos pelo jornal e pela imprensa paulistana, no geral, pela atuação assídua da intelectualidade em comprometer-se a pensar o Brasil e seus sintomas.

Retomando a discussão do cenário paulista, o jornal *Correio Paulistano*, ao publicar, em 15 de Janeiro de 1918, texto editorial celebrando a fundação da *Sociedade Eugênica de São Paulo*, destaca que “a brilhante classe medica paulista deu hontem mais uma prova de sua orientação progressista e do constante empenho em favor do bem estar social, com a fundação da Sociedade Eugênica de S. Paulo [...]” (*Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1918, p.3). Pela citação, é crível de se compreender que o jornal considerou-a um marco positivo de uma nova era na vida científica da capital, enaltecendo a iniciativa como fruto da boa vontade e orientação filantrópica de um grupo de médicos.

Ao trazer luz para a iniciativa da classe médica paulista, importante elemento que surge para pensar a conjuntura da discussão, acerca desse contexto, são os debates sobre a nação, institucionalmente e de forma pública, pensados pela medicina.

Entre os intelectuais, presentes no quadro diretório da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), encontrava-se, na presidência, o médico paulista Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), tendo Renato Kehl por secretário geral da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP). Formavam a Comissão Consultiva da Sociedade figuras como Arthur Neiva, Franco da Rocha, Rubião Meira, Belisário Penna, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Olegário de Moura e Sales Gomes Júnior, entre outras lideranças do campo médico e intelectual brasileiro (SOUZA, 2019). No mesmo artigo do *Correio Paulistano* (15/1/1918), inclusive, era replicada a fala de Renato Kehl referente à Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), nos seguintes dizeres:

Nesta sociedade serão discutidas as questões relativas à influencia do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões físicas, intellectuales e Moraes, sempre tirando dessas discussões ideias destinadas a bem da nossa raça. Sendo a eugenia uma sciencia intimamente aconchegada à biologia, da qual faz parte, de outras sciencias das quaes lhe derivam grandes ensinamentos, todas terão de ser consideradas na sociedade. Um dos fins, de resultados práticos mais palpáveis desta agremiação e ao qual dou a maior importância, é o de divulgar entre o público conhecimentos eugênicos e hygienicos, que o tirem da ignorancia no que se refere aos vícios sociaes e às doenças infecciosas. Por meio de conferencias publicas e nas escolas, sempre procurando mostrar o que é o alcoolismo, a syphillis, a tuberculose, ensinar como escapar às suas garras (*Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1918, p. 3).

Nos intrincados argumentos, Renato Kehl faz questão de trazer à baila os argumentos fundantes que legitimam a ação e a instauração de uma sociedade eugênica, conferindo, logo na inauguração, o desejo de divulgação dos preceitos da nova ciência da hereditariedade humana. Kehl almejava criar um movimento que pudesse pensar em mudanças da realidade brasileira além dos patamares médicos. Preocupações essas que, como salienta a historiadora Nancy Stepan (2005), procuravam colocar o Brasil a par dos estudos feitos na Europa, no que consistia às questões da hereditariedade, evolução, influência do meio ambiente, condição econômica de vida e hábitos de raça.

A Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), contudo, enquanto entidade científica, encerraria suas atividades, em 1919, muito em questão da partida de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, capital federal. Esse momento, contudo, marca uma nova tendência no Brasil, a instauração das Ligas sanitaristas e de higiene, faces mais claras de atuação médico-eugênica. Indubitavelmente, pois, a suposta má reprodução das raças, passa a se encaixar e ser categorizada enquanto problema de saúde, e é olhada com mais afinco e atenção por médicos e eugenistas.

Para o historiador Vanderlei de Souza, “[...] os eugenistas promoveram durante os anos 1920 uma ampla associação entre eugenia, saneamento, medicina social, a puericultura e a psiquiatria” (SOUZA, 2019, p. 107). De forma particular, nesse contexto histórico-temporal, todas essas questões relacionadas com a educação sanitária e a preocupação higiênica seriam melhor trabalhadas, nos jornais brasileiros, pelos intelectuais e médicos sanitaristas, voltando suas atenções aos espaços públicos, dialogando sobre/com essas proposições.

A questão da pertinência de um desenvolvimento com o cuidado higiênico e da própria evidência e significação da higiene fica explícita, no texto *Hygiene, claridade dos povos*, publicado, em 13 de novembro de 1926, pela escritora *Chrysanthème* (1870-1948), pseudônimo de Maria Cecília Bandeira de Melo Vasconcelos, que destaca:

A hygiene será sempre a base da existência humana a preservadora das moléstias terríveis, a domadora das epidemias e a purificadora dos corpos, ao mesmo tempo que das almas. A acção da hygiene entende-se num largo espaço envolvendo não só aquelles que a praticam como, igualmente, toda a collectividade que os cerca. O melhoramento de condições, também de certas e determinadas zonas, onde as doenças e os óbitos se succediam com uma regularidade sinistra, graças aos cuidados hygienicos da saúde pública prova-nos que o saber e a mão dos homens podem e devem corrigir o que a natureza lhes serviu de nefasto e de perigoso (Correio Paulistano, 13 de novembro de 1926, p. 3).

O jornal *Correio Paulistano*, como é possível perceber, comprava a ideia de investir na instrução e educação sanitária. Na realidade, era preciso ir além de sanear e higienizar, era preciso educar e instruir. Papel que também era tomado pelo periódico paulista e seus intelectuais mais assíduos. Uma extensa campanha de instrução e educação sanitária é

apresentada pelas linhas do jornal que, cotidianamente, com o auxílio dos intelectuais de campos e atuação distintas, voltar-se-ia às práticas dos sujeitos, um verdadeiro manual de vida, de como viver higiênica e sanitariamente, que poderia/deveria refletir na condição moral do sujeito.

Em pauta, vivia-se um momento de tamanha convulsão de pensamento higiênico e de reestrutura das ações públicas, no trato com a questão da saúde e vida humana. Em 14 de novembro de 1926, um dia após a publicação do texto de Maria Cecília Bandeira de Melo Vasconcelos, citado anteriormente, o jornalista Menotti Del Picchia publica o artigo *Aurora Racial*, enaltecendo a consciência brasileira em lidar com os problemas públicos e no pensar o país do futuro, visando obter uma nação forte:

Congressos científicos procuram o aperfeiçoamento dos nossos processos de defesa sanitária; férias comerciais estimulam a produção; obras de vulto incrementam o desenvolvimento das nossas zonas agrárias e pastoris; problemas urbanos encontram sua solução em sábias medidas administrativas (Correio Paulistano, 14 de novembro de 1926, p. 3).

Fazendo menção, acerca do 15 de Novembro, data da Proclamação da República, Menotti Del Picchia expõe, num panorama reflexivo, o avanço da tomada de consciência científica por parte dos órgãos públicos, que passam a conceber e praticar um melhoramento da sociedade, o que voltava-se à expansão e desenvolvimento de grandes projetos de propaganda, reuniões acadêmicas e eventos médico-científicos.

Com o desenvolvimento de eventos científicos, novos focos de atenção foram tomados, habitações residenciais, presídios, escolas e hospitais também passam a ser foco de inferência médica sanitária e, por consequência, trabalhadas nas páginas do *Correio Paulistano*. Evidenciava-se aí um momento ímpar do pensamento nacional no qual a imprensa oferecia um manual com instruções sobre o viver pela higiene, não só em espaços públicos, mas também aos privados.

Não é à toa que o enlace matrimonial e o viver entre marido-mulher passou a deter frequentes atenções e análises dos intelectuais e médicos. Se antes, na visão da teoria racial, o problema voltava-se ao “perigo” da miscigenação, agora, especialmente, na década de 1920, na visão *higiênica*, era preciso reunir esforços e pensar a união de vida íntima e privada do casal. Assim, como proposta da chamada “eugenia preventiva”, buscando “evitar a degradação da raça”, surge o interesse dos intelectuais pela aplicação do exame médico pré-nupcial.

Caminhando nessa via teórica de discussão, Vanderlei Sebastião de Souza (2019) explica que “[...] os eugenistas acreditavam que o exame matrimonial deveria constar como

obrigatório[...]. Dentre os motivos para o impedimento matrimonial constavam doenças como a tuberculose, doenças venéreas, principalmente a sífilis [...]" (SOUZA, 2019, p. 91-92).

Além disso, é tácito que há, portanto, nesse movimento eugenista, uma ideia de moralização das práticas e ações, pois, segundo, o raciocínio estruturado da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz: “os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a ‘degeneração’. Condenam-se casos de ‘perversão sexual’, assim como disciplinam-se as práticas sexuais” (SCHWARCZ, 1993, p. 297).

Ainda, de acordo com Lilia Schwarcz (1993), é inegável a face moralizante que recai sob os discursos eugênicos, e merece ser abordado com mais cuidado e atenção, por se tratar um instrumento de discurso eugênico aplicável à coletividade social, nos ambientes públicos e privados. A moral dos atos diários, dos costumes e dos hábitos infundia, assim, na preservação e conservação do corpo e na preocupação com a “boa geração”.

A mesma preocupação fazia-se, também, na Câmara dos deputados, em discurso proferido pelo deputado federal fluminense Oscar Penna Fontenelle, em 1928, ao tratar da luta antivenérea em idade escolar, vícios e demais moléstias. Conforme reportado pelo jornal *Correio Paulistano*: “No que concerne às doenças sociaes, eduque-se o povo, formando-lhe aquella consciência, bem como aos moços, preparando-os para uma vida sã, tida como dever indeclinável para a humanidade, a pátria e a progenitura [...]" (Correio Paulistano, 22 de setembro 1928, p. 8).

Oscar Fontenelle, que fora colaborador do sanitarista Belisário Penna (1868-1939), no Serviço de Saneamento Rural do estado do Rio de Janeiro, encabeçara um projeto que consistia em aplicar punições mais severas aos contaminadores da raça. Prevendo a extinção da sífilis, assim, como resumia o jornal, em mesmo texto citado acima, o projeto de lei de Fontenelle consistiria em “actuar como lei de índole sobre a formação do costume, creando aqui a concepção de que o contagio de uma moléstia é acto delictuoso [...]" (Correio Paulistano, 22 de setembro de 1928, p. 8).

O ápice da preocupação intelectual daquele momento resultou no Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929, evento emblemático que reuniria uma centena de médicos e intelectuais de diferentes matizes. Sobre o congresso, o jornalista Hélio Silva (1904-1955) escreve um artigo especial ao *Correio Paulistano*, publicado na coluna *Legislação e Eugenia*, no qual expõe os avanços da eugenia, entre eles, o exame pré-nupcial, evocando a questão nos seguintes termos:

Foi Amaury de Medeiros, médico e higienista consagrado por uma actuação surprehendente na saude publica de Pernambuco, quem primeiro chamou a attenção

do Legislativo brasileiro, iniciando a sua campanha com o projecto de exame pré-nupcial [...]. Esta iniciativa, com a de Amaury de Medeiros, representam a contribuição valiosa do Parlamento brasileiro à cruzada da eugenia. O exame pré-nupcial, incompleto embora, pela voluntariedade, teve o valor de inaugurar uma nova era, favorável às conquistas eugênicas. Uma campanha em pról da eugenia extinguirá cancos como o da prostituição (Correio Paulistano, 23 de março de 1929, p. 4).

O raciocínio é acompanhado pela apresentação do projeto do médico pernambucano Amaury de Medeiros (1893-1928), que propôs um projeto de obrigatoriedade do exame pré-nupcial, cuja finalidade consistia em prevenir os matrimônios para os portadores de doenças hereditárias, como a sífilis, vista, naquele momento, como doença que seria transmitida de geração a geração, causando a degeneração da raça. Outro ponto a se assinalar, no estágio em que se avançavam essas mudanças, é o exposto pela pedagoga Marta Maria Chagas de Carvalho, em sua obra *Molde nacional e forma cívica* (1998):

[...] tiveram intensa circulação no Brasil nas décadas de 20 e 30. Prometendo ‘transformar o processo de seleção natural, que funcionava às ocultas do homem, em instrumento racional conscientemente empregado’, a eugenia sustentava projetos de erradicação do que era entendido como causa da degradação biológica e espiritual. Adicionava à hereditariedade fatores psicossociais, abrindo-se para o esquadramento e controle de uma gama variada de agentes do que era entendido como degeneração da espécie e abastardamento da raça (CARVALHO, 1998, p. 314).

As causas, razões e ações da degeneração do corpo eram amplas, variadas, cabendo estudos médicos extensos capazes de se debruçar sob as causas motoras, psicossociais, físicas e morais do sujeito. É forçoso o intento analítico em compreender a projeção estatal eugênica voltada aos olhares familiares, seja na constituição entre marido-mulher, da própria existência e conjuntura do núcleo familiar. Em maio de 1929, um texto ilustra adequadamente essa questão ao trazer, em pauta, no *Correio Paulistano* uma coluna de educação familiar, escrita pelo político, advogado, militar e jornalista Luiz Silveira (1877-1959). O trecho, intitulado *A ação das ligas de famílias*, discutia a atuação das Ligas de Educação Familiar:

Sem uma perfeita educação da criança, não poderemos alcançar resultados efficientes no aperfeiçoamento moral do homem. Não deixa, de tal sorte, de ser um dever religioso, e sinceramente patriótico, a divulgação dos methodos de educação familiar. É no lar, no santuário da família que o homem se prepara para religião, para a escola, para a sociedade e para a pátria. Em diversos paizes da Europa já é ministrado aos paes o ensino dos mais efficazes methodos, para o fiel compartilhamento da missão educadora. Os poderes civis tem ou devem ter, os mesmos cuidados pelas famílias, das quaes são apenas a emanação; “as famílias fortes fazem as nações fortes”. O ensino da hygiene infantil começa a progredir, mesmo entre nós. Não são poucos os paizes que tem tomado medidas de equidade em favor das famílias, afim de que possam velar pelo desenvolvimento physico e moral das crianças. Em resumo, todos têm interesse em instruir os paes presentes e os das gerações futuras, ensinando-lhes os melhores methodos de educação, sem cuja pratica impossível será a felicidade nacional (Correio Paulistano, 7 de maio de 1926, p. 3).

Por uma análise conjuntural do contexto entendido, compor uma família passaria pelo crivo eugênico, em todas as instâncias de vida e formação do homem, seria possível e necessário ajustar, modificar, reeducar e reordenar sua vida e suas práticas cotidianas aos moldes eugênicos de projeção ideal do corpo. Nesta desenvoltura, o corpo passa a ser encarado enquanto instrumento de melhoramento a ser testado e analisado pela medicina, em especial, a área denominada como medicina social³².

Desse mesmo caráter educativo, na coluna de *Hygiene*, do *Correio Paulistano*, o médico Amphilophio Mello publica um artigo, em junho de 1930, colocando mais uma vez, em evidência, a educação escolar, no melhoramento sanitário e higiênico. Seu texto, intitulado *Cooperação da escola no problema de instrução sanitária*, tratava do papel das escolas no processo de formação de uma consciência em defesa da higiene. Em suas palavras, as escolas deveriam ensinar “aos escolares a limpeza dos dentes, o asseio das mãos, o modo de alimentar-se, como devem dormir e outros tantos preceitos que incidem na defesa do corpo contra as doenças [...]” (Correio Paulistano, 20 de junho de 1930, p. 5).

Neste sentido, se a raça não constituía mais a causa solitária e principal de degradação nacional, ao menos para esses médicos e intelectuais, adeptos do sanitarismo, as medidas para a resolução dos problemas nacionais passariam pela instrução e educação, tanto higiênica quanto eugênica. Não obstante, esses ensinamentos, deveriam partir do próprio ambiente da escola, atingindo os mais jovens em idade escolar, visando formar uma nova geração de brasileiros, conforme os padrões eugênicos tão propalados à época, fazendo clara a ideia de que corpos e espaços passariam pela lente atenta e atuante das teorias e diretrizes eugênicas.

3.2. A passagem da discussão de raça para a higiene nas páginas do Correio Paulistano

Como vimos, entre a década de 1910 e 1920, a teoria de que a raça era o único problema fundante da sociedade brasileira passa ser contestada por um grupo de intelectuais ligados ao pensamento sanitarista. Para estes, os discursos que condenavam o futuro do Brasil por sua formação racial deveriam ser desmistificados e refutados. No entendimento desta geração, Lima e Hochman explicam “[...] como o conteúdo atribuído à palavra raça era muito impreciso [...]”

³²“Uma tal medicina social, urbana, captura e produz sólido discurso, que paulatinamente se legitima pelo caráter de cientificidade, moralizador e salvacionista. A proliferação desse discurso é evidente: os médicos ocuparam os meios de comunicação da época com seus artigos, demonstrações, conferências, livros” (STEPHANOU, 1997, p.154).

os intelectuais da campanha do saneamento rural aproximavam-se, assim, de uma tendência de crítica às teses de determinismo racial [...]” (LIMA & HOCHMAN, 1996, p.27).

Essa visão de descrédito dos intelectuais, com relação ao determinismo racial, também prosperou em textos e colunas publicadas no *Correio Paulistano*. Na verdade, a imprensa acaba cobrindo distintas interpretações sobre o Brasil, uma vez que racialistas, eugenistas, higienistas e médicos, com distintas visões sobre o país, publicavam tanto no *Correio Paulistano* quanto em outros jornais do centro do país.

Contudo, é possível perceber que, a partir do movimento sanitário, cada vez mais será comum a publicação de artigos que contestavam as visões mais pessimistas relacionadas à questão racial brasileira. Nesse ambiente, como temos procurado demonstrar, era crescente o interesse dos intelectuais pelas discussões sobre *hygiene*, saúde pública, educação sanitária, alimentação, habitação, alfabetização e medicina social.

Visando o desenvolvimento da discussão teórica, é preciso ressaltar que os discursos médicos e científicos, ora promovidos e/ou ora fabricados pela própria imprensa com o apoio dos intelectuais, inseriam-se, em uma força política que partia de distintas tradições ideológicas e científicas. Nesse jogo de poder discursivo, é preciso que se tenha clara a forma como a imprensa se apropriava do debate para sustentar projetos de formação nacional que se adequassem às visões modernas sobre o Brasil.

Não à toa, entre as décadas de 1910 e 1920, a imprensa procurava discutir as causas dos problemas nacionais, tendo em vista o desejo de posicionar o Brasil no cenário internacional, promovendo uma imagem mais positiva e otimista quanto ao futuro do país, no conserto das modernas nações.

Logo, para os intelectuais, engajados na construção de um outro Brasil, o problema central da nação não se encontrava na raça, ou somente na raça, mas também na higiene e nos *vícios socies*, restava à medicina e à ciência se debruçar na análise e na elaboração dos caminhos para sair dessa calamidade física e mental. É neste contexto que a ciência ganha significado de modernidade, de instrumento fundamental para a transformação econômica, social e civilizacional do país. De outro lado, a ciência também encampa um nacionalismo militante, engajado em criar diagnósticos e projetos de reforma social e construção nacional (OLIVEIRA, 1990).

Impulsionado pelos impasses que passavam a acometer São Paulo e a nação, especialmente, a partir das décadas de 1910 e 1920, tais como o problema das moradias precárias dos operários, alta concentração de pessoas, as reformas urbanas, o combate a doenças

e epidemias, o analfabetismos e os dilemas que separavam litoral e sertão, eram alguns dos temas que mobilizavam esses homens de ciências.

O contexto do pós-Primeira Guerra contribuiu para que os intelectuais procurassem soluções próprias aos dilemas nacionais, uma vez que o modelo europeu de civilização e de desenvolvimento havia perdido sentido depois da tragédia da grande guerra de 1914 a 1918. Conforme explica Lilia Schwarcz, “tendo como respaldo a recente experiência da Primeira Guerra Mundial e os novos melos biológicos e sociais, parecia ser necessária a criação de um corpo saudável e atlético, símbolo da ‘regeneração física da nossa raça’” (SCHWARCZ, 1993, p. 305).

Nas páginas do *Correio Paulistano*, é possível perceber esse debate, a partir de artigo publicado por Cândido Motta Filho, que efusivamente afirmava: “depois da guerra, todos nós sentimentos que o mundo se modifica. O mundo que nasce é, sem dúvida, a América. [...] Nós brasileiros sentimos que daqui sahirá o homem específico deste século vinte” (*Correio Paulistano*, 3 de novembro de 1926, p.3).

Para a edificação dessa nova nação e do novo homem nacional, era preciso construir uma missão social, política e intelectual que investisse na conscientização quanto à gravidade dos “vícios/males sociaes”: alcoolismo, tabagismo e doenças infecciosas, como sífilis e tuberculose, o que remeteria à educação higiênica ou a chamada eugenia preventiva.

O alcoolismo, por exemplo, foi encarado, na década de 1920, por esse grupo de médicos sanitarista e eugenistas um grave problema para a germinação de uma sociedade eugênica, uma vez que, havia a compreensão de que o alcoolismo teria consequências hereditárias para as futuras gerações, conforme pensavam os eugenistas brasileiros. Informados pela eugenia neolamarckista, que partia das teses de que o meio interferia nas futuras gerações, o vício em álcool era visto como uma “praga” que comprometia a formação de uma raça nacional saudável.

Por esse seguimento, o tema do alcoolismo aparecia com bastante frequência nas páginas do *Correio Paulistano*, seja nas discussões de campanhas educativas contra o alcoolismo, seja em discussões de leis que regulassem a tributação mais elevada sobre o consumo do álcool. Em um texto publicado, em 3 de outubro de 1928, no jornal *Correio Paulistano*, na coluna de *hygiene*, o médico Amphiphio Mello fazia uma série de recomendações higiênicas e eugênicas, entre elas a eliminação dos “vícios sociais”, visto por ele como responsáveis pelos “males da raça”. Nessa lista, o autor incluía não apenas o alcoolismo, mas o tabagismo, a falta de higiene individual e de exercícios físicos. Em suas palavras:

Nessas linhas se condensa a regra do bem viver, com saúde, sem moléstias e sem doenças. É preciso, também, não dormir demais. Não se deve fumar, porque o fumo é o agente do tabagismo, que tantos males produz na economia humana, elegendando o coração para sua acção nefasta. Evitar o fumo é uma necessidade. Não se deve beber, porque o álcool é um grande inimigo da humanidade. É responsável por graves perturbações orgânicas, roubando ao viciado até a sentimentallidade para o bem. Quem não bebe é feliz, é sadio, é vigoroso, é ágil. Devemos adoptar o habito dos camponeses: dormir com as galinhas e despertar com a aurora. Fazer exercícios corporaes é manter a vitalidade do organismo em alto expoente. A gymnastica sueca, feita pela manhã, methodicamente e de accordo com suas regras concorre para viver longa vida. Evitar contrariedades é factor de saúde. Precisamos de alegria e bem estar moral. Levantar cedo e despertar cedo vale um dos mais interessantes mandamentos do Evangelho da trilhante da saúde. Não se deve dormir mais de oito horas. A alimentação mista é preferível à alimentação de carnes, que contem purinas. Os vegetarianos vivem mais do que os carnívoros que se alimentam só de carnes. É sadia, é pura, a alimentação composta de vegetaes e evita a arterio-sclerose, endurecimento das artérias. Fazer o chylo e o chymo, após o almoço e jantas, isto é, andar para ajudar a digestão, é velho preceito vital. O povo não ignora que não se deve comer e ficar parado. Convém passear, sahir de casa. Manter asseio na boca, mãos, etc. Esse decálogo da saúde que deve ser seguido. Assim agindo, se serve à existência, prolongando-a e mantendo as funções do organismo em pleno funcionamento. Sigamol-o. Não custa praticar preceitos tão simples e tão attrahentes. Amemos a nossa saúde (Correio Paulistano, 27 de outubro de 1928, p. 4).

Pelo decálogo da saúde, escrito pelo médico Amphilophio Mello, parece plausível considerar que, estava em pauta um completo cuidado e trato do corpo, tanto físico como mental, das mais sutis práticas e atitudes diárias da vida íntima, com intuito de realizar uma proposta profunda e perene na reformulação dos hábitos de vida, objetivando potencializar o corpo, em completa sintonia, ou seja, o melhoramento do físico e da mente da “gente nacional”.

Amphilophio Mello, apesar de informações pouco disponíveis e existentes a seu respeito, surge como um dos mais proeminentes médicos do *Correio Paulistano*, ao ter a coluna “*Hygiene*” sob seus cuidados, especialmente do período do fim da década de 1920 ao início da década de 1930. Mais sintomático é apontar o esforço do médico Amphilophio Mello em refletir os vários aspectos da *hygiene*, desde assuntos como as políticas de saneamento, vícios sociais, doenças transmissíveis, políticas de higiene, serviços sanitários até a educação do corpo e seus cuidados. Em texto intitulado *Idelismo Triumphante*, de 11 de abril de 1928, Amphilophio Mello traça a síntese do momento da *hygiene*, ao apontar:

Alphabetizados os nossos patrícios, alphafetizado o typo brasileiro, nobre e digno, a que Monteiro Lobato deu o nome de Jeca Tatu, ficaremos com o terreno lavrado para lançar, com risonhas esperanças, a semente bemfazeja da hygiene e certos de que, em breve tempo, no lugar de arbustos, sonhados pelos nossos ascendentes, surgirão carvalhos, desafiando o espaço e o céu com a sua copa verdejante. Por isso é que, todos unidos e sentindo n’alma a vibração, que hoje é mundial, de progredir com um povo forte, trabalhemos pelo Brasil de amanhã, cheio de mocidade sã, arrojada e valorosa. A evolução mental e evolução sanitária, entre nós, é um factio consummado (Correio Paulistano, 11 de abril de 1928, p. 4).

Interessante perceber que Amphilophio Mello estabelece um diálogo com Monteiro Lobato sobre o Jeca Tatu. O bom funcionamento do corpo em vista de uma geração futura “gloriosa” passaria pelos bons hábitos, o que colocavam em pauta questões como alcoolismo/tabagismo e a má higiene corporal, capazes de regenerar o Jeca Tatu e transformá-lo no símbolo da identidade nacional.

No anseio em “recuperar” o brasileiro, a discussão médico-científica alcançava o campo político, uma vez que, em discurso pronunciado na Câmara Federal, em 1929, o *Correio Paulistano* destaca o comunicado do deputado federal paulista João Galeão Carvalho Filho, que dizia: “Para que a obra de saneamento do sertão não seja um trabalho inútil, é preciso que reunamos aos empreendimentos de ordem propylatica, higiênica e medica, uma acção mais larga, política, social e econômica”(Correio Paulistano, 27 de outubro de 1929, p.10).

Nesse intento, o *Correio Paulistano* investe em uma ampla abordagem de conscientização e reeducação dos hábitos e vícios cotidianos, aliada à civilização do sertão, ou dos sertões brasileiros, que tanto careciam do tratamento médico, social e educacional. E nesse movimento, o jornal oferece o olhar entusiasmado à chamada *Semana Anti-Alcoolica*, tratando-a como *uma brilhante iniciativa da Liga Paulista de Higiene Mental*. Na publicação de 27 de outubro de 1928, é dito:

A Liga Paulista de Higiene Mental, apoiada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia e pelas directorias do serviço sanitário e da instrução publica tomou sobre si a realização de uma semana Anti-Alcoolica, em São Paulo. Esse empreendimento vai ser o marco inicial de intensivo combate ao flagelo social que é o alcoolismo. O salão nobre da Sociedade encheu-se do que há de mais representativo no nosso mundo scientifico e social. Presidiu a reunião o dr. Cantidio de Moura Campos, ladeado a mesa pelo dr. Waldomiro de Oliveira, diretor do Serviço Sanitário e pelos representantes do secretario do Interior e director geral da Instrução Publico. O dr. Jayme Pereira discorreu sobre a “Acção fármaco-dynamica do álcool”, estudando a questão sobre o tríplice ponto de vista: o álcool como alimento, como droga e como toxico. A seguir, teve a palavra o dr. Almeida Prado, que desenvolveu a these “O alcoolismo e suas relações com a pathologia”, dividindo-a em duas partes: o alcoolismo latente e o alcoolismo orgânico. O dr. Pacheco e Silva tratou das “Manifestações nervosas do alcoolismo”, desenvolvendo considerações em torno da actuação das intoxicações alcoolicas aguda e chronica sobre o sistema nervoso. Termina por affirmar como único tratamento o remédio heroico: a abstinência. Sobre “o alcoolismo e a ophthalmologia”, falou o dr. Pereira Gomes. Descreveu as desastrosas consequências do alcoolismo sobre o organo visual, principalmente quando a esse vicio se junta o tabagismo, ilustrando as suas palavras com exemplos tirados de sua clinica. O dr. Cunha Motta tratou da questão sobre o ponto de vista da anatomia pathologica, mostrando a acção do álcool sobre os differentes tecidos orgânicos. “A criminologia e o alcoolismo” foi o thema sobre que dissertou o dr. José de Moraes Melo. Acompanhou a sua communicacão de projecções luminosas de quadros estatísticos que provaram fartamente a cumplicidade do álcool na criminalidade. O dr. Borges Vieira tratou do “alcoolismo como problema hygienico”. O ultimo a usar a palavra foi o dr. Raul Briquet, que expoz a these “o alcoolismo e a obstetricia”, discorrendo também sobre as consequências hereditárias do temível toxico (Correio Paulistano, 17 de outubro de 1928, p. 6).

A constatação que vale ser levantada é a de que por variados prismas, o alcoolismo passara a exigir esforços amplos e conjuntos para ser tratado e extirpado. Fazia-se imperial investir numa educação sanitária; para evitar possíveis vícios em álcool e fumo, das futuras gerações. Aliás, não por acaso, o alcoolismo e o tabagismo passaram a ser contraindicados para uma vida saudável, longe dos vícios, da indolência e das moléstias. Em conexão com uma educação de cuidado higiênico, o *Correio Paulistano*, em título “*Centro de Saúde Modelo*”, trazia com entusiasmo a nova turma de educadores sanitários, lembrando do “encarecido o papel que os educadores sanitários vão desempenhando na importante função que lhes incumbe, de aplainar e formar a consciência sanitária em São Paulo” (*Correio Paulistano*, 17 de outubro de 1928, p.6).

Reitera-se que, chegando ao fim da década de 1920, inúmeros eventos, congressos, informativos e comunicados divulgados à imprensa em tom de propaganda, são expostos e divulgados no jornal *Correio Paulistano* mediante forma de educação e prevenção higiênica, inclusive com membros do jornal acompanhando os próprios eventos. Momento em que o olhar médico volta-se ao educar e prevenir, com fins a preparar uma suposta melhor geração futura. Vivenciando um período de convulsão do pensamento higiênico (e eugênico), uma campanha realizada, em 1929, com o selos antituberculoso, de caráter educativo, tinha seu anúncio publicado no *Correio Paulistano*, nos seguintes termos: “A campanha popular do sello antituberculoso, que a Liga Paulista contra a tuberculose organizou [...] tem uma finalidade educativa e econômica. Comprai todos o sello antituberculoso” (*Correio Paulistano*, 6 de janeiro de 1929, p.2).

Outro tipo de propaganda institucionalizada, demonstrando aguda preocupação com o contexto, o *Correio Paulistano* trazia um comunicado da Inspeção de educação sanitária, intitulado: *A propaganda contra a febre amarela*, na divulgação cinematográfica, dizia “aquelles departamento de saude adquiriu dez ‘films’, que constituem um verdadeiro curso práctico sobre os meios e modos de evitar a proliferação da terrível moléstia [...]” (*Correio Paulistano*, 23 de maio de 1929, p.4).

Para tanto, além de todas essas informações contidas acima, os eugenistas e higienistas passaram a investir atenção acerca do melhoramento do corpo, recomendando cuidados, desde a infância, medida que se fazia por esportes e fortalecimento físico. Segundo o historiador Vanderlei de Souza: “O esporte era, muitas vezes, tratado tanto para disciplinar e subordinar a vida dos indivíduos, tornando-os mais fortes, resistentes e produtivos, quanto para pensar no embelezamento físico e genético da população [...]” (SOUZA, 2019, p. 93).

Dentro desse diálogo, para enriquecimento da discussão, seria inviável não tocar no fortalecimento do corpo coletivo, em especial o jovem. Contra as moléstias e vícios sociais, o médico psiquiatra paulista Aníbal Silveira (1902-1979), em texto publicado, em 8 de fevereiro de 1928, explicava que “a educação do corpo só consegue realizar modificações [...] via eugenica. [...] Tornar a gymnastica da escola primária independente das outras disciplinas. Promover accordo entre os núcleos despositivos de espécie diversa [...]” (Correio Paulistano, 8 de fevereiro 1928, p. 5).

O texto do psiquiatra Aníbal Silveira resume bem o esforço em aplicar os ideais de corpo eugênico ao coletivo, em grande escala, nos ambientes e instituições públicas e privadas, mas detendo atenção, sobretudo, no ambiente escolar, reforçando o corpo físico, desde as mais tenras idades.

Nesse sentido, portanto, características viáveis ao corpo físico representariam o “esplendor” eugênico de união de forças. Em nota publicada, ainda, no ano de 1929, nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, acerca do físico corporal e sua beleza estética, em conjunto com o organismo, apresentava a seguinte definição de beleza, claramente pautada nos ideais eugênicos: “a beleza physica é geralmente também um espelho de saude espiritual. A belleza, em ultima analyse, não é mais que uma perfeita harmonia organica, o que exprime vigor de raça, virtude physica de evolução eugênica de um povo” (Correio Paulistano, 1 de abril de 1929, p. 5).

Em São Paulo, durante o início do século XX, há o incentivo para o esporte, de frentes diversas, como *foot-ball*, *athletismo*, *natação*, *tennis*, *esgrima* e *gymnastica*, constantemente expostos nas páginas do *Correio Paulistano*. Como exemplo, podemos destacar a atenção que o periódico oferece à competição entre *athletas extreantes vs. Athletas novíssimos*, conforme comunicado que aparecia na edição de 4 de Abril de 1929:

Vem despertando grande interesse a próxima competição athletica que o Club Esparta vai fazer disputar domingo, na sua pista, entre athletas estreantes contra novíssimos, em preparo da turma que devera representá-lo no torneio inicial da Federação Paulista de Athletismo. Essa competição conseguiu arregimentar grande número de athletas, o que quer dizer que o athletismo no sympathico Club da Nelli, vem tendo aa mais franca acceitação. Aliás, isso não é novo, no Esparta, logar onde se cultua como se deve a cultura physica e tudo se faz pela eugenia da raça (Correio Paulistano, 4 de abril de 1929, p. 6).

Condição física e atlética que reuniria, aqui, a possibilidade de educar e aprimorar o corpo a partir dos ideais eugênicos. No caso do Brasil, a eugenia neolamarckista permitia pensar a atividade física como um aspecto importante no processo de melhoria racial ou hereditária

das futuras gerações, uma vez que autorizava ponderar a herança das características adquiridas do meio.

Nas próprias conferências de educação, realizadas no Brasil, como na *III Conferência nacional de educação*, que teve a cobertura do *Correio Paulistano*, manifestava-se a preocupação com o físico em alinhamento e conformidade com a moral, na condução da nação e à formação da “boa raça”. “[...] o exercício, o torneio, a gymnastica, começando nas escolas públicas [...], estão a garantir, [...] um physico sadio, robusto, eugênico, que constitue, de qualquer forma, padrão de actividade pró-racial, pelo Brasil Maior” (*Correio Paulistano*, 23 de maio de 1929, p. 2).

Tratando-se da abordagem desse tema, no *Correio Paulistano*, a edição de 15 de Maio de 1929 publica dois textos, um quanto aos efeitos e perigos do alcoolismo e, outro, sobre a *III Conferência nacional de educação*. Os textos claramente procuravam tratar um tema em comum, o cuidado com o corpo, a beleza física e a saúde eugênica. Em relação à Conferência, tendo como título: *A grande demonstração de cultura physica da III Conferência nacional de educação*, trazia:

Divulgado já, em linhas geraes, o programma de cultura physica a realizar-se em setembro próximo, por ocasião da celebração do III Conferência nacional de educação, pelo aspecto que nos offerece, pode-se affirmar, vai constituir, sem dúvidas, um grande acontecimento athletico, não só para S. Paulo como para o Brasil. Porque, indiscutivelmente, é na grandeza do physico que se reúnem todas as outras qualidades indispensáveis ao homem: nenhuma intelligencia poderá ser sadia, forte, desenvolvendo-se num corpo doente. Bons músculos, um physico são e temos ahi, um espírito como se pode desejar. A história nos proporciona os mehores e magníficos exemplos: a grandeza dos gregos residiu na sua vida ao ar livre, de torneios olympicos, a adextrar os músculos. Outras aparecem. Mas estamos em pleno século XX e a obra que S. Paulo representa, moderna, é o reflexo de uma geração vigorosa, que ahi está: um padrão, mesmo, da nacionalidade (*Correio Paulistano*, 15 de maio de 1929, p. 2).

Mediante o presente excerto, o foco sob o reforço do corpo físico, para o bem coletivo, é propagado, e, para tanto, as atenções recaíam-se na prática dos esportes e da atividade física como melhoramento do homem. Nesse sentido, caminhando ao fim da década de 1920, o *Correio Paulistano* investia em discursos pró *cultura physica*, reforço do corpo e prática dos esportes gerais. Na mesma página, está o texto *Os efeitos perniciosos do alcoolismo*, alertando para os perigos do álcool na integridade do funcionamento do bom corpo:

Nunca é demais esclarecer contra o alcoolismo, esse terrível vicio que do caráter mais nobre faz o mais degradado dos indivíduos. São de tal gravidade e tão numerosos os efeitos maléficos, grandemente desastrosos produzidos pelo uso do álcool, que é necessário que em todas as oportunidades e por todos os meios ao nosso alcance, o combatemos “como factor de grandes males e sobretudo como veneno da raça”, segundo as palavras de Miguel Couto. [...] O alcoólico é tomado de delírio, manias, allucinações, sob domínio dos quaes pratica os maiores crimes, torna-se ladrão,

assassino, suicida, quando não termina na demência. Quando não termina na demência. Segundo estatística que se procedeu no Rio de Janeiro, de 8.000 indivíduos presos nas delegacias, em 1911, cerca de 6.000 eram alcoólatras, em 5.000 processados 4.000 eram alcoólatras, em 1900 suicidas, 1.200 eram alcoólatras, e em 1.500 entradas no hospício 1.300 eram alcoolistas (Correio Paulistano, 15 de maio de 1929, p. 2).

A atenção volta-se aos problemas sociais, influenciados pelos chamados “vícios sociais”. O alargamento da argumentação é direcionado ao olhar amplo da prática e comportamento dos sujeitos. Uma questão de grande valia a ser posta em consideração é a associação (alcoolismo-criminalidade-loucura-degeneração), que se estabelece nos raciocínios da classe médica, no fim da década de 1920³³. O médico Aristίδes Ricardo, por exemplo, já apontava, em texto ao *Correio Paulistano*, que:

Tudo está a mostrar que elle (álcool) é capaz dos maiores cataclysmos sociaes, dos maiores crimes, através os quaes tira dos lares para encher as prisões. A loucura é uma das mais terríveis consequências do alcoolismo. Esta precipitação mental, esta verdadeira allucinação justifica o número crescente de suicídios registrados pela chronica dos jornaes. E explica, também, a pratica dos maiores delictos, das mais brutaes scenas de selvageria e deshumanidade (Correio Paulistano, 17 de janeiro de 1929, p. 2).

A questão do álcool, naquele momento, sobressaía-se nos debates eugênicos. Tratava-se de um elemento que poderia e (já estava), para os eugenistas, atrapalhando o projeto eugênico para a “salvação” da raça nacional. Em destaque, no ano de 1929, extensos escritos são encontrados, no jornal *Correio Paulistano*, acerca do alcoolismo e seus desdobramentos referentes à saúde do indivíduo. Logo no início do ano, em janeiro, duas sessões são feitas com a coluna intitulada *Reflexões sobre o alcoolismo*, de responsabilidade do médico Aristίδes Ricardo.

Buscando elucidar os efeitos do álcool e suas ações sobre o corpo, em artigo intitulado *Alcool – Alimento*, Aristίδes Ricardo busca contextualizar o álcool sob forma ampla, destacando: “ora, basta falar em factores de degenerancia ethnica, em causas de degradação moral, para que o álcool ressalte invariavelmente à nossa imaginação com todo o seu lúgubre cortejo de efeitos, com todas as suas possibilidades de aniquilamento” (Correio Paulistano, 17 de janeiro de 1929, p. 2).

O segundo texto do médico Aristίδes Ricardo é intitulado *O estigma alcoolico*, publicado em 24 de janeiro de 1929. O excerto focava atenção quanto à proibição da venda da

³³ Acerca dos efeitos do álcool no funcionamento pleno do organismo, os médicos, em especial os de especialidade da psiquiatria, não tardavam em fazer a ligação entre alcoolismo-loucura, ao uso do álcool eram atribuídas as degenerações de cunho físico e mental do sujeito. Ver mais em: COSTA, J. F. História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

bebida alcoólica, defendendo: “a guerra ao álcool constitue necessidade indellinavel para os civilizados”. Em suas palavras, o combate ao alcoolismo representava uma medida educativa e patriótica das mais importantes, tanto para a regeneração racial quanto para a “temperança” e a “moderação nos costumes” (Correio Paulistano, 24 de janeiro de 1929, p. 2). Neste sentido, o olhar de Arístides Ricardo seguia um ponto de vista médico e eugênico quanto de moralização social.

Como podemos perceber, constantemente, as páginas do *Correio Paulistano*, eram ocupadas mais com os debates sobre saúde pública e higiene do que com as discussões mais de cunho racial. O espaço cedido à discussão de higiene, eugenia e “vícios sociais”, do alcoolismo, por exemplo, são elementos centrais para o processo de regeneração racial. Ao invés de duras medidas, como da seleção imigratória, vista por uma eugenia mais radical, medidas mais de controle sociais do que racial pareciam, a estes intelectuais, mais plausíveis e eficientes. É neste sentido que, o texto do médico Amphiphio Mello aparece publicado, em 1929, dizendo:

Cuidar da raça não é tão simples como se julga, olhando, de relance, esse problema máximo das nacionalidades. Muitos factores, e todos elles ponderáveis entram na formação de um povo sadio e forte. Ao lado da educação physica, costumes higienicos diversos, hábitos múltiplos de saude, hereditariedade, precedentes longínquos de família, existem outros elementos que dizem respeito, visceralmente, com a orientação deste caso que se recomenda pela sua intervenção nos destinos eugênicos dos países do mundo. Vícios de toda sorte, tabagismo, alcoolismo, etc, têm no assumpto em apreço, o desempenho de relevante papel (Correio Paulistano, 13 de setembro de 1929, p. 6).

Ora, mais do que evidente é a intenção do jornal *Correio Paulistano* em tratar dos vícios considerados errantes e provocadores das degradações sociais e morais da raça brasileira. Logo, “criar” costumes e hábitos *hygienicos*, sinalizado pelo médico Amphiphio Mello, parecia converter-se em uma obrigação ao poder público, classe médica e intelectuais que se dispusessem a pensar na melhoria da condição de existência do povo brasileiro. Ainda, neste sentido, pode ser lido, no artigo do médico Alfredo Pinheiro, em outubro de 1929, que enaltecia a campanha contra o alcoolismo.

Em *Semana anti-Alcoolica*, Alfredo Pinheiro apresentava um tom claramente de crítica à teoria de superioridade racial branca, ressaltando-se os cuidados aos vícios e moléstias, nos seguintes dizeres:

E como passou a moda na sciencia de que a raça branca, que sciencificamente não existe, não é superior às demais raças, a nossa gente em tríplice caldeamento de uma bella raça, poderá contar vantagens attentando ao aceno eugênico. Para essa aspiração ideal é preciso evitar os vícios. No Brasil só tem o problema nacional a educação do povo, diz com tamanha oportunidade Miguel Couto. Ora, educar, implica instruir e

sanear. Não é possível instruir a gente viciada. Alfabeticar é higienizar. Sanear é instruir (Correio Paulistano, 20 de julho de 1929, p. 11).

O presente artigo faz parte do texto que retrata o pronunciamento de Alfredo Pinheiro sobre as iniciativas, promovidas pela Liga Paulista de Higiene Mental (LPHM), contra o alcoolismo, que contara, ainda, com os médicos Pacheco e Silva (1898-1988) e Cantídio de Moura Campos (1889-1972), além de outros membros da LPHM. O próprio *Correio Paulistano* não deixaria de destacar o trabalho da Liga Paulista de *Hygiene* Mental contra o alcoolismo, que, segundo o periódico, era medida “cooperadora da futura formação eugênica do povo” (Correio Paulistano, 1929, p. 11).

Algumas questões passaram a evocar preocupação médica com a higiene dos hábitos, antes pouco existente, tais como o tabagismo, o alcoolismo e a relação do mesmo com a criminalidade e a loucura. Em 29 de outubro de 1929, o médico Amphilophio Mello trazia em texto intitulado *As semanas anti-alcoolica e do mal de Hansen*, em subtítulo *14 dias dedicados à sorte da humanidade, ao seu bem-estar e à sua saúde*:

Os hospícios acham-se cheios de loucos, ex alcoólatras. As cadeias, também. A Semana anti-alcoólica, pois, que se realizou, deve atingir os nossos corações, pelo objectivo que encerra no tocante ao bem estar da sociedade brasileira. Trata-se, não há duvida, de um movimento profundamente humanitário, cuja grandeza eugênica reflecte na raça de hoje e de amanhã. As nacionalidades se impõem ao respeito e apreço recíprocos pelo bem estado physico e mental de seus filhos. Dahi o esforço supremo que se desenvolve para a conservação da saúde. *Mens sana in corpore sane*. A mentalidade só age com efficiencia, quando o corpo é são, não está prejudicado na intimidade celular de seus orgams e aparelhos. Explicam-se, portanto, as novas directrizes do saber humano, principalmente na parte que vigia o vigor e a robustez do homem, do qual depende a riqueza e a prosperidade das nações; o seu progresso e as suas possibilidades de trabalho e produção (Correio Paulistano, 29 de outubro de 1929, p. 5).

Mediante o presente excerto, é possível sustentar o argumento de que o raciocínio do médico Amphilophio Mello condensa uma relevante mudança na forma de planejar e pensar a nação. Em sua leitura, emerge a compreensão segundo a qual não mais a raça seria fundamental para o sucesso social-econômico de uma sociedade, mas a estrutura da mesma para trabalhar, com a instrumentalização de políticas eugênicas, na solução das moléstias e vícios de seus povos.

Em suma, o saber médico, impulsionado pela apropriação da intelectualidade (médica, literária, política, jurídica), expunha o anseio de intervir no processo de reforma social, a partir da higiene e da presença da doença como o grande problema nacional. Sob aparato ideológico de uma eugenia preventiva neolamarckista, em diálogo com a agenda sanitária, pensava-se

em educar, corrigir ou ajustar a formação da futura “raça brasileira”, vista como sinônimo de povo brasileiro.

Neste sentido, conforme vimos no primeiro capítulo, ao mesmo tempo que se debatia entre os intelectuais os projetos de imigração e seleção racial, baseados no racismo científico, também estavam, em pauta, medidas menos draconianas e não racializadas para tratar dos projetos de formação do Brasil.

É a partir desse viés que o médico paulista Aníbal Silveira, em a *Campanha Eugénica*, vai defender um modelo exclusivamente preventivo de eugénia, baseado na capacidade das instituições de saúde em regenerar a sociedade (Correio Paulistano, 15 de março de 1928, p. 4). É em mesmo sentido, portanto, que o político e jornalista paraense Antônio Augusto Alves de Souza (1882-1943) vai tratar, em artigo, originalmente publicado no jornal *O Paiz*, no Rio de Janeiro, e republicado na coluna de *Saúde e educação*, nas páginas do *Correio Paulistano*, em 22 de dezembro de 1929, dizendo:

Em princípio, a mais rica e a mais forte economia de um povo é o homem. Mas é preciso que o homem seja apto [...]. Assim, a acção do poder público, para generalização dos hábitos higienicos [...] terá sido inifinitamente mais útil, mais benfazeja [...]. No dia em que [...] tivermos através do paiz abundância de maternidades, hospitaes, asylos intantis, preventórios, colônias de férias, escolas premunitoras, institutos de ensino technico-profissional, e quantas mais instituições exijam a defesa e o aproveitamento da vida dos brasileiros, o sentido da nossa economia será, então, o verdadeiro sentido de riqueza, da prosperidade, do progresso e da civilização (Correio Paulistano, 22 de dezembro de 1929, p. 2).

Ao trazer à baila a vertente política do discurso eugenista, que prometia ser regeneradora do corpo físico, da saúde mental e dos aspectos morais, as autoridades públicas e os intelectuais concediam um central papel às escolas, hospitais, presídios, hospícios, quartéis etc.

Mesmo considerando, portanto, que a questão central, em parte, deslocava-se da raça para as condições de higiene e saúde, o que estava em jogo continuava sendo o controle e a regulação dos corpos. Não por acaso, destaca e sinaliza o historiador Alcir Lenharo, é sobre o corpo que “se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais. [...] toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava (pelo) corpo [...]” (LENHARO, 1986, p.75).

Na verdade, o que existia era uma clara biopolítica, que, conforme conceito desenvolvido por Michel Foucault (1999c), deve ser lido como um poder de regular a sociedade,

de normalizá-la e controlá-la a partir das tecnologias do corpo³⁴. Neste sentido, levando em conta os conceitos foucaultianos, é possível pensar as instituições sendo portadoras de padrões de conduta, legitimando um discurso corrente.

Ora, se as instituições (escola, hospital, prisão, igreja, exército) servissem de terreno para a efetivação das políticas de correção eugênicas, os corpos encontravam-se dispostos aos efeitos das teorias médico-científicas. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras de início do século XX, as instituições foram fortemente influenciadas pelo pensamento eugênico-científico, alterando seu sentido de existência e seus próprios meios de funcionamento, ao incorporarem os preceitos de melhoramento e aprimoramento humano, atrelados à eugenia e à medicina social.

³⁴ “O poder disciplinar se baseia no panóptico e age no corpo-organismo, no indivíduo, a fim de discipliná-lo. Já a biopolítica atua num outro tipo de corpo, o corpo espécie, tendo como objeto os modos de vida da população e estabelecendo mecanismos de regulação social” (BARROS, 2013, p. 362).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, ao analisar as páginas do *Correio Paulistano*, no período entre 1918 a 1930, observamos a tomada das discussões de intelectuais, médicos e eugenistas relativas à vida social, higiene, saúde, raça, identidade nacional, amparadas pela linha editorial do jornal. Percorrendo, inicialmente, as sinalizações foucaultianas, acerca dos discursos promovidos pelo periódico paulista, percebemos uma clara proposição de projetos, ideias e medidas de reforma nacional e de regeneração da população brasileira.

Ao mesmo tempo, é possível notar que as ligações jornalísticas com a política local, estadual e nacional conectavam-se diretamente com o mundo público, numa articulada relação entre imprensa, intelectuais e política.

Em boa medida, como esse trabalho procurou demonstrar, tal conexão foi promovida direta ou indiretamente pela intervenção do Partido Republicano Paulista (PRP), instituição que mantinha forte controle do *Correio Paulistano* e o empregava para divulgar os projetos de nação, idealizados por seus integrantes. Cabe observar que a relação tornou-se produtiva a ambos, jornal e PRP. De um lado, o jornal paulista publicava os discursos do partido e lhe emprestava sua base de divulgação, enquanto o partido mantinha financeiramente as publicações do periódico, fazendo, ainda, a ponte de muitos intelectuais que eram pertencentes ao quadro do PRP e atuavam no jornal. Nessa vereda, impõe-se a reflexão da parceria, estabelecida entre a imprensa e construção política do partido, que atuavam, via seu órgão oficial, o *Correio Paulistano*.

Em que pese a consideração das relações político-jornalísticas, esse cenário toma projeção histórica, quando envolvidas as relações do partido, aspiração intelectual, cobertura e divulgação dos discursos, via imprensa, que, por seu turno, envolve a cooptação de discussões que abrangem a efetivação do discurso intelectual, bem como a construção do mesmo e suas articulações com as bases de organização da sociedade civil, sejam elas econômicas, sociais ou comunicacionais.

Nesta pesquisa, tomou-se a análise discursiva das edições recolhidas do jornal *Correio Paulistano*, tendo em mente a preocupação e cuidado com o documento e, ao mesmo tempo, atentos com as potencialidades existentes no trato com o periódico, enquanto fonte de análise histórica, sem perder de vista o contexto de sua produção e subjetividades, interesses e articulações de poder intrínsecas ao processo narrativo-discursivo.

Para tanto, uma questão observada, nos textos do *Correio Paulistano*, foi a preocupação dos intelectuais com a construção do país e os chamados problemas nacionais, que pairavam na mente dos homens de letras, desde o fim do século XIX. Nesse contexto, questões prementes sobre a formação do Brasil incendiavam os debates quanto aos rumos do país, no conserto das nações modernas, especialmente as representações da identidade nacional, a questão racial e a possibilidade de construção da civilização brasileira.

Ao mesmo tempo, destacamos, ao longo desta dissertação, a própria existência e o reconhecimento do país, em suas imensas fronteiras geográficas e a ampla diversidade étnica e social, estavam em questão, uma vez que a (re)descoberta dos sertões revelavam um país desconhecido, abandonado à sua própria sorte. Além disso, havia a percepção de que o Brasil representava um imenso hospital, seja nas áreas rurais do interior, seja nos centros urbanos, vistos pelas elites médicas e intelectuais do período como um país marcado pelas doenças, pela miscigenação racial, pelas habitações precárias, pela criminalidade e todos os tipos de “vícios sociais”.

Tendo esse cenário como pano de fundo, o primeiro capítulo desta dissertação, preliminarmente, explorou a vinculação entre imprensa, política e a profusão de discursos resultantes dessa interação, carregados de subjetividade e intencionalidade políticas e sociais. Conforme procuramos demonstrar, as condições de produção dos discursos, no jornal *Correio Paulistano*, articulavam-se às visões e aos aparatos político-ideológico do Partido Republicano Paulista (PRP) e das elites nacionais.

Cabe observar o momento de produção jornalística, quando este, a partir do fim da segunda metade do século XIX, deixa de ser produto artesanal, artístico-literário e passar a se configurar enquanto mercadoria do sistema capitalista global, assumindo o jornal forma de empresa, com a lógica mercadológica de oferta-procura, passando a evoluir em seu formato, paginação, propaganda de produtos comerciais, contando com a contribuição, ainda, de associados políticos e empresariais.

E de fato, a discussão que se segue, acerca dos discursos presentes no jornal, é ancorada em bases essencialmente políticas. Suas relações (e aspirações) com o Partido Republicano Paulista (PRP) e a circulação de intelectuais que, concomitantemente, habitavam o *Correio Paulistano* e, muitas vezes, eram adeptos da linha partidária republicana.

As condicionalidades existentes, desde o fim do século XIX e início do XX, no Brasil, por sua vez, propiciaram o avanço das ideias científicas e políticas pelos intelectuais do jornal, como um verdadeiro berço de ideias. Eles as gestavam e, caso fossem válidas (pelo meio intelectual e pela elite), eram concebidas e reapropriadas, como exemplo do liberalismo

econômico, do darwinismo social, do positivismo e da eugenia. Segundo procuramos demonstrar, havia um forte cientificismo orientando o debate a respeito dos rumos da nação, quase sempre ligados a concepções científicas de cunho evolucionista. Vale lembrar, na concepção de Lucia Lippi, que esse cientificismo “analisava o mundo humano como um objeto em mutação [...]. Todos os valores, fossem eles morais ou políticos, estavam aprisionados ao estágio de evolução [...]”, preceitos caros aos homens de ciência e às autoridades políticas do período (OLIVEIRA, 1990, p.83).

Nessa empreitada, não raro, eram encontrados intelectuais dos mais variados campos intelectuais ou profissionais, ou seja, jornalistas, juristas, professores, escritores, médicos, engenheiros, profissionais liberais etc, todos dispostos a pensar o Brasil e a interferir nos rumos da nação. Contudo, cabendo um adendo, ousa-se dizer que das classes mencionadas, os juristas e médicos, em especial, compreenderam o período da Primeira República, e conquistaram papel de protagonistas na condução das discussões.

Sob tais linhas, o trabalho parte do entendimento de que o constante envolvimento da elite intelectual, no debate político, favoreceu a origem de uma incumbência que consistia em dedicar a escrita intelectual ao ordenamento e direcionamento de projetos de intervenção nacional. Oriundos especialmente das faculdades de direito e medicina, esses intelectuais e cientistas passaram a coordenar os debates a respeito do futuro nacional, fazendo da imprensa um espaço estratégico de debate, servindo ao divulgação de diagnósticos, representações e projetos de reforma da nação (SEVCENKO, 1985).

Entre esses letrados, prevalecia a visão de que, por variadas ramificações e estratégias políticas-discursivas, os conhecimentos apresentados pela higiene, eugenia e medicina faziam-se presentes como ferramentas centrais para pensar a viabilidade do país, os projetos de reforma da sociedade e de construção de uma futura nação civilizada, regenerada e próspera. Substancial é o olhar que os intelectuais conduzem para analisar as características nacionais e a própria noção de “ser brasileiro”. A certeza era uma só, o Brasil precisava ser redescoberto, revisto e reformado.

É, nesse momento, contudo, em plena *Belle Époque* paulistana, que a intelectualidade composta pela pintora Tarsila do Amaral, pelos escritores Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, e pelo escultor Víctor Brecheret, propõem-se a (re)inventar a nação com base em um pensamento próprio, reavaliando a proposta de um espírito coletivo de país. Essa reflexão culminou com a Semana de Arte Moderna de 1922, em que reunia a nata do pensamento paulista e nacional, movimento literário e artístico amplo, que, não por acaso, tivera, no *Correio Paulistano*, a sua voz oficial de divulgação e promoção. No olhar da

intelectualidade, conforme este estudo procurou demonstrar, a nação encontrava-se ainda abstrata, sem brilho, cor, sentido e caminho próprio, sem um horizonte palpável que projetasse uma sociedade viável e promissora, especialmente, sob o prisma racial e civilizacional.

Em vista disso, o capítulo II desta dissertação busca compreender como a questão racial foi um tema de maior importância para projetar diagnósticos e projetos de Brasil. O capítulo analisou, mais especificamente, que essa discussão ganhou corpo nas páginas do *Correio Paulistano*. Neste sentido, foi importante compreender, não apenas quais eram os intelectuais envolvidos, nesse debate, mas como a raça e identidade nacional foram problemáticas interligadas, tidas como possíveis responsáveis pela inconstância do Brasil, enquanto país. Ao partir da discussão, acerca do entendimento eugênico da raça, enquanto problema, e a busca pela invenção/descobrimto da identidade nacional, é que o tema do branqueamento e do melhoramento da raça nacional é apresentado mediante solução para os “males do Brasil”.

Observando as discussões eugênicas e conceitos do darwinismo social, dos processos evolutivos e da hereditariedade humana, as teorias científicas e raciais são apropriadas, no Brasil, sendo símbolos de modernidade e, ao mesmo tempo, instrumentos de modernização do Brasil. Procuramos demonstrar que a introdução da eugenia, nas discussões científicas e intelectuais brasileiras, apresentavam medidas de atuação em vários campos, na medicina, na higiene e na saúde pública, também, na educação, na literatura e nas artes em geral.

É plausível expor que, à luz dos pressupostos das questões raciais e identitárias, estão relacionadas interpretações que privilegiaram a busca de um sentido coletivo para a nação, ancorados nos preceitos dos pensadores: Raimundo Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Roquette-Pinto, Renato Kehl, Monteiro Lobato, advogando, cada um a seu modo, em seu espaço e especificidade de formação, que as discussões, quando travadas, na busca pela nação do futuro, deveriam envolver a questão racial como imperativa à busca da brasilidade.

Conforme este trabalho permitiu concluir, parecia pouco plausível àqueles intelectuais pensar no futuro do Brasil, sem que a questão racial fosse considerada elemento de primeira importância, o que fica explícito, nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, quando homens, como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Júnior, colocam-se a formular hipóteses para explicar os problemas nacionais.

Com o desenvolvimento das discussões e mantendo em mente as teorias eugênicas, parecia prevalecer, para alguns daqueles intelectuais, a visão de que a raça existente, no Brasil, naquele início de século XX, não seria suficiente para levar o país aos níveis mais altos de desenvolvimento que a modernidade exigia. Essa constatação se dava, tanto pela presença de africanos e indígenas, na formação do Brasil, quanto pela larga miscigenação racial,

historicamente praticada entre os brasileiros, formando uma nação mestiça, considerada responsável pelo atraso do país.

Neste sentido, também procuramos ressaltar, ao longo desta pesquisa, que o roteiro a ser seguido caminhava-se na busca pelo branqueamento da raça. Para muitos intelectuais da Primeira República, medida mais visível para isso dependia da introdução e seleção de imigrantes europeus, que serviriam para suprir a mão de obra que o país, supostamente, necessitava, quanto para branquear e regenerar a população brasileira. Na mesma linha, reforça-se o olhar sobre os projetos apresentados, na década de 1920, prevendo a proibição de entrada, no Brasil, dos indivíduos negros, asiáticos e de “raças” consideradas “indesejáveis”, dando espaço, por exemplo, ao projeto de lei de 1921, apresentado pelos políticos Andrade Bezerra (Pernambuco) e Cincinato Braga (São Paulo).

Conforme analisamos, ao longo do capítulo II, ao tratar dos processos imigratórios abraçados aos projetos eugênicos, vimos como esse debate encontrou amparo nas leis de imigração que tratavam da regulação e seleção imigratória. Essa legislação acabou não apenas definindo quem deveria imigrar para o Brasil como também oferecia condição legal de permissão para a expulsão dos “indesejáveis”, encarados tanto em sentido de deficiência racial ou corporal como a partir de atos suspeitos do ponto de vista moral, incluindo a prostituição, a vadiagem, o mendigar, pensamentos ditos anarquistas e incitadores de atos políticos.

Ora, tais apontamentos é que permitem evoluir na discussão eugênica da questão imigratória, que envolvia o poder político e as ações jurídicas, em que era refletida pela imprensa a preocupação com tal questão. O pano de fundo desse arcabouço social, coberto pela ação jurídico-política instaurada, mantinha por decretos a regulação dos imigrantes desejados, concomitantemente, à legitimação da expulsão dos “indesejáveis”, a quem eram atribuídos uma série de características negativas, tanto pela origem racial quanto por deficiências no corpo físico.

No terceiro capítulo, por outro lado, analisamos como a questão racial enfrentou os paradoxos entre a negação do Brasil como um país mestiço e a percepção de que os principais problemas brasileiros não deveriam ser atribuídos à identidade racial da população. Para muitos dos intelectuais, que publicavam nas páginas do *Correio Paulistano*, a questão da higiene, perpassando pelo estudo que começavam a inquietar a classe médica e intelectual, quanto ao papel das doenças, na formação do homem brasileiro, abrem espaço para a percepção de que os males do Brasil não derivavam na natureza biológica, mas de questões políticas, da falta de instrução do povo e da organização nacional. Essa percepção, segundo destacamos, foi

sintetizada, nos relatos do escritor Monteiro Lobato, acerca da regeneração do caboclo Jeca Tatu pela ação da ciência, da medicina e da educação.

A partir da agenda aberta pelo movimento sanitário, foram elaborados extensos programas estatais de ordens sanitárias, médicas e educacionais, em que demonstramos a engrenagem, movida pelo aparato estatal, na busca pela eugenia e higienização. Neste contexto, mais do que tratar do corpo, uma questão racial a ser extirpada, o que intelectuais promoviam eram um outro olhar referente à higiene e à saúde dos corpos, controlando-os a partir das instituições coletivas, amarrando os discursos eugênicos às concepções daquilo que Michel Foucault (1996) chamou de poder discursivo, promovidos pelas instituições, fossem elas políticas, educacionais, científicas, religiosas ou jurídicas.

Na trama da discussão proposta, ancora-se, no levantamento histórico das edições do *Correio Paulistano* e na articulação de ideia dos intelectuais, no repensar do corpo físico da nação. No âmbito da ventilação das ideias eugênicas debatidas, aqui, é nítida a noção de eugenia, enquanto ciência destinada ao embelezamento humano e fortalecimento físico e moral dos brasileiros, o que permitia, para as elites intelectuais, repensar a identidade brasileira em termos mais “otimistas”. É evidente que as discussões sobre os cuidados do corpo pela higiene, conforme o jornal paulista promovia, sempre estiveram associadas ao desenvolvimento e modernização nacional.

Como apresentado, ao longo desta pesquisa, existiu, de forma intensa, a interação da intelectualidade com as teorias advindas da eugenia. Assim, a conjuntura, na qual se insere o recorte temporal da pesquisa (1918-1930), permitiu analisar os discursos de imposição de uma ordem eugênica, que, perpassando pelos debates de raça, higiene e identidade, denunciavam a existência de variados projetos intelectuais de discussão quanto à reforma da sociedade brasileira e construção nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

AMARAL, Antônio José Azevedo. O problema eugenico da imigração. In: **Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**, 1929. Actas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340.

ANDRADE, Oswald de. **Os dentes do dragão**: entrevistas. Organização, introdução e notas Maria Eugênia Boaventura. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Globo, 2009.

BARROS, J. P. P. Biopolítica e educação: relações a partir das discursividades sobre saúde na escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 361-381, jan./mar. 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1979.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura e convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. **Seminários**: imigração, repressão e segurança nacional, São Paulo, n. 3, dez. 2003, p. 23-44.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil São Paulo – 1917/1940**. Campinas: Unicamp, 1997.

CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-6. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/469/428>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARVALHO, Marcelo A. M. de. **Nilo Peçanha e o sistema federal de escolas de aprendizes artífices (1909 a 1930)**. 2017. Tese (História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista- SP, EDUSF, 1998.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. vol. 10, n.3, p. 901- 930 set/dez 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

COHN, Amélia. Correio Paulistano. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930**. [Recurso eletrônico], 2015.

CORREIO PAULISTANO (SP). São Paulo: 1854-1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=090972&pesq=>. Acesso em julho de 2019.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

CRUZ, Heloísa F. C.; PEIXOTO, Maria R. C. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, nº 35, 2007, p. 255- 272.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro- São Paulo: Laemmert & C. 1905.

DUARTE, Paulo. **História da Imprensa em São Paulo**. São Paulo, ECA/USP, 1972.

EL-DINE, Lorena R. Zem. **A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verdeamarelo (anos 1920)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ELEUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina de. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008, v., p. 83102.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da Sexualidade – A Vontade de Saber**, Rio de Janeiro; Graal, 1999c.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: ed. Max Limonad, 2002.

GÓES, Luciano. A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues, o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 1. ed., 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de ‘Raça’ e o Ideário do “Branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, n. 42-43, pp – 63-110, jan/jul 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 7. edição, tomo II vol 7. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec; Anpocs. 1998.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LENHARO, Alcyr. A militarização do corpo. **In: Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. **Missões Civilizatórias da República e interpretação do Brasil**. **In: História, Ciências, Saúde, Manguinhos**. Vol. V (Suplemento), julho 1998, pp. 163-193.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República” in MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca Saúde e Muita Saúva: sanitário, interpretações do país e ciências sociais. **In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

LIMA, Nísia T; VIEIRA, Tamara R. Pensar os sertões, pensar o Brasil. **Revista Coletiva**, v.6, 2011.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Science and Territory in Brazil: the Strategic Telegraph Commission of Mato Grosso to Amazonas (1907-1930). **Minerva: Review of Science, Learning and Policy (London)**, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Mr. Lang e o Problema Vital**. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

_____. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, M. E. S. **A Eugenia no Brasil**. Anos 90. Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

MENDEZ, Rosemary Bars. “O Jornalismo como processo histórico”. **Idade Mídia**, v. 1, nº. 1, 2002.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. 436 p.

MOTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (Orgs.). **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: Casa de Soluções e Editora, 2013.

NEIVA, Artur e Pena Belisário. **Viagem científica**. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999 (1916).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

PATTO, M. H. S. **Estado, ciência e política na Primeira República**: A desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados* 13 (35), 1999.

PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO. A 1922. Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918, pp. 29-37. In P Leão et al. (eds.), **Afrânio versus Afrânio**. Tipografia "Jeronimo Silva", Niterói.

PESSANHA, Andréa Santos. Memória e missão: O Paiz e Gazeta Nacional. *Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888)*. **Revista Tempos Históricos**, vol. 14, n.2, 2010, p. 207-225.

PONTE, CF.; LIMA, NT.; KROPF, SP. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. In: Ponte, CF, Falleiros, I (org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010. Disponível em: http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/local/File/livro-na-corda-bamba_desombrinha.pdf. Acesso em 27/11/2019.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que Vêm com o Sangue: as representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 59-82.

_____. **O Ponto da Mistura. Raça, Imigração e Nação em um Debate da Década de 20**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, SP, v. 2, p. 159-177, 2007.

Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB02/FHB-v02-10-Fernanda-Rebelo.pdf>.
Acesso em: 08/7/ 2020.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 91-120.

SANTOS, Claudia. Imprensa. In: MOTTA, Márcia. **Propriedades e Disputas: fontes para a história do Oitocentos**. Guarapuava/Niterói: Unicentro/EDUFF, 2011.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As Teorias Raciais**, uma construção histórica de finais do século XIX. O Contexto Brasileiro. In: Raça e diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Retrato em Branco e Preto: Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar - maio 2002.

_____. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: TB, n. 93, p. 175-203, 1995.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo (Ed.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p. 41-58.

SILVA, Anderson Pires da. **Mário e Oswald: uma história privada do Modernismo**. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006a.

SILVA, Cesar Mucio, **Poder Político e Distribuição Orçamentária em São Paulo na Primeira República - 1890-1920**, Tese Doutorado UNESP, 2006b.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed. p. 232 – 253.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUZA, João Alberto de. **Memória histórica sobre o Correio Paulistano**. São Paulo: Typ Rosenhain & Meyer, 1904.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

_____. **A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

____. **Em busca do Brasil: Edgar Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Rio de Janeiro: FGV Editora; Editora Fiocruz, 2017. 480p.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

STEPANENKO, Igor. **O Museu do Ipiranga e a instrução pública no estado de São Paulo: um estudo sobre o atendimento ao público (1895 a 1915)**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

STEPHANOU, Maria. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. **História da Educação**. Pelotas: UFPel/ASPHE, v. 1, n. 2, p. 145-168, set. 1997.

THALASSA, A. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – o jornal que “não ladra, não cacareja e não morde”**. PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Lafayette de. **Imprensa paulista**. RIHGSP, São Paulo, v. III, p. 303- 521, 1898.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. O folhetim nas páginas do Correio Paulistano (1854-1940). In: XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, ANPUH, Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis, 2015.

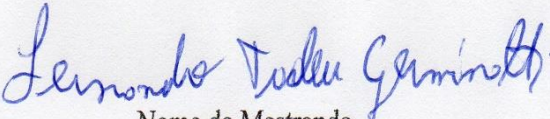
VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do Povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

VIDAL E SOUZA, Candice. **“Brasileiros e Brasileiras: O Gênero na Construção da Nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr.”**. Brasília, PPGAS/Universidade de Brasília, 1993, p.10.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 30 de Outubro de 2020.


Nome do Mestrando